

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RAFAELA POLLACCHINI

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO JORNALISMO DECLARATÓRIO:
ESTUDO SOBRE O FENÔMENO NA FOLHA DE S.PAULO**

Porto Alegre
2026

RAFAELA POLLACCHINI

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO JORNALISMO DECLARATÓRIO:
ESTUDO SOBRE O FENÔMENO NA FOLHA DE S.PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Thais Furtado

Porto Alegre
2026

CIP - Catalogação na Publicação

Pollacchini, Rafaela

O funcionamento discursivo do jornalismo
declaratório: estudo sobre o fenômeno na Folha de
S.Paulo / Rafaela Pollacchini. -- 2026.
189 f.

Orientadora: Thais Furtado.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2026.

1. jornalismo declaratório. 2. discurso. 3.
títulos. 4. sentido. 5. Folha de S.Paulo. I. Furtado,
Thais, orient. II. Título.

RAFAELA POLLACCHINI

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO JORNALISMO DECLARATÓRIO:
ESTUDO SOBRE O FENÔMENO NA FOLHA DE S.PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Thais Furtado

Aprovada em 30 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a . Dr^a. Marcia Benetti – UFRGS

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques – UFES

Prof. Dr. Marcelo Träsel – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Gisele Dotto Reginato – UFRGS
Suplente

À minha avó Maria Luzia, cuja partida coincidiu com o início desta trajetória no mestrado, dedico cada palavra deste trabalho – na tentativa de manter viva, também na escrita, a memória de quem permanece em mim.

AGRADECIMENTOS

Concluir mais esta etapa na minha trajetória acadêmica me fez refletir sobre o quanto eu tenho sorte, principalmente por poder contar com o apoio de pessoas incríveis e por ter encontrado tantas outras ao longo do caminho. E eu só tenho a agradecer por isso. Cada uma delas, de uma forma ou de outra, contribuiu para que eu chegasse até aqui.

À minha orientadora, Thais Furtado, por fazer com que esse processo fosse mais leve. Contar com a tua parceria foi fundamental para que eu conseguisse concluir essa etapa. Agradeço pela gentileza, pela compreensão e pelas orientações que ajudaram a dar sentido ao trabalho e que me deixaram mais tranquila. Sou muito grata por tudo que compartilhamos nesse período.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por proporcionar um ensino público, gratuito e de excelência, essencial para a minha formação acadêmica. Agradeço aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo da UFRGS – muitos deles presentes nas referências deste trabalho –, por mostrarem que a pesquisa também envolve generosidade e troca constante. Faço, ainda, um agradecimento especial aos queridos nupejuniors, Stéfani Fontanive e Sergio Trentini, e à Sílvia Lisboa, pela parceria e pelas risadas nesses dois anos de mestrado.

À Marcia Benetti, por transformar a minha vontade de fazer pesquisa em realidade. Tenho muita sorte por nossos caminhos terem se cruzado ainda na graduação. O meu ingresso no mestrado só foi possível graças ao teu incentivo e ao teu apoio. Se hoje estou construindo uma trajetória acadêmica, devo muito a ti. Aos professores Rafael Henriques e Marcelo Träsel, agradeço pelas contribuições na banca de defesa.

À Gisele Reginato, pela parceria que começou no ambiente de trabalho e que continua na universidade e pelos aprendizados nesse percurso. À Sue Gotardo, pela amizade que construímos ao longo dos últimos anos, por sempre me apoiar e por ser uma grande referência para mim. Vocês duas foram fundamentais para que eu ingressasse no mestrado. Agradeço também ao Breno Serafini e à Camila Borges, pelo carinho e por se fazerem presentes nesse período.

Aos meus colegas de trabalho, por terem me apoiado e compreendido os desafios de conciliar a rotina profissional com a trajetória acadêmica, principalmente nos últimos meses de desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Arthur Mezacasa, por me acompanhar desde o primeiro semestre da graduação, pela parceria incansável e por tudo que compartilhamos juntos. Ao Gleison Ló, pelo companheirismo nos momentos bons e nos difíceis e pela paciência de sempre me escutar. A vida com vocês dois, mesmo nos períodos mais caóticos, é muito mais feliz.

À Luisa Helena Botelho, por tudo que já atravessamos juntas, da infância à vida adulta, e por seguir por perto em todas as fases da minha vida. À Rafaela Deon e à Alice Dias, pelos reencontros que, em meio à correria do cotidiano, trouxeram leveza ao longo deste caminho.

Aos meus pais, Daniela e Guilherme, agradeço por todo o suporte, por sempre torcerem por mim e por serem tão presentes em cada etapa da minha vida. Muito obrigada por terem valorizado a minha educação desde a infância – colhemos os frutos disso ainda na vida adulta. À minha irmã, Maria Eduarda, pelo acolhimento, pelo apoio constante e por estar sempre por perto. À Agnes, minha parceira de quatro patas, por tornar a escrita desse trabalho menos solitária.

Levo comigo, ao fim desta trajetória, a certeza de que nenhuma conquista é construída sozinha. Este trabalho carrega, em diferentes formas, a presença de todas as pessoas que estiveram ao meu lado ao longo desse percurso, e sou muito grata a cada uma delas.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender o funcionamento discursivo do jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo. Tratamos do tema considerando os seguintes fatores como impulsionadores dessa prática no jornalismo brasileiro: o entendimento equivocado sobre objetividade jornalística, a dependência de fontes, o modo como as declarações são tratadas, as rotinas de produção e as métricas. Também evidenciamos os aspectos que fazem com que este fenômeno se distancie do que constitui o jornalismo enquanto instituição social. O *corpus* contempla 227 matérias coletadas em 2025, na primeira semana de janeiro, na segunda semana de fevereiro, na terceira semana de março e na quarta semana de abril, o equivalente a um mês completo. A análise foi realizada em três etapas. Na primeira, identificamos os declarantes que ocupam a posição de destaque nos títulos das notícias, a partir dos seguintes campos sociais: político, científico, econômico, cultural, jurídico, civil, jornalístico, policial, religioso e esportivo. Na segunda, abordamos os tipos de declaração nos títulos, que são classificadas em avaliativas, descritivas e prescritivas. Na terceira, analisamos o tratamento dado às declarações e os deslizamentos de sentido entre os títulos declaratórios e as matérias correspondentes. Para isso, utilizamos como metodologia a Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Como resultado, identificamos que o jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo é predominantemente marcado por falas de declarantes do campo político, por declarações avaliativas e por alterações na formulação das declarações destacadas nos títulos. Por fim, propomos uma definição de jornalismo declaratório a partir dos resultados alcançados.

Palavras-chave: jornalismo declaratório; discurso; títulos; sentido; Folha de S.Paulo.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the discursive functioning of journalism of assertion in Folha de S.Paulo. We address the topic considering the following factors as drivers of this practice in Brazilian journalism: the misunderstanding of journalistic objectivity, the dependence on sources, the way statements are treated, production routines, and metrics. We also highlight the aspects that cause this phenomenon to distance itself from what constitutes journalism as a social institution. The *corpus* includes 227 articles collected in 2025, during the first week of January, the second week of February, the third week of March, and the fourth week of April, equivalent to a full month. The analysis was conducted in three stages. In the first, we identified the declarants who occupy the prominent position in the news headlines, from the following social fields: political, scientific, economic, cultural, legal, civil, journalistic, police, religious, and sports. In the second, we addressed the types of statements in the headlines, which are classified as evaluative, descriptive, and prescriptive. In the third stage, we analyzed how the statements were handled and the shifts in meaning between the declaratory headlines and their corresponding articles. For this purpose, we adopted French Discourse Analysis as our methodology. As a result, we identified that the journalism of assertion of Folha de S.Paulo is predominantly marked by statements from political figures, evaluative statements, and alterations in the wording of the statements highlighted in the headlines. Finally, we propose a definition of journalism of assertion based on the results obtained.

Keywords: journalism of assertion; discourse; headlines; meaning; Folha de S.Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Autores e percepções sobre o jornalismo declaratório.....	16
Figura 1 - Os declarantes presentes nos títulos.....	93
Quadro 2 - Os campos sociais aos quais pertencem os declarantes.....	109
Quadro 3 - Os tipos de declaração.....	112
Figura 2 - Distribuição dos tipos de declaração.....	113
Quadro 4 - Os tipos de declaração e suas categorias.....	125
Quadro 5 - Os tratamentos dados às declarações.....	127
Quadro 6 - Alteração da formulação da declaração.....	130
Quadro 7 - Reprodução da declaração com uma lacuna de sentido.....	141
Quadro 8 - Panorama geral dos tipos de tratamento dados às declarações.....	145

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO JORNALISMO DECLARATÓRIO	15
2.1 Um panorama do jornalismo declaratório.....	15
2.2 A percepção sobre a objetividade jornalística.....	25
2.3 A dependência de fontes e o modo como as declarações são tratadas.....	32
2.4 As rotinas de produção e as métricas.....	44
3 OS EFEITOS DO JORNALISMO DECLARATÓRIO	51
3.1 O distanciamento das finalidades do jornalismo.....	52
3.2 O afastamento da verdade.....	57
3.2.1 A desinformação como consequência.....	65
3.3 O enfraquecimento do contrato de comunicação.....	68
3.4 A reconfiguração dos títulos e o uso do destaque.....	75
4 METODOLOGIA: A ANÁLISE DO DISCURSO	85
4.1 Procedimentos metodológicos.....	87
4.1.1 A escolha do objeto de estudo: Folha de S.Paulo.....	89
4.1.2 A construção do corpus.....	91
5 ANÁLISE: A PRÁTICA DO JORNALISMO DECLARATÓRIO	92
5.1 Os declarantes.....	92
5.2 Os tipos de declaração.....	110
5.3 O tratamento dado às declarações e os possíveis deslizamentos de sentido...	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	156
APÊNDICE A - ESTADO DA ARTE	163
APÊNDICE B - CORPUS NA ÍNTEGRA	168

1 INTRODUÇÃO

O que define o jornalismo declaratório? Compreender a complexidade que envolve esse fenômeno não é uma tarefa simples ou fácil. Consideramos que reduzi-lo simplesmente a um tipo de jornalismo baseado em declarações de fontes não é suficiente para entender seu funcionamento – ele vai além disso. Embora a prática esteja enraizada na produção jornalística brasileira, ainda parece existir uma nebulosidade acerca do que exatamente é e o modo como se estrutura o jornalismo declaratório, já que não há uma definição conceitual consolidada na academia.

Analisar esse fenômeno exige, portanto, olhar para além da superfície e considerar os fatores que contribuem para sua persistência, como um entendimento sobre objetividade jornalística, a dependência de fontes, o modo como as declarações são tratadas, as rotinas de produção e as métricas. Esses aspectos são trabalhados nesta pesquisa com o objetivo de ampliar e aprofundar o debate sobre o assunto.

Entendemos que o jornalismo declaratório configura-se como um fenômeno em movimento: ele se intensifica, se adapta e se reconfigura de acordo com as transformações vividas pelo jornalismo e pela própria sociedade. Esse contexto abrange uma série de fatores imbricados, que mesclam causas e consequências, como veremos no decorrer deste trabalho. O fenômeno deve ser compreendido a partir da articulação entre condições estruturais, lógicas econômicas, transformações tecnológicas e escolhas discursivas que, de forma conjunta, o sustentam e o reconfiguram.

Embora o jornalismo declaratório possa ser colocado em prática em diferentes meios de comunicação – na televisão, no rádio, em jornais e revistas, impressos ou online –, devemos ponderar que, atualmente, o ambiente digital torna-se muito favorável para a propagação desse tipo de jornalismo. Neste cenário, as declarações destacadas tendem a circular de forma descontextualizada e muito mais rápida entre as pessoas, por meio dos títulos das matérias.

Consideramos, portanto, ser pertinente trabalhar com os títulos das notícias, devido ao fato de adquirirem, principalmente no contexto tecnológico, autonomia de circulação e por, muitas vezes, serem o único ponto de contato do leitor com a informação. E também julgamos ser fundamental analisar os subtítulos e o corpo de

notícias elaboradas a partir da lógica do jornalismo declaratório para ter uma visão ampla sobre o funcionamento discursivo dessa prática.

O interesse pelo jornalismo declaratório me acompanha desde a graduação, quando já identificava esse fenômeno como uma prática recorrente e, ao mesmo tempo, pouco problematizada na pesquisa acadêmica. Tal aspecto fez com que o assunto fosse o tema do meu trabalho de conclusão de curso, em que identifiquei quem eram os declarantes e quais tipos de declaração eram destacadas nos títulos das notícias.

As diversas possibilidades de estudo que a temática permite, somadas às lacunas ainda existentes na produção científica sobre o tema, me motivaram a ingressar no mestrado com o objetivo de aprofundar a compreensão de seus efeitos no campo jornalístico e de contribuir para o debate em torno das implicações desse modelo de produção de notícias.

Considerando esses aspectos, chegamos, portanto, ao **problema de pesquisa**: Como se caracteriza discursivamente o jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo?. O **objetivo geral** desta dissertação é compreender o funcionamento discursivo do jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo. Os **objetivos específicos** são: a) Verificar os tipos de declaração nos títulos declaratórios, b) Identificar quais são os principais campos sociais aos quais pertencem os declarantes, c) Analisar o tratamento dado às declarações e os possíveis deslizamentos de sentido entre os títulos declaratórios e as matérias correspondentes e d) Propor uma definição de jornalismo declaratório a partir dos resultados da análise.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo aborda as condições de produção do jornalismo declaratório. Além de apresentarmos um panorama de diferentes perspectivas sobre esse tipo de produção jornalística, tratamos de aspectos que consideramos determinantes para a existência do jornalismo declaratório.

Nesta parte, o foco recai sobre como a percepção que os jornalistas têm da objetividade jornalística relaciona-se com o fomento desse fenômeno, como a dependência de fontes e o modo como as declarações são tratadas reforçam essa lógica e quais são os impactos das rotinas de produção e das métricas no cotidiano de conteúdos jornalísticos.

O terceiro capítulo busca apresentar o que chamamos de efeitos do jornalismo declaratório, evidenciando as consequências e os fatores que fazem com

que este fenômeno se afaste do que constitui o jornalismo enquanto instituição social. As percepções apresentadas neste capítulo têm como base achados de pesquisas anteriores sobre o jornalismo declaratório, em que buscamos entender o modo como esse fenômeno se estrutura. Abordaremos o distanciamento das finalidades do jornalismo, o afastamento da verdade, considerando também a desinformação, o enfraquecimento do contrato de comunicação (Charaudeau, 2019) e a reconfiguração dos títulos e o uso do destaque, conceito proposto por Maingueneau (2014).

No quarto capítulo, apresentamos a metodologia escolhida, a Análise de Discurso de linha francesa, e os procedimentos metodológicos utilizados. Além de abordar nosso objeto empírico, a Folha de S.Paulo, explicamos o processo de levantamento do *corpus*, que teve como recorte temporal os seguintes períodos de 2025: primeira semana de janeiro, segunda semana de fevereiro, terceira semana de março e quarta semana de abril.

No quinto capítulo, realizamos a análise, centrada na prática do jornalismo declaratório na Folha, estruturada em três etapas com o objetivo de oferecer uma compreensão mais abrangente do fenômeno. Trabalhamos com análises dos sentidos, dos sujeitos e da estruturação do discurso.

Na primeira etapa, identificamos os declarantes que ocupam a posição de destaque nos títulos das notícias, a partir dos seguintes campos sociais: político, econômico, cultural, científico, jurídico, religioso, jornalístico, policial, civil e esportivo. Na segunda, abordamos os tipos de declaração nos títulos, classificadas em avaliativas, descritivas e prescritivas. Já na terceira etapa, analisamos o tratamento dado às declarações e os possíveis deslizamentos de sentido entre os títulos declaratórios e as matérias correspondentes – e, em algumas categorias, também consideramos os subtítulos na análise.

No sexto capítulo, tratamos das considerações finais, retomando os principais aspectos teóricos mobilizados ao longo do trabalho e os resultados da análise realizada. Buscamos, nesse momento, articular os achados às discussões conceituais que fundamentaram a pesquisa, evidenciando as contribuições do estudo, suas limitações e as possibilidades de desdobramentos futuros.

2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO JORNALISMO DECLARATÓRIO

Ao longo deste capítulo, apresentamos as condições de produção do jornalismo declaratório, etapa fundamental para auxiliar na compreensão do funcionamento discursivo do fenômeno. Além de delinear um panorama de diferentes perspectivas sobre esse tipo de produção jornalística, abordamos os fatores que consideramos determinantes para a existência do jornalismo declaratório.

A percepção sobre a objetividade jornalística, a dependência de fontes, o modo como as declarações são tratadas, as rotinas de produção e as métricas são, assim, o foco desta parte da dissertação e o ponto de partida para nos aprofundarmos, posteriormente, nos efeitos provocados por essa forma de fazer jornalismo. Causas e efeitos, no entanto, estão, às vezes, imbricados de maneira indissociável. Por este motivo, características e aspectos do jornalismo declaratório trabalhados neste capítulo também aparecem no capítulo seguinte e vice-versa.

2.1 Um panorama do jornalismo declaratório

Os estudos acadêmicos voltados ao jornalismo declaratório têm surgido com mais frequência nos últimos dez anos, mesmo que ainda representem uma parcela pequena na pesquisa em jornalismo. Estudar o jornalismo declaratório e seu funcionamento tem sido objeto de pesquisa de diversos autores mais recentemente, como Henriques (2020a, 2020b), Chagas (2022), Cruz (2022), Chagas e Cruz (2022a, 2022b), Araújo (2022, 2023), Araújo e Teixeira (2023), Barsotti (2023), Silva (2022), Oliveira (2020), Borges (2019) e Gonçalves (2018). Podemos dizer que dois principais fatores fomentam o desenvolvimento desses estudos: a presença cada vez mais enraizada dessa prática no jornalismo e a falta de uma definição conceitual na academia acerca do que ela de fato é.

A busca por uma conclusão do que se trata o jornalismo declaratório não é uma tarefa fácil. A pluralidade de perspectivas que permeiam os estudos sobre o tema parece dificultar ainda mais a encontrar um entendimento consensual sobre o jornalismo declaratório e o modo como ele se estrutura. Essa dificuldade pode estar relacionada com a complexidade que envolve esse fenômeno – afinal, consideramos

que defini-lo apenas como um jornalismo baseado em declarações não é suficiente para entendê-lo.

A partir do levantamento do estado da arte, presente como Apêndice A desta dissertação, elaboramos um quadro de autores brasileiros encontrados nas pesquisas em repositórios¹ com suas respectivas percepções sobre jornalismo declaratório. O Quadro 1 sistematiza essas informações:

Quadro 1 - Autores e percepções sobre jornalismo declaratório

Autor	Percepções sobre jornalismo declaratório	Aspectos relacionados
Araújo (2022, 2023)	Fenômeno em que os meios noticiosos fazem circular, sem tensionamento e em espaço de grande visibilidade, declarações que possam ser nocivas ao debate público	Visibilidade e circulação, tensionamento da declaração, notoriedade da fonte, relevância do tema e percepção de nocividade
Araújo e Teixeira (2023)	Modelo que daria visibilidade excessiva a declarações de fontes, podendo reproduzir desinformação, preconceito e discursos interessadas Amplificação de vozes que desinformam	Desinformação
Barsotti (2023)	Reprodução acrítica de declarações falsas Contribuição para a desinformação	Desinformação; objetividade jornalística
Borges (2019)	Todo jornalismo que se restringe a apenas a declaração de uma fonte, que pode ser oficial ou não Declaração não é confrontada com dados, com investigação e com a consulta a outras fontes que possam fornecer mais informações sobre determinado fato	Ausência ou baixa frequência de reuniões de pauta, a pressa e a dinâmica acelerada das redações

¹ As pesquisas foram realizadas, com o recorte temporal de 2010 a 2025, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nas revistas Galáxia e Brazilian Journalism Research e no Google Acadêmico, além dos anais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Também foram utilizados os repositórios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da Universidade Federal de Santa Maria, por uma questão de proximidade regional.

Chagas (2022)	<p>Presença cotidiana no noticiário</p> <p>Naturalização dos fatos</p>	Dependência e passividade dos profissionais na relação com fontes profissionalizadas
Chagas e Cruz (2022)	<p>Prática relacionada ao ato de construir as notícias embasadas apenas em declarações</p> <p>Declarações contidas nas notícias são tratadas como se fossem fatos concretos, que falam por si só</p>	Relação de dependência com as fontes
Cruz (2022)	<p>Prática corriqueira nas redações</p> <p>Ausência de contraditório, abuso de fontes oficiais e falta de vozes mais diversificadas</p>	Produção de conhecimento de forma enviesada, que enfraquece a democracia e a cidadania
Galvão (2010)	Fenômeno que resulta do uso de declarações em notícias	Amplificação da prática nas redes sociais
Gehrke et al. (2023)	Resulta em um conteúdo de baixa qualidade e, às vezes, antiético	Desinformação; construção dos títulos
Gonçalves (2018)	Notícias baseadas apenas em declarações de uma única fonte	Novas tecnologias; cibercultura
Henriques (2020a)	<p>Publicação de declarações transcritas sem qualquer contraponto apresentado na mesma unidade informativa</p> <p>Ausência de análises ou interpretações</p>	Objetividade jornalística
Oliveira (2020)	<p>Tipo de produção noticiosa que trata-se de uma especialidade do jornalismo</p> <p>Uso de aspas e do verbo dicendi são a materialização da prática</p>	Normalização da prática
Rocha (2020)	<p>Construção de matérias exclusivamente a partir de declarações</p> <p>Resultado da disputa de narrativas na era tecnológica, que possui como principal característica a velocidade da informação</p>	Qualidade da notícia

Santos et al. (2021)	Impacto negativo no imaginário social sobre as mídias noticiosas	Opinião pública
Silva (2022)	Prática marcada pela publicação de matérias baseadas em declarações	Desinformação; contextualização

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ainda no início dos anos 2000, Kovach e Rosenstiel (2004) já alertavam que, na nova era de informação 24 horas por dia, as notícias se tornaram mais fragmentadas, as fontes ganharam poder em relação aos jornalistas, as reportagens passaram a ser esmagadas sob o peso de argumentos fáceis e extremados e a imprensa estava cada vez mais concentrada em encontrar um “furo”, que traria, temporariamente, uma grande audiência.

Nesse cenário, a função clássica de elaboração de um relato verdadeiro e fiável dos acontecimentos do dia a dia começou a se deslocar, gerando o jornalismo declaratório², que passou a se sobrepor ao jornalismo de verificação (Kovach; Rosenstiel, 2004). Para os autores, no jornalismo declaratório, os repórteres têm menos tempo para verificar as informações, devido à necessidade de divulgá-las de forma rápida, e, no jornalismo de verificação, a rotina é mais lenta, havendo uma preocupação em seguir os princípios do jornalismo.

Para Kovach e Rosenstiel (2010), uma característica primária do jornalismo declaratório, quando se trata de evidências, é justamente a ausência de verificação. E isso gera um problema ainda maior, porque, quando nada é verificado, todas as declarações se tornam iguais, incluindo aquelas que são precisas e as que não são (Kovach; Rosenstiel, 2010).

Onde quer que você encontre o interlocutor, o jornalista ou o provedor de conteúdo simplesmente deixando as pessoas falarem, sem qualquer esforço para verificar fatos, contestar declarações ou pedir evidências, você entrou em outra esfera, pouco reconhecida até mesmo por seus praticantes. Você entrou no domínio do jornalismo declaratório, e o conteúdo que você está obtendo não é um produto finalizado, nem uma avaliação criteriosa de

² No texto original, os autores chamam essa prática de “journalism of assertion”, traduzida na edição em língua portuguesa para “jornalismo de asserção”. Como essa nomenclatura geralmente não é utilizada no Brasil, optamos por usar “jornalismo declaratório”, termo consensual para se referir ao assunto.

informações. E o fato de um jornalista deixar algo passar não é garantia de que esteja correto (Kovach; Rosenstiel, 2010, p. 132, tradução nossa³).

No contexto analisado, os autores concluíram que essa prática ocorria de modo mais presente em formatos como *talk shows*, em que pessoas são convidadas a dar suas opiniões sobre diferentes assuntos. O que poderia ser considerado um segmento analítico, na verdade, transforma-se em um espaço em que o apresentador deixa os convidados falarem e se manifestarem, com pouco esforço para verificar o que estão dizendo ou pedir evidências (Kovach; Rosenstiel, 2010), indicando uma certa passividade dos jornalistas frente às declarações de fontes.

Os pesquisadores reforçam que o problema deste formato está na ideia de que essas conversas ocorrem cada vez mais sem uma estrutura de verificação das informações, desvalorizando os fatos, que deixam de ser fundamentais e tornam-se acessórios. Mesmo assim, essas conversas preenchem horas na programação televisiva e são aceitas como qualquer outra forma de jornalismo (Kovach; Rosenstiel, 2010).

É importante destacar que o jornalismo declaratório pode ocorrer em diferentes meios de comunicação, como na televisão, no rádio, em jornais e revistas, impressos ou online. Entretanto, sabemos que, atualmente, com a ampla utilização da internet e das redes sociais, o ambiente digital torna-se muito favorável para a propagação desse tipo de jornalismo, e as declarações destacadas tendem a circular de forma descontextualizada e muito mais rápida entre as pessoas, por meio dos títulos das matérias.

Para Tambosi (2005), o jornalismo necessariamente produz conteúdos com base em declarações, o que faz com que o jornalismo declaratório seja preponderante em todas as mídias. O autor conceitua essa prática como sendo o jornalismo que se baseia exclusivamente em declarações e informações das fontes. Ele aponta que o jornalismo torna públicas as informações que de outra forma permaneceriam opacas, e é o leitor ou telespectador que, de fato, adquire conhecimento ao receber e processar informações corretas, através das quais pode formar representações verdadeiras da realidade.

³ No original: "Wherever you find the interlocutor, the journalist, or content provider simply letting people talk, without any effort to check facts or challenge assertions or ask for evidence, you have entered another sphere, one little recognized even by its practitioners. You have entered the realm of the journalism of assertion, and the content you are getting there is not a finished product, not a vetted assessment of information. And the fact that a journalist has let something pass is no guarantee it is correct."

Entretanto, ele reflete que nesse contexto aparece uma fragilidade epistemológica do jornalismo, de que nem sempre é possível saber se as declarações das fontes são verdadeiras. Na maioria das vezes, essas declarações não têm caráter hipotético, mas são apresentadas e tomadas simplesmente como fatos (Tambosi, 2005). Nesse sentido, o autor traz uma problematização que vai além da verificação das informações.

Em resumo, o jornalismo declaratório produz informações, mas é difícil saber se são verdadeiras, por mais “checadas” que sejam e por mais críveis e honestas que sejam as fontes. Pode por isso induzir a crenças falsas. Nesse sentido, não produz conhecimento (Tambosi, 2005, p. 37).

Tambosi (2005) afirma que quanto mais declaratório for o jornalismo e mais depender exclusivamente de fontes, mais difícil será sustentar que seja uma forma de conhecimento autônoma. Em contrapartida, para o autor, o jornalismo investigativo pode constituir uma forma de conhecimento autônoma, pelo fato de ir mais fundo atrás de fatos que, de outro modo, não seriam trazidos à luz. No mesmo sentido, Kovach e Rosenstiel (2004) consideram que uma disciplina de verificação mais conscienciosa é o melhor remédio para evitar o avanço do jornalismo declaratório e fornecer aos cidadãos fundamentos para confiarem nos relatos jornalísticos.

Bezuntea (1998) indica que o reflexo mais evidente dessa prática é o uso de declarações como matéria-prima para a produção de notícias, sendo um fenômeno detectável por meio de uma simples observação. A autora reforça que a prática jornalística de usar declarações, como também qualquer decisão que os repórteres tomam sobre as notícias, não é inócua. “Embora os jornalistas recorram ao uso de opiniões como parte de seu processo de trabalho e sem uma intenção específica, o resultado é que isso influencia a forma como a realidade política é apresentada e, portanto, como o público a percebe” (Bezuntea, 1998, p. 228, tradução nossa⁴).

Em estudo sobre a cobertura jornalística durante as eleições presidenciais brasileiras de 2006, Rubim e Colling (2007) também trouxeram uma definição sobre o jornalismo declaratório, apesar de a pesquisa não ter como foco o tema. Eles

⁴ No original: “Aunque los periodistas recurran a la utilización de opiniones por motivo de su sistemática de trabajo y sin una intencionalidad determinada, el resultado es que incide en el modo como se muestra la ‘realidad política’ y, por tanto, como la percibe el público.”

classificaram a prática como um tipo de jornalismo em que cabe ao repórter apenas a tarefa de coletar as declarações das fontes, sem nenhuma preocupação em saber se as informações são verdadeiras ou não. Os autores identificaram que esse modelo de produção noticiosa foi recorrente no jornal Folha de S.Paulo e o consideram como um grande mal da imprensa contemporânea.

Pereira Junior (2009, p. 94) contribui com esse debate ao afirmar que o jornalista se isenta de responsabilidades quando coloca o jornalismo declaratório em prática – classificado por ele como “aquele que dá manchetes ou primeiro plano a declarações dos poderosos do mundo político, empresarial, artístico e esportivo, mesmo quando não o merecem”. Neste contexto, a proeminência do autor das aspas é suficiente para noticiar afirmações irrelevantes, e tal recurso virou muleta de manchetes e noticiários, sobrepondo-se, na maioria das vezes, a uma apuração em profundidade (Pereira Junior, 2009).

Para Munive (2016), o tipo de produção jornalística mais comum na prática diária de repórteres e editores sobre assuntos da atualidade são as notícias baseadas em declarações de fontes. O jornalismo declaratório, segundo o autor, não exige apuração aprofundada e recursos significativos, porque se baseia em declarações de figuras conhecidas e influentes.

O pesquisador explica que a divulgação literal ou resumida de declarações de fontes sem verificação prévia tornou-se aceita nas redações, principalmente na editoria de política. Munive (2016) argumenta que esse fenômeno deve ser identificado como problema, porque afeta a qualidade das notícias e apresenta como jornalismo o que, muitas vezes, é propaganda política. Nesse sentido, o jornalismo declaratório “coloca opiniões no centro da produção de notícias e negligencia a investigação e a apuração dos fatos” (Munive, 2016, p. 44, tradução nossa⁵).

Para Borges (2019), em essência, o jornalismo declaratório é todo jornalismo que se restringe a apenas a declaração de uma fonte, que pode ser oficial ou não. A fala da fonte é usada para embasar uma notícia, sem que essa declaração seja confrontada com dados, com investigação e com a consulta a outras fontes que possam fornecer mais informações sobre determinado fato (Borges, 2019).

⁵ No original: “[...] sitúa las opiniones en el foco de la producción noticiosa y soslaya la indagación y el relato de los acontecimientos.”

Pode-se afirmar que o jornalismo declaratório é o jornalismo da reprodução pela reprodução, que abandona a apuração mais básica e se limita ao grosso da notícia, sem contextualizar, sem demonstrar possíveis desdobramentos e sem confrontar (checar) o material bruto da notícia prestes a ser veiculada (Borges, 2019, p. 33).

Algumas características que auxiliam a fomentar esse tipo de produção foram apontadas pelo autor e reforçam a ideia de que o declaratório é ainda mais forte do que se pensa e que ele se trata de um produto natural da precarização do trabalho. Borges (2019) indica que a ausência ou baixa frequência de reuniões de pauta, a pressa e a dinâmica acelerada das redações e a exaltação da figura do repórter de “bastidor” – que cobre bastidores e, por conta disso, tem muitas fontes – são aspectos que contribuem no desenvolvimento do jornalismo declaratório.

Vázquez Bermúdez (2006) considera que o jornalismo declaratório é mais desinformação do que informação, posicionando o jornalista como um intermediário mecânico desprovido de seu papel de intérprete da realidade. Ele afirma que trata-se de uma prática generalizada na profissão que favorece a disseminação de opiniões de fontes e transmite a impressão de que a imprensa favorece figuras públicas através de entrevistas ou declarações em aparições públicas.

O pesquisador explica que o jornalismo declaratório não se limita apenas a quando a imprensa adota um papel passivo, mas também quando ocorre a inclusão e a priorização de declarações de atores sociais motivadas politicamente. Para Vázquez Bermúdez (2006), as funções sociais tradicionais atribuídas ao jornalismo estão cedendo espaço a objetivos como gerar lucro e exercer influência.

Oliveira (2020) dedicou-se a compreender o fenômeno e seu funcionamento. Ao contrário dos pesquisadores vistos anteriormente, ele defende que esse tipo de produção noticiosa é uma especialidade do jornalismo – perspectiva com a qual esta pesquisa não se identifica por considerar que esta prática deve ser problematizada, e não naturalizada.

Oliveira (2020) percebe um lado positivo no jornalismo declaratório e diz que o uso de aspas e do verbo dicendi são a materialização da prática. “Não se pode agregar um valor pejorativo a algo que serve como regra para toda a sociedade: o jornalismo declaratório é o jornalismo feito com base em declarações, e somente isso” (Oliveira, 2020, p.18).

Pelo fato de ser um recurso utilizado diariamente por jornalistas, ele considera que dizer que há só o lado ruim do fenômeno é uma visão diminuta acerca desse

tipo de produção. O autor justifica que as declarações proferidas por fontes dão relevância e notoriedade às matérias publicadas diariamente pelos veículos de comunicação – motivo pelo qual ele pondera que seria leviano tratar o jornalismo declaratório como marginal.

Oliveira (2020) apresenta dois fluxos acerca do funcionamento do jornalismo declaratório para compreendê-lo. O primeiro trata da forma mais comum de desenvolvimento desse tipo de jornalismo, em que uma declaração principal vira notícia ao ser publicada instantaneamente pelos veículos e, a partir dela, outras declarações viram notícias. Entretanto, apurar as informações e ouvir outras fontes não é possível por demandar mais tempo. Tal fluxo, segundo o autor, pode render mais matérias, mais vendas e um tratamento “novelístico” ao que está sendo narrado.

O segundo fluxo apresentado é considerado por ele mais coerente e ideal sobre o uso do jornalismo declaratório. Nele, a partir de uma declaração principal, as informações são apuradas, cruzamentos de dados são feitos, documentações e interesses envolvidos são investigados e outras fontes são escutadas. Assim, a notícia seria publicada com uma preocupação maior com a apuração, e os possíveis erros e o tratamento espetacularizado são minimizados. No entanto, o tempo e os custos são maiores (Oliveira, 2020).

Apesar de enxergar um viés positivo no jornalismo declaratório, Oliveira (2020) também reconhece um lado nocivo: o risco de se publicar mentiras e servir como instrumento ideológico ou de manobra política e privada. Para ele, isso acontece quando jornalistas não têm informações ou tempo suficientes para uma apuração mais aprofundada, e torna-se mais rápido e prático publicar notícias com declarações de fontes oficiais e personalidades públicas. Nesses casos, Oliveira (2020) diz que o jornalismo declaratório pode ser usado como uma arma midiática letal, ainda mais se for utilizado para induzir a população ao erro.

Partindo da perspectiva do jornalismo declaratório enquanto o uso inapropriado das declarações dadas por fontes de informação e que trariam prejuízos ao debate público, Araújo (2023) delimita cinco dimensões que, em sua visão, estão diretamente relacionadas à compreensão do fenômeno: *visibilidade e circulação, tensionamento da declaração, notoriedade da fonte, relevância do tema e percepção de nocividade da declaração para o debate público.*

A noção de *visibilidade*, para Araújo (2023), leva a um entendimento do jornalismo declaratório a partir da avaliação das partes com maior destaque no texto, já que expor declarações de fontes nos espaços mais visíveis amplia a propagação das mesmas. O autor cita como exemplos os títulos das matérias, parágrafos isolados de textos noticiosos ou trechos de telejornais ou de entrevistas concedidas na televisão ou em podcasts, que tendem a circular com mais facilidade. Maingueneau (2014) trata desse tipo de fenômeno a partir do conceito de destacamento, em que enunciados, constituídos de uma frase pequena, como os títulos jornalísticos, adquirem autonomia de circulação, como veremos mais adiante.

O *tensionamento da declaração* refere-se à falta de mediação – a fonte fala sozinha, sem que o jornalista intervenha para garantir que a audiência seja melhor situada com relação ao que é dito entre aspas. Esse entendimento, apontado também por autores como Henriques (2021a), está diretamente ligado ao conceito de objetividade, que será tratado mais adiante e que consideramos fundamental para compreender o jornalismo declaratório. Para Araújo (2023), que fez um estudo sobre a percepção que os usuários do antigo Twitter tinham sobre o jornalismo declaratório, a presença da voz do jornalista tensionando o que é dito por uma fonte pode fazer com que a audiência retire o rótulo de declaratória de uma matéria que transmite declarações.

Em relação à *notoriedade da fonte*, o autor reflete sobre as posições que os declarantes ocupam diante dos acontecimentos e o quanto isso influencia na seleção das declarações que são noticiadas. Sobre a *relevância do tema*, há o debate acerca do teor das declarações, considerando que as mais importantes para o debate crítico sobre o jornalismo declaratório são aquelas que o assunto possui impacto na sociedade e são de interesse público.

Apesar de diversas notícias darem visibilidade a declarações, sem tensionamento, muitas não são consideradas problemáticas pelo fato de as falas em questão não tratarem de temas relevantes para a sociedade, conforme aponta Araújo (2023). Mas, para o autor, quando envolve um tema relevante, o jornalismo declaratório é um problema. Consideramos, no entanto, que o fato de um determinado assunto não ser de “interesse público” não diminui a responsabilidade do jornalismo declaratório.

A *percepção de nocividade da declaração* está ligada ao impacto que determinadas citações publicadas podem gerar no debate público sobre algum tema,

porque, ao circular, podem trazer prejuízos sociais. Nesse sentido, o jornalismo contribuiria com a circulação de informações que podem tumultuar o debate público ao invés de colaborar com ele.

Entendemos que o jornalismo declaratório pode ser compreendido enquanto um fenômeno onde os meios noticiosos fazem circular, sem tensionamento e em espaço de grande visibilidade, declarações que possam ser nocivas ao debate público, proferidas por fontes com poder de influência junto à opinião pública, sobre temas relevantes para o contexto social em questão (Araújo, 2023, p. 12).

O autor pondera que não são apenas as produções que abarcam as cinco dimensões que devem ser consideradas declaratórias. Essas características são combinadas de diversas formas e podem fazer com que o uso das citações prejudique mais do que contribua com o debate público.

É possível perceber, a partir dos autores apresentados até o momento, similaridades e distanciamentos entre as diferentes perspectivas sobre o tema. Para alguns, podemos classificar esse tipo de produção noticiosa apenas como baseada em declarações. Para outros, essa definição não contempla a complexidade que envolve a temática, indicando que a prática está ligada à falta de verificação e apuração das informações, às rotinas de produção e velocidade em publicar notícias e à nocividade das declarações, entre outros fatores.

Consideramos que há uma pluralidade de aspectos que devem receber atenção para compreender melhor esse fenômeno, aos quais trataremos no decorrer dos próximos subcapítulos.

2.2 A percepção sobre a objetividade jornalística

Um dos principais conceitos impulsionadores para o desenvolvimento do jornalismo declaratório é a objetividade jornalística – ou melhor, no nosso entendimento, a má interpretação acerca dela. O jornalismo declaratório é o resultado de uma falsa percepção do que significa ser objetivo jornalisticamente. Sabemos que, embora exista uma relativa clareza histórica sobre a consolidação do paradigma da objetividade no jornalismo, não há a mesma facilidade para chegar a um consenso sobre o que significa ser objetivo (Henriques, 2021a).

Essa dificuldade de encontrar uma definição consensual abre espaço para múltiplas interpretações sobre o conceito, e a adoção de cada perspectiva diferente resulta em consequências para a prática jornalística e para a qualidade do produto que se entrega, como aponta Henriques (2021a).

Neste contexto, consideramos a objetividade jornalística como *adequação à realidade*. Sponholz (2009a) compreende que a objetividade no jornalismo é entendida como a correlação entre a realidade midiática e a realidade social. Para produzir essa correspondência, “a observação da realidade através dos jornalistas deve seguir regras e normas que contribuam para evitar uma percepção falsa” (Sponholz, 2009a, p. 17).

Compreender a objetividade como uma característica da relação entre essas duas realidades pressupõe não só a existência de uma realidade primária – de um mundo exterior que não depende de um sujeito conhecedor para existir –, como também a possibilidade de acesso a ela. A realidade midiática é, como a autora explica, o resultado do processo de produção de conhecimento do jornalismo, baseado no conhecimento do profissional sobre a realidade.

O que diferencia o jornalismo de outras atividades midiáticas é justamente a sua pretensão de ser o mediador entre o público e a realidade, e somente uma percepção de objetividade que considere esta questão é capaz de contribuir para que o jornalismo cumpra a sua função de informar (Sponholz, 2009a). Os jornalistas devem realizar o trabalho de apurar e investigar os acontecimentos para relatar ao público o que de fato aconteceu, buscando uma aproximação da realidade.

Kovach e Rosenstiel (2004) seguem na mesma perspectiva de que é a disciplina de verificação que separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da ficção ou da arte. Nesse cenário, também é possível dizer que a palavra-chave para a objetividade, quando entendida com relação à procura e à aproximação da realidade, não é neutralidade, mas sim investigação (Sponholz, 2009a).

A Folha de S.Paulo, objeto de pesquisa desta dissertação, considera, em seu Manual da Redação (2021), que não existe objetividade absoluta. “Ao escolher um assunto, redigir e editar um texto, o jornalista toma decisões subjetivas influenciadas por suas convicções pessoais, hábitos e emoções” (Manual..., 2021, p. 114). O manual pondera, no entanto, que esses aspectos não eximem o profissional de tentar ser o mais objetivo possível e que as diretrizes expostas têm como finalidade ajudar a relatar os fatos com exatidão e distanciamento. Consideramos que, ao

colocar a objetividade sob o domínio de uma subjetividade individual, o manual acaba minimizando o peso exercido pela própria política editorial do veículo, que orienta e condiciona as escolhas realizadas no processo jornalístico.

Guerra (2008) afirma que a objetividade é a condição de possibilidade para que o imperativo ético que funda o jornalismo, de que os profissionais devem se ater aos fatos, seja efetivamente cumprido. Como consequência, essa perspectiva se constitui em um dos mais importantes critérios de qualidade a ser exigido da instituição jornalística.

Para o autor, a objetividade, enquanto correspondência entre a notícia e o fato, exige o cumprimento de três parâmetros metodológicos para que seja alcançada. O primeiro deles é a intenção do repórter, já que a vontade de ser objetivo faz com que o profissional considere apenas os dados reais em sua investigação e deixe de lado elementos originados em outras esferas que não a da realidade.

O segundo refere-se ao rigor na realização dos procedimentos de investigação, em que o jornalista deve apurar o fato através de três procedimentos: a observação, a entrevista e a pesquisa documental. O terceiro está relacionado à redação da notícia, quando três aspectos são considerados na elaboração do discurso noticioso: os domínios da linguagem, das convenções jornalísticas que se convertem em técnicas de redação e da área temática de cobertura, para garantir o uso correto de expressões técnicas.

Guerra (2008) ressalta que essas três prescrições metodológicas necessárias para alcançar a objetividade não podem se validar autonomamente, ou seja, utilizar apenas uma delas não é suficiente. Para o autor, as três estão interrelacionadas de modo indissociável uma da outra.

No caso do jornalismo declaratório, esse conceito é tão mal interpretado e significativo porque “tem servido de justificativa para a prática, como se reproduzir uma declaração fosse um modo de objetividade, uma atitude distanciada e neutra pela qual o jornalismo não precisaria se responsabilizar” (Pollacchini; Benetti, 2025, p. 240). É preciso reconhecer que, como explica Henriques (2021a), o jornalismo é um modo particular de percepção, interpretação, organização e apresentação da realidade.

Os fatos nunca “falam por si só” e a operação de “tradução do que acontece” nunca é, e nem poderia ser, realizada automaticamente. Toda a suposta neutralidade ou passividade do jornalista, em nome da alegada “objetividade”, resulta, na verdade, em oportunidade para relatos acrílicos e até mesmo, em última instância, para a desinformação (Henriques, 2021a, p. 825).

Entre os principais conceitos que comumente são associados e confundidos com a objetividade está a facticidade, ligada à ideia de que os fatos falam por si e são capazes de revelar a realidade em seu estado puro, dispensando interpretações para ser compreendido – noção refutada por Henriques (2021a). Essa percepção abrange as declarações serem transformadas em fatos, como ocorre no jornalismo declaratório.

Atrelada a ela, podemos citar também a objetividade entendida como uma questão textual, em que ser objetivo significa ir “direto ao ponto, sem rodeios, ou quando se consegue sintetizar aquilo que é mais importante de ser relatado e se garante alto grau de comunicabilidade no texto” (Henriques, 2021a, p. 796). Dessa forma, o conceito se reduz a algo técnico, um recurso disponível e desejável ao jornalista, e não como um problema de adequação, correspondência, representação possível ou ainda interpretação apropriada das ocorrências de interesse público (Henriques, 2021a).

A objetividade vista como um ritual estratégico foi analisada por Tuchman (1993), que identificou a percepção dos jornalistas que a utilizam como uma forma de proteção dos riscos da profissão. Para a autora, os profissionais têm que ser capazes de invocar algum conceito de objetividade para trabalhar os fatos relativos à realidade social. Assim, ela fez uma análise de três fatores que influenciam essa noção: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais.

Forma é entendida pela autora como os atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como o uso das aspas. Em relação ao *conteúdo*, Tuchman (1993) fala das noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas, que também estão ligadas às *relações interorganizacionais* do profissional, devido às experiências com as organizações.

A notícia, como aponta Tuchman (1993), é um compilado de fatos avaliados e estruturados pelos jornalistas, que têm a responsabilidade pela exatidão de qualquer um destes fatos. Cada notícia pode acarretar perigos para os veículos, afetar a capacidade dos profissionais no cumprimento das tarefas diárias e atingir a

reputação frente aos superiores, além de ter influência nos lucros do jornal (Tuchman, 1993).

Devido a esses aspectos, os jornalistas lutam contra as pressões ao tomarem para si uma noção do que eles consideram que traria objetividade para os conteúdos jornalísticos produzidos. “Eles defendem que, se todos os repórteres reunirem e estruturarem os ‘factos’ de um modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados” (Tuchman, 1993, p. 78).

A autora cita quatro procedimentos estratégicos utilizados pelos profissionais para reivindicar que o trabalho desenvolvido é objetivo: 1) apresentar versões diferentes de uma mesma realidade (“ouvir os dois lados”), 2) utilizar aspas para indicar que aquela opinião é do entrevistado e não do jornalista, 3) mostrar provas suplementares para fundamentar um fato e 4) organizar a notícia de acordo com a relevância das informações, no modelo conhecido como pirâmide invertida. Tuchman (1993) reforça que, embora esses aspectos possam fornecer provas de uma tentativa de atingir a objetividade, não se pode dizer que ela é alcançada por meio desses pontos.

Acreditar que o uso de aspas é um meio para alcançar a objetividade vai no mesmo sentido da assepsia, como bem aponta Moretzsohn (2007), como se o processo de atribuir uma informação à fonte eximisse o jornalista ou o veículo de comunicação da responsabilidade por esse conteúdo divulgado e como se esse procedimento fosse isento de intencionalidades.

No caso da apresentação de possibilidades conflituais – como se ao colocar em prática essa ação garantisse que alguma das versões apresentadas pelas fontes seja verdadeira –, a verificação empírica é comumente substituída pela confiabilidade das fontes (Moretzsohn, 2007). Essa providência é tomada como se favorecesse a objetividade e estimulasse o público a tirar suas próprias conclusões.

Tuchman (1993) problematiza a percepção de objetividade encontrada em seu estudo, que é reduzida a atributos formais do texto, ao afirmar que há uma clara discrepância entre o que os jornalistas buscam fazer e o que ocorre na prática. Além disso, ela pontua que não existe uma relação evidente entre os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos estratégicos utilizados pelos profissionais).

Quando a objetividade é encarada de forma reducionista, ampara um processo que Moretzsohn (2007) chama de “jornalismo de mãos limpas”, que é quando o jornalista consulta suas fontes, relata os fatos e lava as mãos, conforme veremos no próximo subcapítulo.

Podemos citar ainda as percepções de neutralidade e imparcialidade, comumente atreladas ao conceito de objetividade. Neutralidade pode ser entendida como a abstenção de expor a própria opinião, em que não é possível identificar a posição do jornalista sobre o assunto noticiado ou quando este produz um texto sem adjetivos ou expressões opinativas, como explica Sponholz (2009a). Neste contexto, a autora reforça que a separação absoluta entre a subjetividade e a objetividade não é somente impossível, como também indesejável, visto que os dois conceitos não são antônimos e o conhecimento não se torna objetivo por meio da negação da subjetividade.

A neutralidade não pode ser considerada como um pressuposto para alcançar a objetividade. Pelo contrário, ela pode prejudicar esse processo e fazer com que os jornalistas assumam comportamentos passivos, levando a uma investigação jornalística de baixo engajamento (Sponholz, 2009a). Outro problema nesse cenário, segundo Sponholz (2009a), é que, além de prejudicar o processo de conhecimento por renunciar à investigação, a neutralidade reduz o jornalismo a uma mera tarefa de divulgação que pode levar à transmissão de declarações falsas – como não há o trabalho de pesquisar, as falas também não são verificadas.

Já a imparcialidade é entendida pela autora como a impossibilidade de associação do ponto de vista do jornalista ou da publicação com as posições políticas já existentes. Na perspectiva de Miguel e Biroli (2012), essa noção pode ser compreendida como um tipo de universalismo – em que não representa a equidistância entre os lados, mas a capacidade de se apresentar na posição do universal.

Esse conceito pode colaborar “para a ocultação dos lugares de enunciação dos discursos e das redes de diferenciação que os caracterizam e fazem com que circulem por determinados espaços e sejam aceitos como verdadeiros” (Miguel; Biroli, 2010, p. 66). Assim, ao apresentarem sua posição como não situada socialmente, os profissionais incorporam e ativam os pressupostos que naturalizam a ordem social e a política estabelecida (Miguel; Biroli, 2010).

A má interpretação e a confusão acerca do que significa ser objetivo, como nos casos apresentados até aqui, culminam no fomento do jornalismo declaratório, reduzindo o jornalista a um mero transmissor de informações. Esses entendimentos fazem com que uma mediação o mais desinteressada possível seja naturalizada na construção noticiosa. Tais percepções são prejudiciais para a própria investigação jornalística, com a produção de notícias que se contentam em transcrever com precisão aquilo que se disse (Henriques, 2021a).

Na cobertura informativa, os jornalistas não podem expor opinião ou posicionamento; não podem qualificar as declarações; não podem emitir juízo algum, ou qualificar o que se diz; e os relatos não deveriam nem mesmo apresentar qualquer indício que seja de interpretação a respeito, por exemplo, do conteúdo das falas de autoridades públicas. Um prato cheio para políticos populistas de extrema-direita, conforme se pode verificar atualmente em diversas partes do mundo (Henriques, 2021a, p. 797).

É preciso reconhecer que o jornalismo não consegue acessar os fatos em si mesmos, entretanto, a objetividade não pode deixar de ser a meta dos profissionais, como destaca Henriques (2021b). Assim, os jornalistas têm o dever de se esforçar para alcançar uma aproximação das ocorrências, e isso significa que o resultado não será o reflexo ou a revelação imaculada da objetividade, mas uma interpretação da realidade.

Há um grande risco em assumir uma posição de que a objetividade jornalística não existe, e isso gera prejuízos para o jornalismo enquanto instituição social. Para Sponholz (2009a), há uma perda dupla nesse processo: por parte da população, que depende do conhecimento para se orientar na sociedade, e a imprensa é uma das fontes mais importantes nesse contexto; e por parte dos jornalistas. “Se o exercício do jornalismo se reduz a transmitir declarações de fontes de fácil acesso, diminuem tanto o nível de exigência sobre o trabalho jornalístico quanto a necessidade de jornalistas” (Sponholz, 2009a, p. 11).

A objetividade é uma condição indispensável para a mediação das informações – se não é possível estabelecer uma relação entre as realidades social e midiática, não é possível transmitir informações (Sponholz, 2003). Se essa relação não existir, conforme a autora explica, é necessário abandonar a tarefa informativa do jornalismo e assumir todas as consequências publicísticas e políticas que isto significa.

2.3 A dependência de fontes e o modo como as declarações são tratadas

As reflexões realizadas sobre o conceito da objetividade jornalística são fundamentais para entendermos mais dois aspectos que também fomentam o jornalismo declaratório: a dependência de fontes e o modo como as declarações são tratadas. Nas produções noticiosas, as fontes são indispensáveis, mas quando falamos em jornalismo declaratório, elas ganham um papel de destaque ainda maior.

Conforme Lage (2001), a maioria das matérias contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público – são o que se chama de fontes. Elas podem ser mais ou menos confiáveis, pessoais, institucionais ou documentais. “É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas” (Lage, 2001, p. 21).

O autor classifica as fontes em *oficiais*, que são aquelas mantidas pelo Estado, por instituições que preservam algum poder de Estado – em complementação, consideramos também como *oficiais* as fontes que têm a informação e a autorização para falar em nome de uma instituição; *oficiosas*, que são ligadas a uma entidade ou indivíduo e que não estão autorizadas a falar em nome dela ou dele; e *independentes*, quando estão desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico – embora seja importante considerar que toda a fonte é, de alguma forma, interessada (Gomis, 2004).

Há, ainda, para Lage (2001) as fontes *primárias*, em que o jornalista se baseia para conseguir o conteúdo essencial de uma matéria, como o relato de fatos, versões e números; e as *secundárias*, que são consultadas para preparar pautas e construir premissas genéricas. Além disso, há as *testemunhas*, marcadas pela emotividade e pelas diferentes perspectivas; e as *experts*, que são geralmente fontes secundárias, procuradas em busca de versões ou interpretações de eventos (Lage, 2001).

Inseridas neste contexto, em que os profissionais estão dependentes de assuntos noticiosos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis, estão o que Hall et al. (1993) chamam de *fontes poderosas* – pessoas que ocupam posições de prestígio e que possuem acesso privilegiado aos jornalistas. Essas fontes estão

mais sujeitas a serem inseridas em produções do jornalismo declaratório e também a utilizarem essa prática em benefício próprio.

Como os jornalistas nem sempre podem observar presencialmente os acontecimentos relatados, eles recorrem a esses personagens para obter mais informações e diferentes versões sobre um fato, como indica Fontcuberta (2010). E, conforme a autora, é o estabelecimento de uma relação entre os meios e as fontes que abrange o elo mais complexo de todo o processo de produção das notícias.

Pinto (2000) questiona, a partir de um ponto de vista funcional e utilitário, as motivações, os objetivos e as finalidades que estruturam a relação entre as fontes e os jornalistas. O autor indica que as fontes procuram os jornalistas com o propósito de visibilidade e atenção dos meios de comunicação, de marcação da agenda pública e imposição de certos temas, de angariação de apoio ou adesão a ideias ou produtos e serviços, de prevenção ou reparação de prejuízos, de neutralização de interesses de concorrentes ou adversários e de criação de imagem pública positiva.

Nesse contexto, os jornalistas buscam as fontes para obtenção de informação inédita, confirmação ou não de informações obtidas por meio de outras fontes, dissipação de dúvidas e desenvolvimento das matérias, lançamento de ideias e debates, fornecimento de avaliações e recomendações de peritos e atribuição de credibilidade e legitimidade a informações diretamente coletadas pelo repórter.

É importante desmitificar as concepções naturalistas das fontes, visto que elas remetem para posições e relações sociais e para interesses e pontos de vista. Ou seja, são entidades interessadas, que desenvolvem a sua atividade a partir de estratégias e com táticas bem determinadas (Pinto, 2000). Afinal, como Gomis (2004) destaca, se não fossem os interessados em que algo fosse publicado, muitas notícias nunca apareceriam. “A fonte fundamental das informações são os interessados em que alguns fatos sejam conhecidos, seja por meio de uma comunicação direta de notícias ou por uma programação habitual de atividades” (Gomis, 2004, p. 103).

Algo que amplia o debate sobre as questões do jornalismo e das fontes é a internet e as novas modalidades de produção, processamento e circulação de conteúdos informativos (Pinto, 2000). Sabemos que, atualmente, o contexto tecnológico possui um papel importante como canal de comunicação de personalidades e instituições.

Com as plataformas e as redes sociais, é facilitado o acesso dos jornalistas a múltiplas fontes de informação. Neste meio, em que políticos e celebridades comumente dominam, também são amplificadas as vozes de diferentes grupos sociais, como líderes sindicais, intelectuais, especialistas, cidadãos, entre outros – aspecto que, de alguma forma, pode incrementar a pluralidade de fontes. Nesse sentido, Gehrke (2018) afirma que os avanços tecnológicos contribuem para o desenvolvimento ou a ascensão de novos conjuntos de práticas e que, independentemente da ferramenta, o jornalismo utiliza fontes para dar sustentação às notícias.

Quando pensamos em um recorte voltado ao jornalismo declaratório, “políticos, especialistas e celebridades fazem declarações incessantemente, às vezes com repercussão quase imediata no próprio ambiente digital, e acabam pautando as redações” (Pollacchinni; Benetti, 2025, p. 241). Como consequência, torna-se papel dos jornalistas monitorar essas contas e validar o interesse demonstrado pelas redes. Dessa forma, a facilidade de acesso a esses conteúdos aliada à dependência de fontes é um dos motivos de o jornalismo declaratório ter se intensificado cada vez mais, enraizando-se na prática jornalística.

Há, ainda, o tempo como uma questão crucial nesse contexto, que relaciona-se tanto com o ritmo próprio ao desempenho de cada um quanto à velocidade com que as informações chegam ao público, além das consequências que essas informações podem gerar, como analisa Moretzsohn (2007). Assim, o caráter imediatista do trabalho jornalístico expõe o profissional ao risco permanente de manipulação pelas fontes, tanto maior quanto mais preparadas e qualificadas elas forem.

Pinto (2000) explica que os jornalistas e os veículos se deparam constantemente com a pressão das fontes, em luta por adquirir visibilidade no espaço público. Isso implica no poder e na responsabilidade do jornalismo nos planos político e sociocultural, que decorrem da capacidade de definir linhas de atuação que abrangem, “em qualquer circunstância, incluir e excluir, atribuir importância, dar a ver e a conhecer” (Pinto, 2000, p. 287) – tanto os fatos quanto as fontes. Não apenas das fontes derivam as pressões, já que os jornalistas também passam pelos constrangimentos oriundos do universo de quem detém e controla os meios, dos anunciantes, dos lobbies e dos interesses políticos.

Neste confronto de lógicas, de interesses e de visões sobre o que é notícia e qual o seu papel na sociedade, os jornalistas e as empresas são permanentemente desafiados a conquistar e aprofundar o seu espaço vital próprio, com uma margem de ação que é frequentemente estreita (Pinto, 2004, p. 287).

Nesse jogo de interesses, cabe aos veículos jornalísticos a responsabilidade de verificar as informações fornecidas pelas fontes e contrastá-las, como explica Gomis (2004). O autor afirma que “a notícia é uma interpretação de um fato, mas a interpretação da notícia se faz melhor se nos perguntarmos a quem beneficia ou prejudica, como pista para averiguar quem pode ser a verdadeira fonte” (Gomis, 2004, p. 105).

Gomis (2004) aponta que o principal tipo de fonte interessada são os políticos, que desejam aparecer aos olhos dos cidadãos, dos próprios funcionários, dos militantes do partido governante, das potências estrangeiras e do mundo em geral. Como eles estão sempre em busca de alguma visibilidade nos veículos de comunicação para divulgar suas ações, convertem-se em uma inesgotável fonte de notícias.

Sobre esse aspecto, o Manual da Folha (2021) reforça que o jornalista deve manter uma atitude crítica em relação a qualquer fonte de informação, por mais confiável que possa parecer. “Governantes por vezes recorrem à disseminação de informações falsas ou descontextualizadas com finalidades variadas: animar sua base, desacreditar a imprensa ou como estratégia diversionista” (Manual..., 2021, p. 73).

Para Miguel (2002), a mídia é um espaço central da vida política contemporânea, pois os meios de comunicação de massa ampliam o acesso aos agentes políticos e a seus discursos, que ficam expostos, de forma mais permanente, aos olhos do grande público. Tal aspecto evidencia a predominância do jornalismo declaratório na cobertura política, com o uso frequente de fontes oficiais e a manutenção de declarações dessas fontes sem análises ou contextualizações (Chagas; Cruz, 2022), reforçando essa prática como rotineira na produção noticiosa.

Em pesquisa realizada anteriormente sobre títulos declaratórios do jornal Folha de S.Paulo, optamos por uma categorização das fontes que permitisse distinguir os sujeitos a partir das posições sociais ocupadas por eles, com o acionamento do conceito de campo, definido como um “espaço social de relações objetivas” (Bourdieu, 2012, p. 64). No contexto do jornalismo declaratório, nos

pareceu relevante compreender essas posições para melhor identificar os declarantes que tinham suas falas destacadas nos títulos das matérias.

Como resultado, a partir da análise de 258 títulos, obtivemos os seguintes dados relacionados às incidências dos personagens de cada campo: político (60,46%), científico (14,72%), econômico (8,13%), cultural (5,03%), jurídico (4,26%), civil (3,10%), jornalístico (1,55%), policial (1,16%), religioso (1,16%) e esportivo (0,38%). Esses números evidenciam o quanto os agentes políticos se mobilizam e conseguem se manter em evidência no jornal, com declarações destacadas nos títulos das matérias, uma posição benéfica e de grande visibilidade para aqueles que desejam não ser esquecidos pelo público (Pollacchini, 2023).

Outro aspecto necessário a ser abordado na discussão é a importância que o campo jornalístico tem para os outros campos – como o político e o econômico, por exemplo –, sendo alvo de disputa devido ao fato de ser capaz de agregar capital social às fontes. Bourdieu (1997) compreende o campo jornalístico como um microcosmo que possui leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas suas relações de atração e repulsão que sofre por parte de outros microcosmos.

Berger (1996) afirma que a noção de campo do autor vem ao encontro da necessidade de relacionar o lugar de produção social com o lugar da produção simbólica. “Um campo se constitui a partir da existência de um capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irreduzível e lutam por ele. Capital, conceito-chave neste modelo, só é definível a partir de campo” (Berger, 1996, p.189-190). A autora aponta que Bourdieu reconheceu em seus trabalhos uma superioridade no capital simbólico, por transitar em todos os campos e pelo poder de fazer crer.

Como hipótese, Berger (1996, p. 190) ressalta que o campo jornalístico detém, privilegiadamente, o capital simbólico, porque é da natureza do jornalismo fazer crer, e o capital desse campo é a credibilidade, afinal, “é ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais”. A pesquisadora reforça que a luta travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, visto que “nele se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público” (Berger, 1996, p. 190).

Desde o olhar da Comunicação, quem constitui o dado pela enunciação, na contemporaneidade, é o jornalista, já que a definição social do jornalismo está na passagem do acontecido para seu relato que, para Bourdieu, pertence ao poder simbólico (poder de consagrar pessoas e instituições) e faz parte da função mediadora da imprensa, não se encontrando em nenhuma outra instituição social ou cultural a mesma competência (Berger, 1996, p. 190).

Ao selecionar fontes, enquadrar temas e hierarquizar informações, o jornalismo não apenas relata a realidade, mas contribui ativamente para construí-la socialmente. Nesse sentido, a importância do campo jornalístico para os outros campos reside no fato de que ele atua como uma instância que agrega capital social às fontes, ou seja, é como se elas fossem revestidas de credibilidade por terem sido escolhidas pelo jornalismo. Agentes de outros campos buscam visibilidade na imprensa porque o reconhecimento jornalístico pode reforçar sua posição, ampliar seu capital simbólico e influenciar disputas internas dentro dos seus respectivos campos.

Considerando a complexidade da relação com as fontes, Santos (1997) explica que trata-se de uma luta e um negócio permanentes. De um lado, elas colocam as informações de acordo com seus objetivos, de outro, o jornalista adapta a informação seguindo os critérios de noticiabilidade da sua organização.

Cada uma das partes, integrada num processo dinâmico e interventivo, alargado a outros agentes, procura criar uma agenda de temas e influenciar quais os aspectos e tópicos a constar dessa agenda. Fontes e jornalistas procuram protagonizar o jogo, mas sabem que são usados pelos outros agentes (Santos, 1997, p. 180-181).

Em meio a esse contexto, o autor elabora o conceito *campo de notícia*, a partir de Bourdieu, definido por ele como um palco de lutas pelo poder. O pesquisador explica que trata-se de um espaço em que “os jornalistas e as fontes procuram, numa guerra contínua de posições, com recursos mobilizados e em processo de permanente evolução, interagir, concorrer, dominar, explorar e intimidar” (Santos, 1997, p. 184).

Ele pondera que os interesses das fontes e dos jornalistas podem ser comuns, mas também distintos – e isso pressupõe que exista um esforço permanente de diálogo, relação simbiótica ou negócio. Para Santos (1997), o campo de notícia constitui, portanto, um ambiente amplo de negociações entre os interventores na elaboração e produção da notícia, com desempenho de múltiplos papéis articulados a diversos enquadramentos. Afinal, “no campo de notícia,

processam-se lutas pelo poder, na afirmação de paradigmas legitimadores de posições que esse mesmo poder pretende perpetuar” (Santos, 1997, p. 196).

Consideramos relevante trazer também para o debate sobre as fontes o conceito de pseudoevento, definido por Boorstin (1971⁶ apud Gomis, 2004) como um fato criado para ser noticiado, algo que não é espontâneo, mas sim previsto, suscitado ou provocado. Esse conceito torna-se uma estratégia para agentes públicos ganharem destaque na imprensa, como promover entrevistas coletivas, realizar visitas políticas e diplomáticas e inaugurar obras – até mesmo quando ainda não estão prontas. Assim, essas ações são convertidas em notícias, atendendo aos interesses das fontes.

Com essas tomadas de posição tão imbricadas na relação entre fontes – especialmente do campo político – e jornalistas, Gomis (2004) considera que, ao fim, os meios de comunicação não têm que se preocupar em produzir fatos, porque chegarão a eles mais do que precisam. Para o autor, o sistema político não só fornece os fatos que são notícia, mas é uma organização que produz notícia. “Fato ou pseudofato, o gesto, a palavra, a obra são programados levando em conta o efeito que deles é razoável prever. E assim o sistema político é o principal interessado na informação pública” (Gomis, 2004, p. 115).

Arelada à ideia da dependência de fontes está o modo como as declarações são tratadas pelos jornalistas. Aqui, ocorrem duas práticas muito comuns no jornalismo declaratório: tomar qualquer declaração proferida por fontes como se fosse um fato concreto, que fala por si só (Chagas; Cruz, 2022), e fazer um tratamento inadequado a esse fato.

Neste aspecto, julgamos necessário trabalhar a diferença entre *fato* e *acontecimento*. O fato corresponde a um dado da realidade, que se apresenta na forma de evento ou fenômeno, com o qual é possível pôr-se em relação imediata na experiência ou mediada por meio do texto, conforme explica Gomes (2009).

O autor destaca que as notícias são textos dotados de sentido que, por sua vez, falam de fatos. Ou seja, são objetos com os quais um sujeito pode entrar em contato ou interação linguística. Por outro lado, “os fatos, em princípio, são objetos ‘mudos’, isto é, objetos com os quais não é possível nenhuma comunicação ou interação linguística” (Gomes, 2009, p. 29).

⁶ BOORSTIN, Daniel. *L'Image*. Paris: L'Union Generale d'Editions, 1971.

O pesquisador enfatiza que o jornalista é um perseguidor de fatos, embora na sociedade midiática estejamos acostumados a vê-lo sendo perseguido pelos fatos ou por pessoas que querem virar fatos e, a partir daí, notícia. Ele ainda afirma que, de qualquer modo, o texto que se transforma em notícia deve representar um evento ou estar incluído num acontecimento.

O acontecimento, segundo Lückman (2020), deve sempre ser considerado em relação a seu sistema, em que se leva em conta as referências temporais, a distância em relação à norma e o impacto sobre os objetos e sistemas que atinge. “Multifatorial e multirrelacionado, o acontecimento pode ser dotado de uma taxa de imprevisibilidade ou de improbabilidade de tamanho variável” (Lückman, 2020, p. 219).

Para Rodrigues (1999, p. 27), acontecimento é “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”, e quanto mais imprevisível for um fato, mais possibilidade ele terá de ganhar o estatuto de acontecimento para o jornalismo. O registro da notabilidade dos fatos pelo jornalismo, de acordo com o autor, não se esgota em si mesmo. “É o próprio discurso do acontecimento que emerge como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições” (Rodrigues, 1999, p. 29).

Benetti (2010) afirma que o acontecimento jornalístico geralmente se define a partir de uma concepção positiva ou funcional da história – trata-se do excepcional em relação ao comum, do desvio em relação à norma. Ao adotar de forma pragmática esse tipo de concepção de uma história compacta, linear e consensual sobre o que seja a norma e o que seja desvio, o jornalismo utiliza a mesma lógica para supor os interesses do público e orientar o olhar sobre o que seja o acontecimento jornalístico, reflete a autora.

Nesse sentido, conforme Benetti (2010, p. 147), é “um movimento circular que começa nos interesses da fala institucionalizada do poder e retorna a esses mesmos interesses, sempre mediado pelos procedimentos técnicos que legitimam a prática discursiva do jornalismo”. Ainda que *acontecimentos* sejam frequentemente utilizados como sinônimos de *fatos* quando se trata de falar de algo que acontece no mundo exterior a nós, Sponholz (2009b) reforça que nem todo fato é um acontecimento.

O acontecimento jornalístico está, portanto, inserido em uma ordem hermenêutica, ou ordem dos sentidos, de grande complexidade – não apenas pelos procedimentos exigidos para que um fenômeno se transforme em acontecimento, mas também pelos quadros de referência que ajuda a legitimar (Benetti, 2010, p. 149).

A partir dessa perspectiva, destaca-se um ponto central: a contextualização. Quando o jornalista reconhece uma declaração como um fato, existem – ou ao menos deveriam existir – critérios para que esse fato seja elevado à condição de acontecimento jornalístico, o que passa necessariamente pela forma como ele é contextualizado. O problema surge quando essa contextualização é omitida em nome de uma suposta isenção, transferindo ao leitor a responsabilidade de interpretar sozinho o sentido de uma declaração, avaliar se ela é falsa ou identificar se promove desinformação sobre determinado tema. Ou seja, ocorre um tratamento inadequado à declaração.

Lückman (2020) explica a *contextualização* como um processo de articulação complexa de elementos que busca situar o acontecimento jornalístico dentro do recorte da realidade à qual pertence, estabelecendo o maior número de conexões entre o acontecimento e os elementos relevantes relacionados a ele. Para isso, os jornalistas devem realizar o trabalho “partindo dos aspectos singulares e identificando informações conexas, pertinentes e consistentes que contribuam para ampliar a compreensão crítica sobre o tema, possibilitando, assim, a produção de conhecimento” (Lückman, 2020, p. 217).

Em relação ao *contexto*, a autora esclarece que trata-se de um recorte da realidade relacionado ao acontecimento jornalístico que será representado simbolicamente como notícia. Tal recorte pode ser de maior ou menor amplitude, ou seja, depende “das escolhas do jornalista, de seus referenciais epistêmicos e ideológicos, das peculiaridades do meio onde a notícia será publicada ou das possibilidades empíricas de alcance do fragmento a ser recortado” (Lückman, 2020, p. 217).

A autora enfatiza que contexto e contextualização são complementares e indissociáveis:

Enquanto o contexto pode ser comparado a uma paisagem ou a um cenário, a contextualização é a estratégia de delimitação dessa imagem. Se o contexto for visto como uma rede, a contextualização é a estratégia que identifica e estabelece as conexões entre os nós que formam a rede. Tanto no contexto quanto na contextualização, a presença do sujeito pensante que

observa e define os elementos a serem conectados no cenário é indispensável (Lückman, 2020, p. 217).

O Manual da Redação da Folha (2021) indica que a decisão sobre a publicação e o destaque a ser dado a determinado fato depende sempre do contexto em que ele está inserido e que determinados aspectos tendem a multiplicar a repercussão de um fato e tornar a notícia mais relevante. Para o jornal, esses critérios são a *amplitude*, relacionada ao universo de pessoas impactadas; o *apelo*, ligado à curiosidade que a notícia pode despertar no público; a *empatia*, entendida como a capacidade de gerar identificação do leitor com personagens ou situações retratadas; o *ineditismo* ou *improbabilidade*, que se manifesta na capacidade de surpreender; e a *proximidade*, seja ela geográfica ou simbólica, entre o fato gerador da notícia e o leitor.

O guia também orienta que a pauta necessita ir além do fato, oferecendo ao leitor contextualizações histórica, social, estatística e cultural e o maior número de nexos articulados às informações essenciais. Há a diretriz de assumir que o leitor desconhece os fatos precedentes relacionados a uma notícia divulgada. “Declarações falsas, descontextualizadas ou distorcidas devem ser imediatamente contrapostas aos elementos factuais e aos desmentidos apropriados” (Manual..., 2021, p. 79). Embora tal recomendação esteja presente no manual, sabemos que, em inúmeras vezes, isso não é cumprido pelo jornal.

Conforme Lückman (2020) evidencia, o uso das mídias digitais representou uma mudança de perspectiva sobre a importância de textos mais contextualizados, em quaisquer linguagens, suportes ou formatos. Para a pesquisadora, informações e acontecimentos devem ser colocados em contexto para adquirirem significado e se integrarem em um conjunto visível, tornando-se, assim, conhecimento.

Quando o jornalismo contextualiza os acontecimentos, enfatiza sua função social e afirma sua importância como mediador qualificado no ambiente comunicacional em que a informação circula de forma desordenada, acelerada e excessiva (Lückman, 2020). A autora também reafirma o papel do jornalismo nesse ambiente ao considerar que os critérios para se definir em que informação acreditar têm se tornado cada vez mais desafiadores para o público.

O modo como as declarações são tratadas pelo jornalista, portanto, reflete diretamente na qualidade do produto jornalístico final que chega aos leitores. Nesse sentido, uma declaração só poderia ser tomada como fato quando fosse de

interesse público, sendo realmente relevante para a sociedade, e devidamente contextualizada. No caso do jornalismo declaratório, observamos com frequência – e em pesquisas anteriores – que isso não ocorre: há uma série de declarações na produção jornalística diária que sequer deveriam virar notícia. Consideramos que esse fenômeno, então, tem relação direta com o posicionamento de tomar qualquer declaração proferida por fontes – e não somente as relevantes – como se fosse um fato e com o tratamento inadequado dado a ela.

Moretzsohn (2007) considera que a simplificação do princípio da objetividade traduzido na ideia de que “os fatos falam por si” esconde o processo de produção jornalística, que abrange desde os critérios segundo os quais determinados fatos alcançarão o status de notícia até a maneira pela qual eles serão trabalhados. A autora pondera que, evidentemente, “esse enfoque leva à condenação da subjetividade do jornalista – de sua intervenção como intérprete dos acontecimentos que relata – como uma indesejada e mesmo antiética ‘interferência’ na transmissão de informação” (Moretzsohn, 2007, p. 119).

Isso leva ao que a autora classifica, conforme citamos anteriormente, como “jornalismo de mãos limpas”, um processo de mediação que se legitima ao ocultar-se a si próprio. Neste contexto, a imprensa apenas relata fatos e não teria qualquer influência ou interesse sobre o que divulga, podendo, portanto, lavar as mãos. Assim, o jornalismo pode usar como recurso a metáfora do “mensageiro”, através da qual o profissional busca isentar-se das responsabilidades sobre as notícias que produz.

Junto com essa concepção segue a ideia de que, ao disponibilizar as informações (relatar fatos), o público estaria apto a tirar suas próprias conclusões (pensar por si), de acordo com Moretzsohn (2007). Essa afirmação, sistematicamente reiterada, “desconhece não apenas o processo de construção da notícia, resultante de mediações discursivas inerentes ao trabalho jornalístico, como a força do preconceito arraigado no senso comum” (Moretzsohn, 2007, p. 120). A autora acrescenta:

A mediação discursiva empreendida pelo jornalismo integra o processo através do qual o público tira conclusões que, portanto, não são autônomas no sentido que os postulados clássicos legitimadores da atividade da imprensa querem aparentar. E, conseqüentemente, que o processo de esclarecimento precisará partir da identificação dos elementos constituintes dessas mediações (Moretzsohn, 2007, p. 122).

Ou seja, a mediação jornalística é fundamental para a apreensão da realidade, e a ideia de que o jornalismo poderia apresentar “apenas fatos” não condiz com o sistema de produção de notícias. Entretanto, essas concepções servem de combustível e respaldo para o jornalismo declaratório, com a produção desenfreada de notícias baseadas apenas em declarações das fontes, sem contextualização e muitas vezes transcritas sem que qualquer contraponto seja apresentado na mesma unidade informativa (Henriques, 2020a).

A visibilidade constante dada às declarações de fontes pode gerar problemas para o jornalismo, principalmente quando elas trazem informações falsas ou incorretas, conteúdos interessados e são divulgadas desacompanhadas de contextualização e apuração. Há uma naturalização do processo de transformar uma declaração em fato, mesmo que ela não corresponda à realidade. Isso resulta em notícias que se restringem à transcrição de falas, com uma mediação, muitas vezes, desinteressada, ou seja, mal feita.

O jornalismo, ao tratar as declarações como se fossem fatos concretos, transferindo para a fonte – cujo interesse pode ser oposto ao interesse público – a responsabilidade sobre a informação divulgada, enfraquece a sua função de mediador entre a realidade e o público, além de abrir mão de outras finalidades. Pode, inclusive, contribuir para a propagação de desinformação, tanto por ampliar a circulação de conteúdos falsos, quanto por conceder visibilidade aos sujeitos que disseminam esses conteúdos – não uma visibilidade qualquer, mas chancelada pela credibilidade do jornal (Pollacchini, 2023, p. 95).

Esse processo gera um ciclo vicioso de produção, que vemos diariamente nos jornais. Alguém fala algo que gera repercussão imediata nas redes sociais ou que os jornalistas veem potencial para repercutir após ser noticiado, essa declaração é replicada por veículos jornalísticos, geralmente sem ter sido verificada, e, conseqüentemente, esse discurso é amplificado pelo jornalismo.

Mesmo que, às vezes, o jornalismo se resguarde em conceitos que o distanciam do seu papel de mediador, sabemos que todo o processo de produção de notícias é marcado por intencionalidades e interpretações. No jornalismo declaratório, trechos de falas de fontes são escolhidos por jornalistas, hierarquizados e organizados em uma matéria, além de, no título, ser selecionada uma declaração capaz de chamar a atenção do público. Então, esse texto não é isento de marcas do jornalista, elas estão mascaradas por uma falsa percepção de objetividade, como se

o profissional estivesse apenas relatando os fatos, sem qualquer resquício de subjetividade.

Portanto, a relação complexa com as fontes e a tendência em transformar as declarações em fatos concretos, capazes de revelar a realidade de forma “pura”, são propulsores de uma maneira de fazer jornalismo que pode não cumprir com as suas finalidades (Reginato, 2019), como veremos mais adiante. Esses fatores precisam ser considerados quando tratamos do jornalismo declaratório, para auxiliar na compreensão desse fenômeno tão arraigado nas redações jornalísticas.

2.4 As rotinas de produção e as métricas

Por trás do jornalismo declaratório, há ainda dois pontos essenciais que devemos abordar. As *rotinas de produção*, muitas vezes brutais, a que os jornalistas estão submetidos, com pouco tempo e poucas condições para verificar a veracidade e a pertinência de tudo que é dito pelas fontes, e a submissão às *métricas*, que medem as notícias que mais agradam o público. Dessa forma, o jornalismo declaratório se apresenta como uma alternativa rápida, fácil, lucrativa e razoavelmente segura de se noticiar (Pollacchini; Benetti, 2025).

É uma alternativa rápida e fácil porque basta replicar declarações de fontes em formato de notícia, sem ter o “trabalho” de verificar as informações e trazer elementos de contextualização. É lucrativa porque as declarações destacadas nos títulos, muitas vezes polêmicas ou falsas, chamam a atenção dos leitores que, conseqüentemente, consomem o conteúdo; e é razoavelmente segura porque o jornal tenta se isentar da responsabilidade do que publica por deixar entre aspas as declarações ou indicar a autoria da fala. Mesmo sendo um conteúdo produzido sob essas condições, é aceito e normalizado dentro das redações jornalísticas.

Sabemos que o jornalismo declaratório é uma realidade na imprensa, e, em alguns casos, talvez não seja possível escapar dele justamente devido às rotinas de produção. O principal problema se configura quando essa prática abre espaço para discursos mentirosos, preconceituosos e imprecisos. Entretanto, as condições das rotinas produtivas não poderiam, nesse caso, servir de justificativa para que esse tipo de conteúdo seja amplificado, pois ele pode se distanciar das finalidades do jornalismo, como informar de modo qualificado (Reginato, 2019).

Moretzsohn (2007) afirma que, assim como em qualquer atividade profissional, o jornalismo tem seu próprio cotidiano, no qual é preciso internalizar determinados procedimentos – e é na própria estrutura desse cotidiano que se pode buscar elementos para a crítica da naturalização das rotinas. A autora questiona se é viável, considerando as condições de produção em uma era que o “tempo real” é muito valorizado, lidar com a imediaticidade dos fatos com um distanciamento capaz de conferir-lhes sentido e lidar com a vida cotidiana com uma perspectiva de fornecer-lhe elementos de crítica.

Refletindo sobre a questão, Moretzsohn (2007, p. 239) remonta ao passado para indicar que, desde meados do século 19, o jornalismo vive sob uma permanente tensão, “expressa no lema ‘get it first, but first get it right’⁷, livremente traduzido no compromisso de ‘dar a verdade em primeira mão’”. A frase está relacionada com a ideia de que entre a “verdade”, considerada como a informação verdadeira, objetiva e confiável, e a velocidade, que é a necessidade empresarial de chegar antes do concorrente, a “verdade” deveria ter prioridade, embora ocorra com frequência o contrário, prevalecendo a lógica da concorrência (Moretzsohn, 2007).

Bourdieu (1997) já falava sobre esse dilema relacionado com a televisão, mas que podemos aplicar ao contexto atual em que a internet intensifica a lógica da concorrência, de que o índice de audiência reflete na pressão da urgência. Há uma constante briga para ver quem será o primeiro a dar uma notícia, e isso gera uma pressão entre produtores, editores e repórteres. “Essa espécie de pressão cruzada que os jornalistas exercem uns sobre os outros é geradora de toda uma série de consequências que se retraduzem por escolhas, por ausências e presenças” (Bourdieu, 1997, p. 39).

Nesse contexto, a velocidade se transforma em um fetiche (Moretzsohn, 2007). Com a valorização da urgência na transmissão de informações, para a autora, é criado um fluxo contínuo que tem como resultado principal abastecer esse sistema, de modo que se consome sobretudo velocidade, e não notícias. Assim, podemos perceber o jornalismo declaratório como se ele fosse um produto inacabado, de forma intencional, que deixou de ser lapidado pelos profissionais em nome de uma concepção equivocada do que é ser objetivo atrelado às limitações

⁷ Slogan famoso da agência de notícias United Press International, criada nos Estados Unidos em 1907. Disponível em: <https://www.communiquepr.com/everything-you-need-to-know-about-upi/9923/>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

das rotinas de produção, que muitas vezes prezam pela velocidade da publicação, e não pela qualidade do que é divulgado.

Moretzsohn (2007) pondera que há, ainda, dentro das redações uma valorização implícita da ação em detrimento da reflexão, no sentido de que o jornalista estaria mais ocupado em produzir algo do que pensar sobre o que produz. Ou seja, isso levaria a uma forma de pensar automatizada, por estereótipos, adequada a essas rotinas e que funcionam justamente para alimentar o sistema. “E se o sistema impõe a polivalência, impõe também, ou pelo menos favorece imensamente, a simplificação dos procedimentos para a apuração” (Moretzsohn, 2007, p. 241).

Na mesma perspectiva, Hidalgo e Barrero (2012) afirmam que as condições do mercado de trabalho influenciam nas rotinas de produção, já que as inseguranças que podem surgir nos veículos têm levado os jornalistas a uma atitude mais passiva e menos comprometida. Para Moretzsohn (2007, p. 245-246), como o jornalismo é produzido em ritmo industrial e está inserido na mesma lógica do espetáculo e do tempo real, “é uma atividade alienada como qualquer outra sob o capitalismo, embora apareça, ao contrário, como referencial de esclarecimento”.

Essa é, para a autora, uma contradição permanente na prática jornalística: há uma tensão entre o compromisso de esclarecimento, que exige uma desnaturalização dos fatos, e a tendência à naturalização que as rotinas de produção e as expectativas do público favorecem e ajudam a consolidar. “Não será exagero dizer que a perseguição do ideal do jornalismo representa um permanente enfrentamento da lógica imposta por essas rotinas e a busca de um discurso capaz de alterar aquelas expectativas” (Moretzsohn, 2007, p. 251-252).

Se é verdade que para o jornalismo o imediato não é o ponto de partida, mas de chegada, essa atividade demanda de quem a exerce um trabalho sistemático de reflexão para a escolha dos fatos e para a sua exposição como notícia numa perspectiva que possa contribuir para abalar as certezas cristalizadas no senso comum (Moretzsohn, 2007, p. 252).

Em meio a todo esse contexto, há também o esforço do jornalismo que pensa contra os fatos, como explica Moretzsohn (2007), que é aquele que busca enxergar o que as aparências escondem. Essa prática coloca a dimensão do problema a ser enfrentado, que não concerne somente ao jornalismo, mas implica uma luta por

hegemonia nos múltiplos campos de disputa pelo poder simbólico do qual o jornalismo faz parte.

Para Bourdieu (1997), o campo é um espaço social estruturado e um campo de forças, em que dentro dele há dominantes e dominados, e é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. No interior desse universo, cada um “empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias” (Bourdieu, 1997, p. 57).

A concorrência econômica entre emissoras e jornais pelos leitores, telespectadores e ouvintes ou pelas fatias de mercado ocorre sob a forma de concorrência entre os jornalistas, conforme evidencia Bourdieu (1997), e é marcada por desafios próprios, como a garantia do “furo”, da informação exclusiva, da reputação profissional, entre outros. Essa disputa não acontece como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, pois “permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas” (Bourdieu, 1997, p. 58).

Tais aspectos são ainda mais acentuados atualmente com a forte utilização das métricas na produção jornalística, que ganharam ainda mais importância sob a lógica neoliberal, em que o lucro conduz as práticas no jornalismo. Kalsing (2021) afirma que não existe trabalho jornalístico fora das relações com as *big techs* – como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft –, algo que afeta os modelos de negócios, as narrativas e os modos de consumir jornalismo.

Para a autora, esses fatores estão relacionados com “as intensas transformações operadas no interior da sociedade capitalista, na qual o neoliberalismo opera como uma nova forma de racionalidade” (Kalsing, 2021, p. 15). Nesse sentido, conforme explica a pesquisadora, as lógicas de mercado rearranjaram a organização do trabalho e as formas de emprego da força de trabalho.

Kalsing (2021) reforça que, no jornalismo, o status da profissão foi precarizado e deteriorado. Como sinais dessa precarização, a autora cita a realização de múltiplas tarefas por um único profissional, o regime informal de colaboradores, os salários baixos, a instabilidade no emprego e as variadas relações contratuais.

As métricas, em meio a esse contexto, se fazem presentes como ferramentas de perpetuação do modelo neoliberal, em que o desempenho do trabalho do jornalista é avaliado por parâmetros que, muitas vezes, ele sequer tem acesso ou conhecimento (Kalsing, 2021). Dessa forma, os veículos jornalísticos passam a ser um espaço de competição e mudança permanente para atender ao mercado.

Com foco no lucro, o jornalismo é, então, fortemente orientado pelas métricas, que influenciam diretamente as rotinas produtivas e as decisões editoriais. Como consequência, passa a priorizar notícias sensacionalistas, apelativas ou opacas, com baixo poder informativo e pouco compromisso com a verdade, moldadas para atender às exigências dos algoritmos e garantir retorno financeiro – como acontece em diversos casos em matérias produzidas na lógica do jornalismo declaratório.

A qualidade da informação também passa a ser diretamente afetada, em um contexto que favorece a produção de conteúdos superficiais, fragmentados e pouco contextualizados, em detrimento de apurações aprofundadas e análises. Nesse cenário, o jornalismo se distancia do seu compromisso com a sociedade e se mostra cada vez menos orientado pelo interesse público.

Com as mudanças no dia a dia das redações jornalísticas no Brasil e em outros países, as preferências do público ganharam uma relevância ainda maior no processo de produção jornalística com a utilização de programas que rastreiam o consumo e as preferências da audiência (Hartmann, 2024). Essa aferição é viabilizada por meio de softwares de rastreamento, como o Chartbeat e o Google Analytics, e os dados coletados podem servir tanto para decisões editoriais quanto comerciais (Kalsing, 2021).

Com o uso dessas tecnologias, surge a possibilidade de analisar, como explica Hartmann (2024), em tempo real e de forma minuciosa, o comportamento dos leitores, e isso motiva jornalistas a responderem rapidamente os anseios dessa parcela. Assim, não são apenas os jornalistas que decidem o que é notícia, qual é o foco de atenção dos repórteres, a profundidade das matérias e os recursos multimídia a serem ofertados.

Na prática, veículos sabem por quanto tempo um indivíduo permaneceu em interação com uma matéria online (tempo de permanência), até qual trecho rolou o mouse ou assistiu a um vídeo (sinônimo de até onde realizou a leitura), se uma reportagem atrai mais ou menos pessoas quando oferece vídeos, áudios e infográficos, os horários de consumo de diferentes tipos de reportagem (se política é mais consumida pela manhã e cultura, no fim da tarde), qual a origem do tráfego (se o leitor digitou o endereço online do

veículo, se veio por Google ou por redes sociais), qual a origem geográfica (de acesso do leitor) (Hartmann, 2024, p. 12).

Há também softwares que permitem testar títulos e manchetes em tempo real para uma mesma história, o que faz com que seja escolhido o título mais clicado pelos leitores (Hartmann, 2024). Essa função é especialmente importante para o jornalismo declaratório, visto que geralmente há uma declaração destacada no título, justamente para chamar a atenção do público.

Hartmann (2024, p. 13) explica que, baseados nessas informações adquiridas, “departamentos de marketing desenvolvem metas de audiência a serem perseguidas semanal e mensalmente por cada editoria, cujas estatísticas devem ser atingidas pelos jornalistas”. Na mesma linha, Kalsing, Pithan e Eichler (2018) indicam que, do ponto de vista laboral, as métricas influenciam as rotinas jornalísticas em diferentes níveis.

As autoras identificaram ao menos seis efeitos dessa influência: 1) a questão do tráfego que leva editores a ajustar sua avaliação sobre a validade da produção ou não de determinada notícia; 2) o fato de os números de audiência determinarem a posição de chamadas de matérias na homepage dos sites; 3) a relação com os títulos, que são definidos ou reescritos para obter cliques; 4) o uso de fotografias e elementos gráficos adicionais motivado pelas métricas; 5) os conteúdos estruturados para serem melhor lidos nos celulares devido ao crescente número de acesso nesses meios; e por fim, 6) a audiência das matérias serve como parâmetro para os gestores avaliarem o desempenho dos autores e até mesmo recompensá-los financeiramente (Kalsing; Pithan; Eichler, 2018).

Para Hartmann (2024), a metrificação do jornalismo indica que a audiência lê cada vez menos e, como consequência, os textos produzidos ficam mais curtos e, às vezes, superficiais. “O fenômeno do jornalismo metrificado não incide apenas na atualização da cobertura de forma a agradar o leitor, mas também na reformulação da reportagem para torná-la mais acessível à audiência” (Hartmann, 2024, p. 46).

O autor, a partir de entrevistas com profissionais realizadas para a sua pesquisa, indica que jornalistas de grandes redações consideram sua rotina de trabalho como atravessada pelas métricas de audiência. Dessa forma, as métricas passaram a ser um dos eixos norteadores das redações, influenciando decisões fundamentais do fazer jornalístico: os títulos, o tamanho dos textos, as posições de destaque nos sites, os enfoques das matérias e o que será publicado a partir das

preferências da audiência (Hartmann, 2024). Estudo de Hartmann (2024) ainda identificou que o interesse da audiência, sugerido pelas métricas, tornou-se um novo critério de noticiabilidade capaz de motivar um assunto a virar ou não notícia.

Importante destacar que as ferramentas de métricas também não são as únicas a operar para garantir audiência, como explica Kalsing (2021). Em meio à disputa por cliques e acessos, há diversas técnicas utilizadas pelos jornalistas para que as notícias sejam encontradas nas plataformas de busca, que “são formas de otimização para SEO, com vistas a garantir que o conteúdo compartilhado será encontrado de forma fácil e acessível pelo público” (Kalsing, 2021, p. 84).

Kalsing (2021) reforça que os critérios editoriais sofreram profundas transformações com a entrada dos índices de audiência nas redações. Para a autora, isso gera ainda, a ressignificação de valores, com a publicação de assuntos até então considerados irrelevantes ou a definição do melhor método de edição para cada conteúdo, e alterações nos valores dos jornalistas, que consideram mais difícil manter o poder de definir a agenda pública por meio de um sistema consolidado de valores profissionais.

Hartmann (2024, p. 14) aponta que, “como resultado, surge a dúvida sobre o imperativo ético da profissão jornalística de ser pautada pelo interesse público poder colidir com pressões em perseguir o interesse do público, identificado nas métricas”. Interesse público é definido por Sartor (2018) como um fundamento ético-epistêmico do jornalismo, relacionado à relevância dos fatos noticiáveis, à construção da notícia com foco no esclarecimento da sociedade, ao papel de vigilância social atribuído ao jornalismo e aos interesses do público no consumo de informações.

O autor explica que há uma série de produções jornalísticas que não dialogam com pautas da cidadania nem têm impacto na vida pública, mas atendem a uma demanda no mercado de informações. Dessa forma, respondem por parte significativa do lucro das empresas jornalísticas. É preciso ponderar, no entanto, que a priorização de estratégias para captar e ampliar audiências podem resultar na produção de conteúdos inócuos e irrelevantes (Sartor, 2018).

Sartor (2018) afirma que, no processo de construção social do interesse público, os interesses de parte do público conferem relevância social a um determinado acontecimento, aspecto que se torna mais visível em ambientes digitais, em que as manifestações do público pautam as coberturas jornalísticas. Em

grande parte do tempo, o interesse público está associado ao interesse do público (Hartmann, 2024).

Hartmann (2024) destaca que o jornalismo metrificado não consiste em aumentar a produção de notícias de celebridades, mas está relacionado à compreensão das preferências da audiência. Assim, como observa o autor, a cobertura jornalística é adaptada com o objetivo de favorecer o maior tempo de consumo e permanência em matérias de diferentes editorias.

As rotinas produtivas e as métricas estão diretamente ligadas à produção de notícias declaratórias. Podemos perceber que o jornalismo declaratório está condicionado a uma série de fatores que o propulsionam e o solidificam no campo jornalístico. Os conceitos trabalhados até aqui, portanto, nos auxiliam a compreender melhor as condições de produção dessa prática, marcada por complexidades e diferentes perspectivas.

Como já dissemos, o jornalismo declaratório trata-se de um fenômeno em movimento, que se intensifica, se adapta e se reconfigura de acordo com as transformações vividas pelo jornalismo e pela sociedade. Não há definições definitivas sobre essa prática: há uma série de fatores imbricados, que mesclam causas e consequências. Embora possa parecer algo simples de ser compreendido, há uma significativa complexidade que permeia o jornalismo declaratório.

Buscamos, nesta pesquisa, entender o modo como ele se estrutura, a prática e as consequências dele para o jornalismo enquanto instituição social e para a sociedade. Tendo apresentado as condições de produção e reflexões sobre aquilo que impulsiona o jornalismo declaratório, no capítulo a seguir, focamos nos efeitos do jornalismo declaratório e seus desdobramentos.

3 OS EFEITOS DO JORNALISMO DECLARATÓRIO

Neste capítulo, tratamos do que chamamos de efeitos do jornalismo declaratório, para evidenciar as consequências e os aspectos que fazem com que este fenômeno se afaste do que constitui o jornalismo enquanto instituição social. Abordaremos o distanciamento das finalidades do jornalismo, o afastamento da verdade, considerando também a desinformação, o enfraquecimento do contrato de comunicação e a reconfiguração dos títulos e o uso do destaque, conceito proposto por Maingueneau (2014).

As percepções apresentadas nesta parte são derivadas de achados de pesquisas anteriores sobre o jornalismo declaratório, em que buscamos entender o modo como se estrutura esse fenômeno na produção jornalística. Em um contexto voltado a compreender o funcionamento discursivo dessa prática, torna-se fundamental observar as suas consequências.

3.1 O distanciamento das finalidades do jornalismo

Quando dizemos que o jornalismo declaratório pode ser um problema, nos referimos ao fato de que essa prática, diversas vezes, se distancia do papel que o jornalismo tem na sociedade – e isso gera prejuízos tanto para a sociedade quanto para o próprio jornalismo enquanto instituição social. Nesse cenário, é preciso compreender que o jornalismo é central em uma democracia, como ressalta Reginato (2019).

A autora reforça que trata-se de um discurso público que não é descartável, de um modo de conhecimento pelo qual o sujeito conhece a si mesmo e aos outros, de uma das principais fontes de conhecimento para diferentes públicos, que acessam o conteúdo mediado pelo jornalismo para compreender aspectos cotidianos ou específicos, de campos como o econômico e o político. Embora, de modo geral, a população reconheça que o jornalismo deve cumprir um papel, nem sempre se discute o que de fato significa essa função, como se fosse algo autoevidente.

Para Reginato (2019, p. 21), “pensar no papel do jornalismo exige refletir sobre diversos elementos envolvidos na produção e na recepção de notícias, como rotina profissional, condições de produção dos discursos, posicionamento das

organizações, modos de leitura”. Em um ambiente marcado pelas redes, pela multiplicidade de veículos e pela circulação de desinformação, o campo é obrigado de forma cotidiana a se posicionar, e a importância da informação jornalística é retomada.

A autora, então, elenca 12 finalidades que o jornalismo deve cumprir em uma democracia: a) informar de modo qualificado; b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integrar e mobilizar as pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; e l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade (Reginato, 2019, p. 221).

A autora explica que essa proposta não supõe que, em uma mesma pauta, todas as finalidades sejam cumpridas, mas que o jornalismo deve buscar alcançá-las para garantir a atuação específica que o caracteriza e o legitima. Além disso, a atividade deve estar comprometida com a vida pública, porque diariamente os jornalistas escrevem notícias que são tomadas como conhecimento por alguém, o que acarreta em questões para a vida prática das pessoas.

A primeira finalidade é central para o jornalismo: *informar de modo qualificado*. Ela está ligada à ideia de fornecer para a sociedade a síntese dos principais acontecimentos e garantir o acesso de diferentes públicos a essa informação. Reginato (2019) faz um adendo importante neste tópico de que o conceito de informar não tem dado conta de demarcar a diferença entre informação e informação *jornalística*.

A pesquisadora considera que sem uma diferenciação nos termos não é possível indicar que, quando se utiliza o conceito de informação no jornalismo, “ainda há uma naturalização do processo de transmissão da notícia, como se pudesse ser um espelho da realidade – noção que soa ultrapassada e que reduz a atribuição do jornalismo na democracia” (Reginato, 2019, p. 224).

Por isso, há a necessidade da especificação *de modo qualificado*, que serve para explicitar que se trata de uma informação que, para ser jornalística, precisa de alguns atributos, como ressalta a autora. Então, para ser qualificada, a informação deve ser verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente. São características que muitas vezes não são cumpridas em matérias declaratórias, visto

que há casos em que as declarações não são verificadas, não são relevantes para o debate público – servem apenas para chamar a atenção dos leitores –, carecem de contextualização e não são plurais por não terem diferentes fontes.

Tal finalidade é tão central que se não for cumprida, inviabiliza o cumprimento das demais. Nesse contexto, como bem aponta a autora, é importante ressaltar que as finalidades não são isoladas, mas sim entrelaçadas. Ou seja, elas dependem umas das outras para serem colocadas em prática. Dessa forma, é ainda mais perceptível o quanto o jornalismo declaratório afasta-se do papel que o jornalismo tem na sociedade ao não cumprir uma finalidade e, conseqüentemente, outras.

A finalidade de *investigar* está ligada à ideia de abordar os fatos de forma detalhada e aprofundada e trazer informações que não estão aparentes. O jornalismo declaratório também se distancia dessa função por se tratar de uma prática que produz, geralmente, conteúdos mais superficiais.

Verificar a veracidade das informações, como explica Reginato (2019), diz respeito a apurar os dados e checar as informações para entregá-las ao público de modo preciso, contribuindo com uma aproximação da realidade. A veracidade é fundamental para a crença no jornalismo, e se a narrativa jornalística busca ser conhecimento, não pode ser uma interpretação qualquer: é necessário que seja uma interpretação plausível e com elevado poder explicativo (Lisboa; Benetti, 2015). Apesar de ser uma função essencial do jornalismo, essa finalidade nem sempre é cumprida, fato que pode ser atribuído a uma série de fatores, como a já tratada falta de tempo devido à valorização da velocidade da publicação ou a um entendimento distorcido sobre objetividade, também já comentado, entre outros aspectos citados no capítulo anterior.

Outras duas funções são *interpretar e analisar a realidade e fazer a mediação entre os fatos e o leitor*. A primeira refere-se a avaliar os fatos e explicá-los de forma aprofundada, contextualizando as informações e relacionando passado e presente, causas e conseqüências. Já a mediação é o processo de escolher a melhor forma de fundamentar a informação para o público e de adaptar o discurso especializado e torná-lo mais acessível para as pessoas (Reginato, 2019)

Para Lückman e Fonseca (2023), ao contextualizar os acontecimentos, o jornalismo reafirma sua relevância e consolida sua importância como mediador qualificado no ambiente comunicacional, em que a informação circula de forma acelerada, desordenada e excessiva. Afinal, somente através da inserção de um

acontecimento em um âmbito de identificações sociais e culturais conhecidas é que ele fará sentido para o público (Hall et al., 1993).

Como afirma Alsina (2009, p. 113), “não existe leitura da realidade que seja descontextualizada e que não esteja objetivada. O sujeito observador é o que lhe confere sentido ao acontecimento”. Neste cenário, ao não fazer uma mediação qualificada entre os fatos e o leitor, sabemos que o resultado pode ser o jornalismo declaratório, que comumente se contenta em relatar apenas as declarações, sem contextualizações ou interpretações.

Sobre a finalidade de *selecionar o que é relevante*, Reginato (2019) explica que o jornalismo deve eleger o panorama dos principais acontecimentos e filtrar o que deve ser destacado, além de hierarquizar os ângulos a serem explorados. As informações, na perspectiva da autora, se tornam relevantes por serem atuais, úteis e impactarem a vida pública e privada das pessoas. Mesmo que a noção de relevância ou interesse público possam ser controversas, como já apontamos, há diversos casos em que fica evidente que o jornalismo declaratório distorce essa finalidade com um viés voltado aos interesses políticos e econômicos de um veículo, e não ao interesse público – como ao publicar declarações banais e falsas para captar a atenção dos leitores.

Registrar a história e construir memória significa documentar os fatos mais importantes que auxiliam as pessoas a entenderem o tempo presente e futuro e preservar a memória. Esse papel também reforça o compromisso ético de buscar a verdade dos fatos e respeitar a processualidade dos acontecimentos, já que historiadores poderão revisar a cobertura jornalística de fatos passados e, eventualmente, questionar a legitimidade e a credibilidade do jornalismo (Reginato, 2019). Ou seja, notícias que são produzidas sem um compromisso com a verdade – conceito que discutiremos no próximo tópico – podem ainda ser prejudiciais no futuro.

Aliada a essa função, há o papel de *ajudar a entender o mundo contemporâneo*, que relaciona-se com a ideia de orientar o leitor sobre como viver e dar sentido ao tempo presente. “É finalidade do jornalismo mostrar aos sujeitos como é o mundo de sua época, e para isso ele precisa narrar a atualidade em sua complexidade” (Reginato, 2019, p. 237). Afinal, conforme Franciscato (2005), um dos princípios que singulariza e dá especificidade à prática jornalística é produzir

conteúdos que ofereçam a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações em um tempo presente.

Sobre a finalidade de *integrar e mobilizar as pessoas*, Reginato (2019) aponta que o jornalismo deve auxiliar a sociedade a se mobilizar para estimular a participação cívica na vida pública em torno de causas cidadãs. Já a função de *defender o cidadão* é entendida pela autora como o dever de apresentar aos leitores seus direitos e afirmar que eles devem ser cumpridos. Ambos os papéis também estão distantes do que o jornalismo declaratório costuma entregar devido à superficialidade com a qual geralmente são tratados os assuntos.

Ao *fiscalizar o poder e fortalecer a democracia*, o jornalismo cumpre com o dever, de acordo com a autora, de vigiar os poderes e as instituições para averiguar se os procedimentos de conduta estão corretos ou não, revelar manobras ilegais e prejudiciais à sociedade, além de mostrar como a democracia se organiza. Já *esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade* serve para apresentar o modo de funcionamento do mundo em toda a sua complexidade, diversidade e pluralidade – questões que não são possíveis de serem tratadas em notícias exclusivamente declaratórias, porque não são capazes de aprofundar os temas tratados.

Consideramos, portanto, que, quando o jornalismo declaratório é colocado em prática, muitas das finalidades do jornalismo são deixadas de lado, distanciando-se do papel que constitui a atividade. Essas atribuições da profissão existem justamente para que os jornalistas tenham um propósito sobre aquilo que produzem. Quando não são cumpridas, há, inclusive, um enfraquecimento da democracia.

Compreender que essas finalidades são fundamentais na sociedade resguarda o jornalismo de quem o acusa de não ter valor, de quem deslegitima sem argumentos fundados o seu papel, dos que tentam ferir a todo custo sua credibilidade e, com isso, enfraquecer a sociedade democrática (Reginato, 2019, p. 245-246).

O jornalismo, enquanto instituição social, cumpre um papel social específico que não é executado por outras instituições, conforme afirma Franciscato (2005). Historicamente, o jornalismo conquistou uma legitimidade social para produzir para o público “uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (Franciscato, 2005, p.167).

É nesse sentido que Reginato (2019) também reforça que as finalidades são o eixo definidor de uma atividade que tem um compromisso ético e um papel social insubstituível. Se o jornalismo deixa de cumpri-las, como explica a autora, corre o risco de perder leitores, qualidade, o ideal que o justifica socialmente e, em última instância, de deixar de ser jornalismo. O mesmo ocorre se o jornalismo se distancia da busca pela verdade, conceito que será trabalhado a seguir.

3.2 O afastamento da verdade

Para continuar a reflexão sobre o jornalismo declaratório, é importante destacar que a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade (Kovach; Rosenstiel, 2004). Há uma consonância de que este conceito é fundamental para a prática jornalística, e o desejo de que a informação seja verdadeira é elementar. Afinal, conforme os autores explicam, as notícias são o suporte que as pessoas utilizam para conhecer e pensar sobre o mundo para além da própria existência – portanto, devem ser utilizáveis e fiáveis.

Nesse sentido, a verdade é capaz de criar um sentimento de segurança que resulta do conhecimento e que reside na essência das notícias. A promessa de verdade e rigor se tornou uma parte importante do marketing jornalístico logo que a imprensa moderna começou a tomar forma (Kovach; Rosenstiel, 2004).

Cornu (1994) afirma que o jornalista como sujeito é pessoalmente interpelado por uma ética da informação, e, na missão de observador do notável, assume uma tripla responsabilidade. A primeira é distinguir o que é verdadeiramente digno de ser relatado, a segunda é relatar a realidade observada com exatidão e a terceira é decidir sobre a publicação das informações, considerando as respectivas consequências. Em meio a esse contexto, o jornalista é pessoalmente responsável pela verdade das informações que relata (Cornu, 1994).

No entanto, o conceito gera confusão, e há uma dificuldade por parte dos jornalistas em explicar como chegam à verdade. As explicações convencionais “traduzem-se, geralmente, em respostas breves, retiradas de entrevistas, comunicações ou, pior ainda, de slogans de marketing, e baseiam-se muitas vezes em metáforas pobres” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 41). Ao não oferecer explicações plausíveis, os jornalistas podem parecer passivos e meros registradores

de eventos, como se pensassem que a verdade se eleva por si só e não requer métodos e técnicas para ser descoberta, como apontam os autores

É necessário ressaltar que a verdade é um conceito complexo, tratado a partir de diferentes perspectivas. “A verdade ora tem sido considerada absoluta, ora relativa, ora apenas um ideal a ser alcançado, ora um conceito simplesmente dispensável – quando não decretada a sua inexistência” (Tambosi, 2007, p. 36). É uma questão importante não só para a filosofia, mas também para o jornalismo.

Como o jornalismo procura relatar fatos ou acontecimentos, Tambosi (2007) afirma que não se pode escapar de questionamentos epistemológicos formulados também na esfera filosófico-científica. Neste caso, é preciso se deparar com as teorias da verdade voltadas à compreensão da atividade jornalística em geral.

O autor explica que três teorias da verdade assumiram importância na perspectiva da teoria do conhecimento: a da verdade como correspondência (ou conformidade, ou adequação); a teoria da verdade como coerência (ou não-contradição); e a teoria pragmática da verdade (ou utilidade).

De forma geral, a teoria correspondentista, apesar das distinções, tem como pressuposto básico que a verdade de uma proposição consiste em sua relação com o mundo, ou seja, em sua correspondência com os fatos ou estados de coisas (Tambosi, 2007). “As afirmações procuram descrever como são as coisas no mundo, e tais afirmações serão verdadeiras ou falsas em função de as coisas serem realmente como elas dizem que são” (Tambosi, 2007, p. 37-38).

Por outro lado, para a teoria coerentista, a verdade consiste em relações de coerência num conjunto de crenças. Nesse caso, enunciados são comparados com enunciados, e não com o que ocorre no “mundo”. Tambosi (2007, p. 38) explica que essa teoria tende a uma perspectiva relativista, já que “conjuntos de crenças seriam, no limite, apenas relativos uns aos outros”.

Para ele, é preciso reconhecer que os textos jornalísticos devem ser coerentes, mas que buscam também necessariamente a relação com o real, algo que é dispensável para o coerentismo. Já a teoria pragmatista define a verdade em termos daquilo que é desejável ou tem consequências úteis para uma pessoa que acredita numa proposição tida como verdadeira.

O autor faz um adendo de que essas três teorias não são antagônicas, porque o verdadeiro é aquilo que satisfaz alguma relação de adequação. Entretanto, ele afirma que, apesar de objeções, a teoria da correspondência é a que

historicamente tem se revelado mais resistente e é a que melhor se adequa ao campo jornalístico. A simples coerência entre proposições não é suficiente para a atividade jornalística, assim como uma notícia não pode ser avaliada pelo exclusivo critério de utilidade, mesmo que a informação possa ser útil (Tambosi, 2007). O jornalismo, como esclarece o autor, se situa no plano linguagem-mundo, discurso-realidade, ou seja, não é autorreferencial.

E é justamente devido a essa relação entre linguagem e mundo que a teoria da correspondência se torna mais adequada para o jornalismo, visto que é seu dever reportar fatos. No entanto, o jornalismo enfrenta uma dificuldade: a dependência de fontes. O fato, nesse caso, como aponta Tambosi (2007), comporta versões que nem sempre correspondem à verdade. Podemos dizer que é um fato que uma determinada pessoa disse algo, mas o que ela disse não é necessariamente verdadeiro. Como o jornalismo está exposto diariamente a diversas afirmações cuja veracidade nem sempre é fácil de ser investigada – principalmente na cobertura política –, as afirmações das fontes são facilmente confundidas com fatos (Tambosi, 2007). Assim, o jornalismo declaratório ganha espaço na imprensa.

Trazer algumas teorias da verdade para a discussão é necessário para reforçarmos o quanto a verdade jornalística está intrinsecamente relacionada com o mundo, ou com a realidade. É importante salientar que o jornalismo existe em um contexto social e que a sociedade depende de um relato fiável dos acontecimentos para desenvolver procedimentos que permitam alcançar a verdade funcional, como consideram Kovach e Rosenstiel (2004).

É isso que o jornalismo procura – uma forma prática ou funcional da verdade, e não a verdade no sentido absoluto ou filosófico. Não se trata da verdade de uma equação química. Mas o jornalismo pode – e deve – procurar a verdade num sentido que nos permita agir cotidianamente (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 42).

Gauthier (2015) reforça que o reconhecimento da verdade como pressuposto do jornalismo é uma proposição epistemológica, que estipula que o jornalismo tem como função transmitir certo tipo de conhecimento, que é relativo à atualidade. Tal proposição implica que, ontologicamente, existe uma realidade bruta. A junção dessas duas proposições forma o que o autor chama de realismo jornalístico.

O pesquisador defende que o realismo jornalístico pode ser expresso por meio de dois enunciados ligados à relação com a realidade e com a verdade. O primeiro aborda a verdade e afirma que existe uma realidade independente do jornalismo. É sobre esta realidade que o jornalismo, em última instância, trata, e é a partir dela que provém a construção jornalística. Já o segundo enunciado, que diz respeito à verdade, afirma que o jornalismo consiste na produção de asserções verdadeiras sobre esta realidade independente e que a atribuição de valor de verdade é anterior à construção jornalística.

Para Gauthier (2015), a realidade antecede a verdade: é preciso reconhecer a realidade para, em seguida, considerar possível a produção de asserções verdadeiras sobre ela. Ou seja, “o reconhecimento de uma realidade pré-jornalística bruta é assim necessariamente prévia ao relato do Jornalismo sobre a verdade” (p. 208).

Entretanto, o pesquisador argumenta que a relação entre os dois enunciados ocorre de forma inversa. No jornalismo, a produção de afirmações verdadeiras resulta da sua função de informar, e isso não implica a relação do jornalismo com a verdade. “Assim como a verdade possui a realidade como lógica anterior, a produção de asserções verdadeiras em Jornalismo possui em si um pressuposto: o de que ele trata de uma realidade independente” (Gauthier, 2015, p. 208).

O autor afirma que espera-se normalmente que a informação jornalística relate a atualidade que acontece, e não aquela que não acontece. Como consequência, “é perfeitamente justificado dizer que são as informações a priori que estão sujeitas ao Jornalismo para a produção de asserções verdadeiras” (Gauthier, 2015, p. 210). Conforme o pesquisador, a informação a priori pressupõe que o jornalismo tem como papel produzir asserções verdadeiras, que dizem respeito a uma realidade independente. Portanto, a relação do jornalismo com a verdade reside na sua relação com a realidade.

A veracidade ocupa um espaço central para a crença em uma fonte de informações como o jornalismo, que se propõe a descrever e interpretar a realidade, conforme destacam Lisboa e Benetti (2015). Nesse sentido, as autoras pontuam que “um relato jornalístico se constrói a partir de estratégias discursivas que ajudam o leitor a atestar sua autenticidade ou verossimilhança com os fatos e o valor das explicações” (p.13).

Para além da simples correspondência com a realidade, o problema da veracidade impõe certas condições. O jornalismo, como já afirmamos, não pode oferecer uma interpretação qualquer no relato jornalístico: é preciso que seja plausível e explicativa (Lisboa; Benetti, 2015). A verdade constantemente buscada pelo jornalismo é sempre aproximativa, e as interpretações não podem ser evitadas, porque todos os fatos são mediados por elas.

Ou seja, não há um problema na interpretação em si, mas sim quando ela não está justificada ou não é explicativa (Lisboa; Benetti, 2015). Afinal, “na prática da informação, é ilusório separar a discussão sobre o acontecimento da discussão sobre o sentido. A observação e a interpretação estão intimamente interligadas” (Cornu, 1994, p. 340).

Cornu (1994) ressalta que o uso de expressões como “notícias puras” ou “fatos brutos”, por exemplo, supõe que a informação seria capaz de reproduzir a realidade sem perdas e sem intervenção humana. Isso levaria a uma ideia de que o jornalista tem um papel passivo, que recebe e restitui elementos da realidade que observa. O autor reflete que, a partir dessa perspectiva, a verdade tenderia então para o mero reflexo da realidade, e que é desta pretensão de reprodução que se alimenta o culto ilusório do fato jornalístico compreendido como fato bruto.

Tratar dessa percepção implica trazer de volta para o debate a objetividade, conceito intimamente ligado com a verdade. Se a difusão de uma declaração ocorre de forma integral e sem alterações, como se atendesse à ideia de divulgar um “fato bruto”, poderia satisfazer uma determinada forma de objetividade. No entanto, como bem aponta Cornu (1994), essa objetividade teria menos a ver com a verdade do que com uma verdade, a do autor da declaração.

Cornu (1994) afirma que fazer uma observação passiva pode levar a reproduzir fatos que revelam de modo fragmentário ou parcial a realidade. “Na informação jornalística, a verdade passa por uma reconstrução que permite situar os fatos, descrever o seu encadeamento, procurar as suas causas, apresentá-las na sua coerência” (p. 339).

Para Demeneck (2009), em sentido genérico, a objetividade diz respeito a todos os procedimentos e valores orientados à verdade, sejam políticos, éticos, epistemológicos e estéticos. Portanto, o conceito está diretamente atrelado ao de verdade. Em sentido específico, a objetividade jornalística discute a epistemologia do jornalismo, ou seja, o modo como o conhecimento é produzido, quais seus

métodos e as características desses saberes. O autor reforça que o público do jornalismo procura por informações verdadeiras a partir das quais orienta suas decisões no mundo.

O público quer encontrar relatos orientados à verdade, assim, os fatos ou as interpretações acerca deles devem ser reportados segundo os melhores critérios disponíveis, de modo a ficar o mais próximo possível a um enunciado circunstancialmente universal. Ou, para ser mais prático e menos ansioso à perenidade dos textos periódicos, obter uma informação o melhor apurada possível (Demeneck, 2009, p. 79).

O pesquisador analisa a objetividade em três momentos. O primeiro refere-se ao conceito *como ponto de partida da investigação jornalística*, quando há o impulso do jornalista à verdade, com seus princípios e motivações. Em um âmbito prático, é quando uma pauta é escolhida e suas abordagens são orientadas.

O segundo é a objetividade *como percurso da investigação jornalística*, considerando os critérios e os métodos do jornalista para cercar a verdade. Num cenário prático, é o momento em que ocorre a apuração e o teste das informações para publicação.

O terceiro é como *validação a posteriori dos resultados da investigação jornalística*, em que acontece a validação do enunciado jornalístico, de acordo com a melhor base cognitiva disponível naquele momento histórico. De forma prática, é quando se prova que determinada informação levada ao público por um jornalista adquire o status de conhecimento proposicional.

Demeneck (2009) explica que os dois primeiros momentos de análise da objetividade estão vinculados ao caráter genérico do conceito e, conseqüentemente, a um conceito genérico de verdade. Em relação ao terceiro momento, o pesquisador argumenta que trata-se de algo mais estrito, assim como o conceito de verdade ao qual implica. “Aqui, a objetividade existe como uma possibilidade a ser avaliada a posteriori, quando se tenham condições de se saber se determinada crença é realmente verdadeira e passível de justificação” (p. 80).

O autor elucida que essas três distinções demonstram como a procura da verdade no jornalismo apresenta diferentes faces. Se existe um momento a partir do qual o jornalismo se coloca à procura de enunciados verdadeiros, há ainda outras circunstâncias que devem ser atendidas até que alcance outros domínios da verdade (Demeneck, 2009).

Nessa perspectiva, o jornalista utiliza métodos de apuração da informação, que fazem com que diminua o grau de incertezas existentes nas pautas, de forma “anterior à publicação de um conteúdo o qual considere verdadeiro, defensável argumentativamente e que mantenha sua credibilidade diante do público” (Demeneck, 2009, p. 123).

O pesquisador reforça que, tanto em padrões éticos como epistemológicos, o jornalista tem o compromisso de trazer um relato mais próximo da verdade possível. Nesse sentido, a verdade e os caminhos que levam a ela são essenciais para o jornalismo, e os profissionais precisam acreditar no conhecimento e desenvolver os melhores métodos de testar as hipóteses levantadas no desenvolvimento das pautas (Demeneck, 2009).

A verdade jornalística, como já vimos, está amparada em uma relação de correspondência com a realidade. Para Lisboa e Benetti (2015), a verdade é a primeira condição para que o jornalismo seja um conhecimento, sendo considerado uma crença verdadeira justificada. Ou seja, o jornalismo, para isso, também deve cumprir outras duas condições: a da crença e a da justificação. Uma pessoa deve crer que o jornalismo diz a verdade, e essa verdade deve estar justificada em seu próprio discurso.

Trata-se de uma verdade proposicional, conforme as autoras explicam, consolidada à medida que o leitor consegue aferir o grau de fidelidade entre o relato jornalístico e o fato em si. O jornalismo faz, então, “uso de escolhas discursivas como a fotografia, o recurso a fontes especializadas, o detalhamento dos fatos, a explicação do tipo de abordagem e a contextualização dos eventos” (Lisboa; Benetti, 2015, p. 16).

Como já dissemos, os relatos jornalísticos são sempre uma interpretação, mas cabe acrescentar que a fiabilidade aos fatos se dá em níveis e graus de certeza, portanto a verdade é também sempre uma aproximação (Lisboa; Benetti, 2015). E a subjetividade do jornalista, que é inevitável nesse processo, não está em questão, devido ao entendimento de que ela está subordinada à busca pela verdade. É necessário, no entanto, de acordo com as autoras, colocar em questão a justificação do relato jornalístico, sua plausibilidade, seu poder explicativo.

E a justificação é a segunda condição para o jornalismo ser compreendido como crença verdadeira justificada. O conhecimento que o jornalismo produz se torna mais confiável quando são criados métodos e processos de apuração que

sustentam a veracidade dos relatos. Isso envolve “rigor e pluralismo de visões, objetividade e clareza na apresentação e descrição dos fatos, imparcialidade na seleção do que deve ser relatado” (Lisboa; Benetti, 2015, p. 16).

Na mesma linha, ao explicitar que a atividade jornalística opera com base em determinados princípios que singularizam e dão especificidade à prática e ao produto, Franciscato (2005) pondera que é característica do jornalismo adotar como pressuposto a existência de uma ideia de verdade do real. A verdade, portanto, pode ser apreendida nos seus aspectos principais por meio de técnicas jornalísticas e transformada em relato noticioso.

A partir da percepção desses elementos pelo leitor, evidências e razões para a crença no testemunho jornalístico são fornecidas, e são essas evidências que constituem a justificação, como explicam Lisboa e Benetti (2015). “O jornalismo se torna conhecimento quando ele se constrói como um testemunho verossímil da realidade, baseando sua produção noticiosa em métodos e processos que tentam reduzir o erro e os relatos falsos” (p. 16). E as autoras complementam:

Como modo de conhecimento, o jornalismo é uma crença verdadeira justificada. Isso significa que o jornalismo se torna um conhecimento quando o sujeito qualifica o que antes era apenas uma mera crença, passando a tomar o discurso jornalístico como confiável, já que este discurso demonstra de forma justificada que diz a verdade ou que buscou, por meio de seus procedimentos técnicos e profissionais, chegar à verdade. A crença simples passa a ser uma crença verdadeira e justificada, ou seja, um conhecimento (Lisboa; Benetti, 2015, p. 22).

Cornu (1994) reafirma a necessidade de a verdade ser permanentemente não só o primeiro critério normativo do conjunto do trabalho jornalístico, mas ter o dever de iluminá-lo como instância crítica. É em nome dela que o rigor da procura de informação, a independência dos comentários e o desprendimento dos relatos devem ser avaliados. Isso significa dizer que a exigência da verdade se aplica a três diferentes ordens: dos fatos (exigência de exatidão), do sentido (exigência de justeza) e da narrativa (exigência de veracidade) (Cornu, 1994).

Consideramos fundamental trazer a verdade para discussão no contexto do jornalismo declaratório devido à centralidade deste conceito para a prática jornalística. Em meio a esse cenário, intensifica-se a necessidade de abordar essa perspectiva ao considerarmos o quanto o jornalismo declaratório, em diferentes

casos, pode enfraquecer a função que o jornalismo possui em uma democracia justamente por não cumprir o compromisso com a verdade.

3.2.1 A desinformação como consequência

O tensionamento da relação do jornalismo declaratório com a verdade é também necessário para pensarmos que o próprio jornalismo pode contribuir, por exemplo, para a desinformação. Em um contexto em que circulam inúmeros conteúdos, principalmente em sites e redes sociais, ao não fornecer um material confiável e verificado, com contextualização e interpretações, o jornalismo pode ajudar a ampliar a circulação de informações falsas.

Träsel (2023) aponta que a desinformação emergiu como uma das principais preocupações no âmbito da comunicação nos últimos anos. Para o autor, embora a mentira faça parte desde sempre dos processos comunicacionais humanos, o desenvolvimento da comunicação em rede potencializou a capacidade de atores maliciosos para difundir desinformação, ampliando o alcance a audiências muito maiores.

Há um dever por parte dos profissionais em se preocupar com a forma como narram os fatos, e a exatidão deve ser refletida em todas as informações (Gehrke et al., 2023). Tais aspectos são reforçados no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), que prevê, entre uma série de deveres ligados à atuação profissional, que o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho por uma apuração precisa e pela sua divulgação correta.

É claro que nem todo conteúdo produzido pela lógica do jornalismo declaratório será fortemente prejudicial para a sociedade. Alguns podem tender mais para o lado do entretenimento, outros funcionam como balão de ensaio, principalmente na cobertura de política, outros talvez nem deveriam ser publicados devido à pouca relação com o interesse público.

Entretanto, há diversos casos em que o jornalismo declaratório trata os assuntos de forma especulativa e altamente interessada. Nessas ocasiões, o jornalismo tende a realizar um trabalho preguiçoso, irresponsável, sem ética. Assim, o compromisso com a verdade torna-se secundário ou inexistente, e a captação do

leitor e o clique na notícia passam a ser muito mais importantes do que fornecer uma informação alinhada às finalidades do jornalismo.

Baseado em uma verdade verificável, avaliada por rituais de verificação, o jornalismo é uma instituição social que visa fornecer informações qualificadas e confiáveis aos seus públicos. Devido a esse papel social, as atitudes dos profissionais são específicas: os jornalistas devem seguir padrões éticos e objetivos para sustentar um conjunto de práticas e conhecimentos responsáveis, independentes e precisos (Gehrke et al., 2023, p. 7, tradução nossa⁸).

As reflexões de Gehrke et al. (2023) sugerem que o jornalismo declaratório resulta em um conteúdo de baixa qualidade e, às vezes, antiético. Ao publicar conteúdos jornalísticos produzidos na lógica do jornalismo declaratório em detrimento de informações contextualizadas e verificadas, a credibilidade do jornalismo pode ser colocada em risco, contribuindo para a hegemonia de discursos políticos extremistas, enfatizam os autores. Afinal, quando os veículos de comunicação estão comprometidos com a defesa da democracia, eles não criam nem compartilham conteúdos enganosos.

Para Träsel (2023, p. 8), “os jornalistas são, cada vez mais, alvos de agentes produtores de desinformação, isto é, de falsidades arquitetadas por grupos ou indivíduos com o intuito de difundir crenças equivocadas sobre fatos”. Essas interações entre repórteres e fontes pode levar ao jornalismo declaratório, apontado pelo autor como:

Uma prática de reportagem que frequentemente leva à repercussão de desinformação, pois, mesmo quando as declarações de uma fonte são contrastadas com alegações em sentido diverso proferidas por outras fontes, o leitor precisa avaliar por si mesmo a veracidade das afirmações, na maioria das vezes sem ter acesso a informações complementares ou mesmo competência para analisar os fatos (Träsel, 2023, p. 9).

Edelson (2012) indica que os jornalistas falham quando conferem respeitabilidade a afirmações comprovadamente falsas por meio do que ele chama de *armadilha do equilíbrio* e por meio da prática de replicar declarações de autoridades sem contextualização. “Os jornalistas que caem na armadilha do equilíbrio criam um problema de falsa equivalência ao apresentarem uma afirmação

⁸ No original: “Based on a verifiable truth assessed by verification rituals, journalism is a social institution that aims to deliver qualified and reliable information to its audiences. Because of this social role, the professionals’ attitudes are specific: journalists must follow ethical and objective patterns to sustain an accountable, independent, and accurate set of practices and knowledge”.

factual falsa ao lado da verdade, sem qualquer comentário” (Edelson, 2012, p. 539, tradução nossa⁹).

O autor afirma que essa abordagem tem o efeito de sugerir que cada afirmação pode ter mérito, embora apenas uma afirmação seja factualmente correta – ou seja, o jornalismo pode contribuir para a desinformação. Dessa forma, autoridades e figuras públicas concluem que podem fazer afirmações falsas impunemente, visto que os jornalistas simplesmente repassam essas declarações ao público sem interpretações, análises, contextualizações.

É importante retomar aqui o conceito de pseudoevento, de Boorstin (1971¹⁰ apud Gomis, 2004), que nos auxilia a compreender como determinados acontecimentos são fabricados ou amplificados estrategicamente para gerar repercussão midiática, independentemente de sua relevância factual. Nesse sentido, o campo político frequentemente se vale da criação de acontecimentos artificiais – polêmicas, narrativas alarmistas, escândalos fabricados ou distorcidos – como mecanismo para alimentar ciclos de desinformação, engajamento e disputa por atenção nas plataformas digitais.

Gehrke et al. (2023) indicam que, para que o jornalismo continue relevante, os profissionais devem buscar os fatos e agir de acordo com padrões éticos. Atrelada a isso, eles explicam que está a ação de divulgar títulos claros, que, além de ser uma boa prática jornalística, trata-se de uma questão de honestidade, compromisso com a verdade e transparência.

No contexto das redes sociais, os títulos das notícias são frases que adquirem uma certa autonomia de circulação, como explica Mangueneau (2014). Gehrke et al. (2023) argumentam que o ambiente digital tem o potencial de converter títulos comuns em manchetes quando são disseminados nas redes sociais e nos aplicativos de mensagem. Isso permite que trechos de desinformação circulem livremente em um ambiente jornalístico. Na mesma linha, Cruz e Karhawi (2023) também acreditam que, em grande parte dos casos, a desinformação se prolifera por conta de manchetes com aspas para falas de políticos, que são compartilhadas pelas pessoas sem terem lido a notícia completa.

⁹ No original: “Journalists who fall into the balance trap create a problem of false equivalency by presenting a false statement of fact alongside the truth without comment.”

¹⁰ BOORSTIN, Daniel. **L'Image**. Paris: L'Union Generale d'Editions, 1971.

Esses aspectos também estão ligados à ideia de que, às vezes, desesperado para provar a sua relevância e descobrir outras formas de sustentabilidade financeira, o jornalismo entrega parte dos seus processos aos mecanismos das redes sociais, sem fazer qualquer movimento de crítica (Gehrke et al., 2023). Dessa forma, como explicam os autores, os jornais tendem a reproduzir, sem esclarecimento, declarações nos títulos das matérias.

Para Gehrke et al. (2023, p. 3, tradução nossa¹¹), “é necessário rever as práticas editoriais relativas a títulos no contexto da desordem informacional, evocando temas como ética, responsabilidade e a importância das regras normativas do jornalismo, como a transparência”. Além disso, os autores afirmam que o jornalismo pode contribuir involuntariamente para a disseminação de desinformação online, quando aceita discursos enganosos e os utiliza para obter mais cliques, criando ruído num ambiente digital já poluído.

Como vimos até agora, diversos aspectos contribuem para o fomento do jornalismo declaratório, como a percepção que alguns jornalistas têm de objetividade jornalística, a dependência de fontes, o modo como as declarações são tratadas, a valorização das métricas de audiência, as rotinas de produção atreladas à velocidade e a lógica das redes sociais. Esses fatores formam um conjunto complexo de algo que, em um primeiro momento, até pode parecer simples. Por isso, defendemos que o jornalismo declaratório não é apenas um jornalismo baseado em declarações – é algo que vai além.

3.3 O enfraquecimento do contrato de comunicação

Dialógico, polifônico, opaco, efeito e produtor de sentidos e elaborado de acordo com condições de produção e rotina particulares. É assim que Benetti (2007) explica o jornalismo como um gênero de discurso, em um contexto em que ele é compreendido como um lugar de circulação e produção de sentidos.

O discurso, como esclarece a autora, depende dos sujeitos para existir, ou seja, é produzido por esses sujeitos, e isso implica dizer que não é apenas pelo autor da fala ou enunciador, mas também pelo sujeito que lê. Assim, o discurso é

¹¹ No original: “There is a need to review editorial practices regarding titles in the context of the informational disorder, evoking topics such as ethics, responsibility, and the importance of the normative rules of journalism, such as transparency”.

pleno de possibilidades de interpretação, e “o jornalismo como discurso, portanto, só existe entre sujeitos” (Benetti, 2008, p. 17).

Segundo Benetti (2007), como o discurso é construído de forma intersubjetiva, é indispensável compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. Nessa perspectiva, torna-se necessário abandonar a visão ingênua de que um discurso poderia ser analisado sem que seja considerado o contexto de produção de sentidos, conforme pondera a autora.

O ato de informar faz circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio, um possui e o outro não (Charaudeau, 2019). Um deles, nesse movimento, é encarregado de transmitir e outro de receber, compreender e interpretar, sofrendo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento.

Enunciar significa, necessariamente, elaborar por meio da linguagem uma arquitetura complexa, capaz de articular a percepção da realidade, a interpretação do que é percebido e do que se quer enunciar e a escolha de estratégias para propor significados (Benetti, 2008). O jornalista que enuncia, de acordo com a autora, tem uma imagem sobre si, seu papel e sua identidade. Tal imagem está alicerçada em ideais como verdade e credibilidade, mas também na consciência sobre as condições de produção do discurso. Além disso, o jornalista também tem uma imagem sobre o seu leitor (Benetti, 2008).

Como explica Charaudeau (2019), cada discurso modula seus efeitos de uma maneira particular. O discurso jornalístico os modula segundo as supostas razões pelas quais uma informação é transmitida, os traços psicológicos e sociais daquele que dá a informação e os meios que o jornalista aciona para provar a veracidade de seu relato (Charaudeau, 2019).

Benetti (2008) destaca que é preciso pontuar a existência de, ao menos, três sujeitos em qualquer processo discursivo: o enunciador, o leitor virtual e o leitor real. O enunciador e o leitor real são indivíduos concretos que posicionam-se de determinada maneira para falar ou interpretar, como o jornalista que escreve uma notícia e o leitor que consome esse conteúdo. Eles produzem imagens sobre si e sobre o outro, como aponta a autora, mas existem na concretude do ato discursivo.

Já o leitor virtual é apenas imaginado: trata-se de uma figura fictícia que permanece no entremeio do discurso, mas que é fundamental para o processo. “Esse leitor virtual existe em qualquer ato comunicativo, mesmo nas interlocuções

face a face, mas na comunicação midiática é uma figura duradoura e decisiva. É ‘para quem’ o enunciador imagina estar falando” (Benetti, 2008, p. 19).

No caso do jornalismo, a notícia é um dos eixos norteadores dos parâmetros sociais do que é considerado “normal” e “anormal”. Ao lidar com o que é inesperado, incomum ou perigoso, o jornalismo indica o que poderia ser socialmente desejável ou adequado (Benetti, 2007).

Como todo discurso se constrói em um tempo e um lugar históricos, e o jornalismo é um discurso, ele deve ser sempre considerado em uma situação de comunicação. E para que esse discurso aconteça, as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo devem ser reconhecidas pelos interlocutores, incluindo os elementos que definem o gênero (Benetti, 2008). É sobre a situação de comunicação do jornalismo e seus desdobramentos que trataremos a seguir.

Charaudeau (2019, p. 67) diz que “a situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico”. O reconhecimento dessas referências e valores tanto por parte do locutor quanto de seu interlocutor faz com que eles estejam envolvidos numa espécie de acordo prévio, que o autor chama de contrato de comunicação.

Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana (Charaudeau, 2019, p. 67).

Esse contrato é determinado por dados externos ao discurso – condições de identidade, de finalidade, de propósito e de dispositivo – e por dados internos, que permitem responder à questão: “como dizer?” (Charaudeau, 2019). No contrato de comunicação estabelecido entre o jornalismo e seu público, os dados externos determinam que a troca será entre os jornalistas/veículo e seus leitores (identidade), sobre determinada temática (propósito) em um dispositivo específico.

Charaudeau (2019, p. 68) delimita os dados externos como aqueles que, no campo de uma prática social determinada, “são constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permaneceram estáveis por um determinado

período”. O autor afirma também que essas constantes e essas regularidades são confirmadas por discursos de representação que lhes atribuem valores e determinam o quadro convencional no qual os atos de linguagem fazem sentido.

Em relação aos dados internos, Charaudeau (2019) diz que eles são próprios do discurso. O locutor precisa conquistar seu direito de comunicar a partir de uma identidade construída. E é no espaço da tematização que é organizado o domínio do saber. O locutor deve tomar posição com relação ao tema imposto pelo contrato e escolher um modo de organização discursivo particular.

Benetti (2006) aponta que alguns pressupostos, mesmo que ilusórios, amparam o contrato entre jornalistas e leitores. Entre eles, estão a ideia de que o jornalista não mente – mesmo que a empresa e o jornalista possam ter interesses privados, não superam o interesse do leitor –, recorre somente a fontes confiáveis e cruza fontes e versões, para confirmar as informações. Afinal, como destaca Charaudeau (2019), todo contrato de comunicação se define através das representações idealizadas que o justificam socialmente e, portanto, o legitimam.

Nos interessamos particularmente pela *finalidade do contrato* – ou “informar para quê?”. Charaudeau (2019) afirma que a finalidade do contrato de comunicação está em uma tensão entre duas visadas, que correspondem, cada uma delas, a uma lógica particular. Há a visada de *fazer saber*, ou visada de informação, voltada a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica, de informar o cidadão. E há a visada de *fazer sentir*, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial, de captar as massas para sobreviver à concorrência.

O autor explica que, neste contrato, é a visada de informação que domina, que está ligada à verdade, a qual supõe que o mundo tem uma existência em si e seja reportado em uma cena de significação credível. Já a segunda visada, a de captação, deveria ser secundária porque é contrária à precedente.

Para Charaudeau (2019), mesmo que se saiba que o discurso de informação se sustenta numa forte tensão para o lado da captação, não seria aceitável, sob o ângulo das representações sociais, que este se exercesse em detrimento do fazer saber. Já no caso do discurso publicitário, por exemplo, é perfeitamente aceito que o fazer sentir se sobreponha ao fazer saber.

A visada de informação do jornalismo é fundamental para a sociedade porque consiste em fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no

mundo, como reforça Charaudeau (2019). O autor explica que a instância midiática realiza essa visada por meio de dois tipos de atividade linguageira. A primeira é a *descrição-narração*, com o objetivo de reportar os fatos do mundo, e a segunda é a *explicação*, voltada a esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos. Em ambos os casos, mesmo que de maneiras diferentes, coloca-se um problema de relação com a verdade.

Como vimos no subcapítulo anterior, tratar da verdade não é uma tarefa simples. Charaudeau (2019) reforça que o verdadeiro e o falso como noções que remetem a uma realidade ontológica não pertencem a uma problemática linguística, mas estão no domínio linguístico noções como as de *significar o verdadeiro* ou *significar o falso*. Sob esse ponto de vista, a verdade avalia-se através de um dizer, portanto, é uma questão que pode ser tratada a partir de determinadas oposições.

O autor fala que o verdadeiro seria dizer o que é exato, e o falso seria dizer o erro; o verdadeiro seria dizer o que aconteceu, e o falso seria inventar o que não aconteceu; o verdadeiro seria dizer a intenção oculta, e o falso seria mascarar a intenção; e o verdadeiro seria dizer a prova das explicações, e o falso seria fornecer explicações sem prova.

No âmbito da visada de informação, os veículos jornalísticos encontram-se em um confronto permanente como um problema de credibilidade, devido ao fato de basearem sua legitimidade em fazer crer que o que é dito é verdadeiro (Charaudeau, 2019). Nessa lógica, os jornais estão engajados em um “jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam” (Charaudeau, 2019, p. 90).

Em relação à visada de captação, Charaudeau (2019) explica que ela está orientada para o parceiro de troca: um parceiro que se supõe *não natural*, já que é necessário instituí-lo como destinatário de uma mensagem, *não passivo*, porque ele possui suas próprias faculdades de interpretação, e *não conquistado antecipadamente* pelo interesse que a mensagem pudesse ter despertado, visto que ele precisa ser persuadido e seduzido.

Em meio a essas duas visadas, conforme Charaudeau (2019), os veículos jornalísticos estão diante de um problema: se é necessário mostrar-se credível, é preciso que seja para a maioria do público. E isso ocorre por uma dupla razão. A primeira está relacionada ao fato de os jornais estarem sempre em concorrência, o que gera uma luta comercial pela própria sobrevivência econômica. E a segunda

deve-se à posição que os veículos ocupam institucionalmente no espaço público, que faz com que eles tenham o dever de informar o mais corretamente possível os cidadãos.

Neste contexto, a instância midiática encontra-se engajada na busca pelo alcance do maior número de cidadãos. “Quanto maior for o número a atingir, principalmente quando não são cativos *a priori*, menos os meios para atingi-los dependem de uma atitude racionalizante” (Charaudeau, 2019, p. 91). Como resultado, o jornalismo está fadado a procurar emocionar seu público e a mobilizar sua afetividade, com o objetivo de desencadear o interesse e a paixão pela informação que é transmitida (Charaudeau, 2019).

Para satisfazer esse princípio de emoção, a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso de informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam – pois as emoções não são um infável aleatório (Charaudeau, 2019, p. 92).

O efeito produzido por essa visada, conforme Charaudeau (2019), é completamente contrário ao de racionalidade, que deveria direcionar a visada de informação. As emoções são socializadas e resultam da regulação coletiva das trocas, e essa regulação segue os movimentos da afetividade e, ao mesmo tempo, as representações que atribuem valores às condutas e às reações emocionais (Charaudeau, 2019).

Considerando todos os aspectos apresentados, o autor afirma que o contrato de comunicação é, em seu fundamento, marcado pela contradição. A finalidade de fazer saber deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, com o objetivo de satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade. Por outro lado, a finalidade de fazer sentir deve realizar escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação voltadas ao princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização.

Em meio à tensão entre os pólos de credibilidade e de captação, Charaudeau (2019) pondera que, quanto mais as mídias tendem para a credibilidade, em que as exigências estão diretamente ligadas à racionalidade, menos tocam o grande público. E quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da dramatização, menos credíveis serão.

É justamente esse ponto que trazemos para o contexto do jornalismo declaratório. Consideramos que a prática, em diversas vezes, tende a produzir um conteúdo cada vez mais voltado à captação, e não à informação, reduzindo o papel de mediador do jornalismo. Tal aspecto nos faz acreditar em um possível enfraquecimento do contrato de comunicação.

Como o contrato de comunicação pressupõe a existência de uma confiança mútua entre quem informa e quem recebe a informação, em um acordo com papéis estabelecidos, há uma expectativa de que os conteúdos produzidos pelo jornalismo serão confiáveis. Espera-se que o jornalismo cumpra seu papel de selecionar, verificar, interpretar, analisar e hierarquizar os fatos, para torná-los acessíveis ao público de modo que seja possível compreender a realidade de forma crítica.

Entretanto, quando efetivado, o jornalismo declaratório pode comprometer os pilares que estruturam o jornalismo enquanto instituição social. Isso acontece porque, ao reduzir o seu papel a ser um mero transmissor de declarações de fontes, sem contextualizações ou interpretações, com o objetivo apenas de captação dos leitores, o jornalismo deixa de cumprir suas finalidades (Reginato, 2019). Assim, enfraquece sua credibilidade e a confiança que a sociedade deposita neste trabalho.

O jornalismo declaratório é um exemplo de que, quando não há um equilíbrio entre credibilidade e captação, é a visada de captação que se sobrepõe. Ao produzir conteúdos baseados em declarações, muitas vezes polêmicas, imprecisas, descontextualizadas ou altamente interessadas, busca-se apenas captar o leitor, e não cumprir o compromisso de informar de modo qualificado (Reginato, 2019). Quando isso acontece, o jornalismo enfraquece seu compromisso com a verdade.

O jornalismo declaratório se posiciona em um lugar estratégico para os veículos em relação à veracidade: mesmo que não informe de modo qualificado, não pode ser acusado de “mentir”, afinal, a fonte realmente deu a declaração destacada. Isso, no entanto, demonstra o que já havíamos apontado: o jornalismo declaratório é um produto inacabado de forma intencional.

A continuidade massiva dessa prática pode gerar um efeito de desgaste na credibilidade jornalística. A confiança do público é construída a partir da percepção de que o jornalismo exerce seu dever de forma responsável. Quando isso não acontece, o leitor pode passar a questionar a função do jornalismo. Nesse sentido, o jornalismo declaratório, ao enfraquecer o contrato de comunicação, também empobrece o debate público e fragiliza o papel social que o jornalismo possui.

Um ponto que consideramos fundamental destacar é que, no jornalismo declaratório, o uso frequente de títulos que tendem muito mais para o lado da captação, muitas vezes com declarações enganosas destacadas, altamente interessadas ou enigmáticas, que legitimam falas que podem gerar desinformação é um dos fatores que mais contribui para que o contrato seja comprometido. Por isso, no próximo tópico, nos aprofundamos nos títulos declaratórios.

3.4 A reconfiguração dos títulos e o uso do destaque

Mesmo que o jornalismo declaratório não seja um problema novo, sabemos que o contexto tecnológico agrava o cenário, por favorecer a circulação dos títulos jornalísticos como unidades de sentido independentes do texto – e muitas vezes, o título é tudo que alguém vai ler (Pollacchini; Benetti, 2025). Apesar de a produção de títulos ser uma atividade inerente à prática jornalística exercida com frequência pelos profissionais, trata-se de um procedimento complexo.

Os títulos têm um dever duplo: chamar a atenção do leitor e sintetizar o objeto da notícia. Portanto, responsabilidade é fundamental no processo de titular, já que não basta ser apenas atrativo, é preciso ser informativo também. Se considerarmos as plataformas digitais, em que a visão de conjunto com o texto completo é perdida, o produto final deve ser ainda mais preciso.

Bueno e Reino (2022) apontam que os títulos representam uma das marcas mais materiais da profissionalização do jornalismo, porque, para serem feitos, exigem técnica e aperfeiçoamento. Além disso, representam um papel de destaque na mercantilização da mídia, devido ao fato de serem um diferencial mercadológico que influencia na venda de exemplares físicos ou na permanência do leitor por mais tempo em um site de notícias (Bueno; Reino, 2022).

A própria história do título no jornalismo, para Bueno e Reino (2019a, p. 99), confirma a vocação comercial dessa pequena frase acima da notícia, porque “a manchete foi o primeiro texto de imprensa a materializar o cruzamento da linguagem jornalística com as estratégias publicitárias”. No jornalismo, o processo de dar título às notícias também está submetido às regras que norteiam os projetos editorial e gráfico dos veículos.

Se para o jornalista é no *lead* – primeiro parágrafo da notícia que agrupa as informações mais importantes do texto – que a construção da notícia começa, já que

é dali que sai o título, para o leitor é diferente, como explica Comassetto (2001). É no título que a sua participação inicia, porque, conforme o autor, de acordo com a cultura jornalística, é o título que encabeça a notícia nos veículos.

Títulos e *lead* são categorias que expressam as macroproposições de mais alto nível e são elementos consagrados do discurso jornalístico, com forma e posição fixas, além de carregarem as informações mais relevantes (Comassetto, 2001). Diferente de outros gêneros do discurso, em que, geralmente, as primeiras frases são apenas introdutórias, a notícia apresenta, segundo Comassetto (2001), uma lógica própria: a ordenação por relevância é priorizada.

É papel do autor do texto identificar o que é relevante, e o conceito de relevância depende de um acervo conceitual objetivo, já que as mesmas informações nem sempre interessam a todos. Entretanto, quando nos referimos às notícias, há dados que permitem ao redator estimar o que é mais importante ou interessante para a maioria ou para um determinado segmento de leitores (Comassetto, 2001).

Conforme o autor, as informações mais importantes ou interessantes aparecem primeiro, quase sempre de maneira resumida ou breve, e os detalhes e as informações secundárias são deixados para depois e distribuídos hierarquicamente ao longo do texto. Vale destacar que a organização estrutural da notícia e os princípios que a norteiam não são autônomos nem arbitrários, mas sim condicionados por diversas imposições de produção e uso, em respeito a condições sociais, culturais e cognitivas (Comassetto, 2001).

Assim como a produção da notícia, o título “constitui-se de uma técnica a ser seguida, uma direção de trabalho comum, um padrão compartilhado que marcou a inscrição nesse formato, ainda que suas orientações, na atualidade, também possam ser remodeladas” (Bueno; Reino, 2019b, p. 105). Por serem parte de uma produção textual mais complexa, como as notícias e as reportagens, os títulos também sofrem modificações a partir de alterações temporais, tecnológicas e do meio em que estão inseridos, de acordo com Bueno e Reino (2019b).

Os leitores são sujeitos apressados e precisam rapidamente de informação, enquanto os jornais, pelo menos os que se pretendem ao jornalismo sério e que possuem maior credibilidade, têm muito a contar em um espaço que é limitado (Comassetto, 2001). “Economia de espaço para o jornal e de tempo para o leitor são

palavras de ordem nas redações. Logo, o título não precisa falar demais. Precisa, sim, dizer muito com poucas palavras” (Comassetto, 2001, p. 40).

Gradim (2000) considera que os jornalistas reconhecem a importância da arte de titular e as dificuldades que a construção de um bom título apresenta, afinal, o título é sempre o mais delicado e o mais difícil de obter numa peça jornalística. O *Manual da Redação da Folha de S.Paulo* descreve que o título deve conquistar a atenção do leitor e revelar o objeto da notícia de forma clara e em poucas palavras, com o desafio de fazer isso em um espaço restrito.

Há uma grande responsabilidade na função de titular devido ao fato de os títulos possuírem um papel muito determinante para o jornalismo. Afinal, as pessoas não se interessam por todas as notícias que são publicadas por um jornal, e o principal elemento que define se algo será lido ou colocado de lado é o título (Douglas, 1966).

O *Manual da Folha* recomenda que um título noticioso deve, de preferência, conter pelo menos um verbo, na voz ativa e no tempo presente, estar em ordem direta, ser afirmativo, sem negativas ou perguntas, ser compreensível, sem depender do subtítulo, evitar siglas pouco conhecidas ou mais de uma no mesmo título e ter o maior grau de certeza possível, evitando o “pode” e o futuro do pretérito. Neste último caso, o jornal indica atribuir à fonte quando não for possível assumir a informação.

Gradim (2000) pondera que o título deve respeitar de forma rigorosa o texto a que se reporta e nunca insinuar, por meio da descontextualização de uma frase, elementos que a notícia não contemple. A autora também reforça que os títulos não devem ser utilizados para fazer trocadilhos, mandar recados e brincar com as pessoas ou com os cargos que ocupam. Na mesma linha, o *Manual da Folha* sugere evitar truques para caçar cliques, como formulações sensacionalistas ou omissões destinadas a iludir o leitor.

Para Comassetto (2001), o título está tão intimamente ligado à notícia, que, sem ele, a matéria perde o sentido. O autor considera que o título serve para dar equilíbrio estético à página, anunciar o fato, resumir a notícia e auxiliar os leitores na compreensão dos acontecimentos. E, embora de forma muito resumida, o título tem todas as condições de ser uma síntese precisa da notícia.

Em alguns casos, podem existir duas informações igualmente relevantes, mas que, por questão de espaço, estilo do jornal e eficiência, não podem ser colocadas

em uma única frase por deixarem o título muito longo e comprometerem sua expressividade (Comassetto, 2001). Com o objetivo de resolver esse problema, os veículos passaram a utilizar o subtítulo¹² (ou linha de apoio, ou ainda linha fina), que desempenha um papel análogo ao dos títulos, com dados complementares.

Consideramos relevante trazer para a discussão o fato de que o título e o subtítulo são elementos de edição. De forma geral, não é o repórter quem define o título final, mas sim o editor, a partir da avaliação do conjunto da página, no caso de jornais impressos, ou do contexto digital, em que os títulos são testados e alterados para identificar qual é a melhor escolha para atrair os leitores.

Muitas modificações marcaram a passagem do jornalismo analógico para o digital, e buscas por engajamento fazem parte das estratégias que tentam reestruturar seu modelo de negócio para mantê-lo viável economicamente (Bueno; Reino, 2019a). Ao considerar os diferentes tipos de textos que compõem o conglomerado de narrativas jornalísticas, conforme os autores, o título aparece como um dos principais recursos que podem ser utilizados como uma estratégia de atenção.

Como exemplo da importância dos títulos para atrair leitores, podemos abordar a seção das notícias mais lidas dos jornais, encontradas facilmente nas páginas iniciais de sites e portais de notícias. Ela serve como um indicador de que, em algum grau, a matéria foi aberta e o título chamou atenção, mesmo que isso não garanta que o leitor chegue até o final do texto – é como se fosse uma isca, porque, mesmo que a leitura não ocorra, pelo menos assegura que a notícia foi selecionada entre tantas ofertas (Bueno; Reino, 2019a).

Em tempos de popularização das métricas, marcadas pelo monitoramento dos índices de visualização, dos caminhos de entrada no conteúdo, do tempo de consumo e, substancialmente, da otimização dos sistemas de busca (SEO), que incluem técnicas para melhorar a posição nos resultados em sites buscadores, ter uma frase envolvente no topo da matéria é um diferencial que pode atrair ou afastar a audiência no primeiro contato com o produto noticioso (Bueno; Reino, 2019a, p. 99).

¹² É importante ressaltar que os títulos de jornais e sites jornalísticos se diferem dos títulos de revistas impressas. Os primeiros, por lidarem com questões mais factuais, são mais informativos e buscam sintetizar a informação mais relevante para que o leitor tenha acesso à informação de forma mais rápida. Já os segundos, por não lidarem com a pressa das notícias diárias, tendem a ser mais interpretativos e possuem maior liberdade de linguagem. Neste contexto, é o subtítulo que recebe o papel de informar. A urgência para captar o leitor pelo título não é o foco, visto que ele já adquiriu a revista e terá mais tempo para ler as reportagens.

Neste cenário, os autores apontam que atualmente a edição dos títulos jornalísticos passa por uma reconfiguração na sua escrita. As mudanças buscam torná-los mais facilmente encontrados nos sistemas de buscas e incluem, muitas vezes, a adoção de narrativas que escondem ou sensacionalizam as notícias.

Tal fato evidencia cada vez mais a relação comercial do título da matéria e a rentabilidade dos veículos no ciberespaço (Bueno; Reino, 2019a). Os títulos caça-cliques ganham, assim, ainda mais espaço, com o intuito de atrair leitores por meio de cliques, que serão revertidos em argumentos de venda.

Hartmann (2024) explica que as mudanças em títulos, como incluir palavras-chave, favorecem que as plataformas entreguem o texto a um público maior do que uma matéria com título “burocrático”. Ou seja, para o autor, “a plataformização do jornalismo influencia na construção da reportagem ao ditar uma linguagem específica à qual jornalistas devem se adaptar, caso queiram atingir maior público” (Hartmann, 2024, p. 46).

Na mesma perspectiva, Bueno e Reino (2019a) afirmam que o SEO altera a produção e consumo de conteúdo em ambientes digitais porque muda a lógica de quais termos usar e quais palavras destacar, entre outras técnicas de otimização. Os autores, no entanto, destacam que, mesmo seguindo uma lógica parecida com a utilizada no jornalismo para determinar quais expressões são mais efetivas na escrita de uma frase, a definição final dessa escolha no ambiente digital passa por critérios que não são transparentes e que podem ou não concordar com princípios jornalísticos.

Eles explicam que mesmo com a diversidade de narrativas possíveis que podem ser feitas na internet e com os recursos que ampliaram os horizontes da linguagem, com construções hipertextuais e multimidiáticas, os títulos seguem um formato consolidado. Isso significa que os títulos “continuaram marcados por um tópico frasal que resumia a informação do lead e por um texto curto e objetivo, ratificando orientações clássicas desde a sua profissionalização no jornalismo brasileiro” (Bueno e Reino, 2019a, p. 101).

Os títulos jornalísticos possuem um papel tão central para a prática, reforçado ainda mais no contexto tecnológico, que independentemente de o corpo do texto de uma notícia estar correto: se o título é impreciso ou sensacionalista, isso gerará informações enganosas (Gehrke et al., 2023). Os autores reforçam que, ao praticar o jornalismo de forma descuidada, os profissionais confundem e contribuem para o

ruído num ambiente digital já poluído, como tem feito o jornalismo declaratório em muitos casos.

Os títulos hoje circulam nas plataformas praticamente sozinhos e são lidos pelos leitores como elementos independentes que contêm informação suficiente. É comum uma pessoa ler apenas o título, sem ir à íntegra da matéria, e ter a sensação de estar informada. No mundo das redes sociais e aplicativos de mensagens, vemos um título ser substituído por outro, e por outro, e nesse processo extremamente fragmentado vamos construindo um conhecimento também fragmentado (Pollacchinni; Benetti, 2025, p. 258).

Em diversas ocasiões, notícias produzidas a partir da lógica do jornalismo declaratório dão destaque no título a declarações com informações falsas, descontextualizadas, enigmáticas ou sensacionalistas. Como sabemos que esse conteúdo circula de forma autônoma (algumas vezes acompanhado apenas do subtítulo), fica evidente que o jornalismo abre mão do seu papel de informar de modo qualificado (Reginato, 2019) em nome da captação e da rentabilidade que aquele material pode gerar para o veículo.

Proposto por Maingueneau (2014), o conceito de destacamento nos auxilia a refletir sobre o funcionamento discursivo de enunciados que adquirem autonomia, como os títulos jornalísticos. Os enunciados destacáveis podem ser encontrados em todos os tipos de discurso, das conversações mais comuns aos textos fortemente monitorados, conforme explica o autor. Mas Maingueneau (2013) pondera que é necessário distinguir duas classes bem diferentes de acordo com seu destacamento: 1) quando é constitutivo, como é o caso de provérbios e slogans; 2) quando resulta da extração de um fragmento de texto. “Essa extração não acontece de maneira indiferenciada com todos os constituintes de um texto, pois frequentemente o enunciador sobreassevera alguns de seus fragmentos e os apresenta como destacáveis” (Maingueneau, 2013, p. 2).

Muitos enunciados destacados não o são por acaso, porque no texto do qual eles são extraídos já se apresentam como fragmentos destacáveis, que estão destinados a circular de forma autônoma, fora do seu texto de origem (Maingueneau, 2018). O autor explica que a sobreasseveração é uma modulação da enunciação que formata um fragmento como candidato a uma destextualização. Ou seja, é uma operação de destaque do trecho em relação ao entorno textual, efetuada por meio de diferentes marcadores (Maingueneau, 2013).

Uma sequência sobreasseverada é relativamente breve e memorável e constitui uma tomada de posição do enunciador sobre uma questão polêmica (Maingueneau, 2014). O autor reforça que a destacabilidade pode ser indicada de diversos modos e muitos desses índices são cumulativos.

Essas marcações, como Maingueneau (2013) aponta, podem ocorrer no caso de o fragmento possuir um valor generalizante e estar colocado em uma posição que o torna particularmente visível, como no início ou no fim de um texto – posições que indicam com frequência a condensação do sentido do conjunto em questão.

Outros marcadores são quando a enunciação apresenta uma amplificação da figura do enunciador, de modo mais enfático, para mostrar sua posição sobre um problema debatido, ou quando há uma organização interna forte, porque torna o enunciado mais atraente e facilmente memorável ao usar uma construção sintática simétrica, uma metáfora, um trocadilho, um paradoxo, entre outras formas. Ou, ainda, se um comentário do enunciador acentua o estatuto privilegiado desse fragmento (Maingueneau, 2013).

Por definição, sobreasseverar é antecipar um destacamento. A operacionalização assume toda a sua importância quando se trata de textos destinados a ser desmembrados. Os locutores que são personagens públicas não podem ignorar que os profissionais de comunicação contemporânea passam seu tempo recortando fragmentos de texto para convertê-los em ganchos (Maingueneau, 2014, p. 16).

Maingueneau (2018) explica que, como regra geral, destacam-se sobreasseverações de locutores considerados importantes, qualquer que seja a razão da notoriedade dessa pessoa. “É evidentemente o que acontece nas entrevistas, porque o fato de entrevistar alguém implica que esse alguém tem autoridade ao menos no universo no qual aquele texto se inscreve (Maingueneau, 2018, p. 228).

Devido ao jogo clássico de antecipação das modalidades de recepção, atores da vida pública têm tendência a antecipar os reempregos que serão feitos das suas palavras – ou seja, eles tentam controlar os destacamentos (Maingueneau, 2018). Portanto, conforme Maingueneau (2018), para os locutores que estão familiarizados com os procedimentos midiáticos, tornou-se uma rotina situar enunciados em posições privilegiadas, para torná-los destacáveis e favorecer a sua circulação –

uma forma de sugerir quais são os fragmentos que eles esperam ver repetidos (Maingueneau, 2018).

O autor (2018, p. 226) reforça que “a máquina midiática contemporânea é grande consumidora desse tipo de citação, sejam as ‘pequenas frases’ dos políticos, ou as inúmeras citações que servem de títulos ou figuram nas margens dos artigos da imprensa escrita”. Às vezes, por mais que os políticos queiram, algumas pequenas frases que a imprensa faz circular são fragmentos de textos que quem as proferiu teria preferido que não saíssem da esfera privada (Maingueneau, 2014).

É importante ressaltar que uma frase destacada de um texto pode permanecer em sua vizinhança, por isso Maingueneau (2014) propõe uma distinção entre um destacamento forte, que implica uma separação do texto-fonte, e um destacamento fraco, quando a frase destacada fica próxima do texto-fonte. No entanto, essa distinção não é absoluta. O autor cita como exemplo o caso da imprensa escrita, em que na capa se encontram frases entre aspas cujo texto-fonte está numa página interna, sendo, portanto, um destacamento fraco. Em sites, o cenário é o mesmo: para ter acesso ao texto-fonte, basta o leitor clicar na frase destacada.

Para interessar o leitor que não tem acesso ao texto, as frases escolhidas devem ter uma grande pertinência para exercer plenamente seu papel, como explica o autor. Entretanto, em diversas vezes, isso pode gerar a produção de títulos caça-cliques, tática muitas vezes utilizada no jornalismo declaratório, com o intuito de fazer com que o usuário entre na página para acessar o texto-fonte.

Tanto na imprensa escrita quanto nos sites na internet, as sobreasseverações são candidatas naturais ao destacamento fraco, na forma de títulos, de entretítulos ou de legendas de fotos (Maingueneau, 2014). Em regra geral, um destacamento só é forte quando o texto-fonte não é acessível de nenhuma forma ao leitor ou ouvinte. “É preciso ponderar, porém, que a prática de alguns leitores de se informar apenas pelos títulos que circulam nas redes sociais desloca esses títulos para a categoria do destacamento forte” (Pollacchini; Benetti, 2025, p. 247).

Outro aspecto importante dentro do conceito de destacamento são os casos em que um um fragmento destacado não é necessariamente destacável. Maingueneau (2018) afirma que nada impede que um jornalista, por uma manipulação, converta em *pequena frase* um fragmento que não foi sobreasseverado, fabricando *pequenas frases* a partir de várias frases.

Essas alterações, conforme Maingueneau (2014) explica, vão além da ideia da necessidade de condensar a informação ou de tornar o enunciado mais marcante: elas são um sintoma de uma mudança do estatuto pragmático. Neste contexto, o enunciado destacado deixa de ser um fragmento do texto, mas passa a ter relação com um regime de enunciação específico que o autor chama de aforização.

“A aforização implica a figura de um enunciador que não somente diz, mas que mostra que diz aquilo que ele diz. Ele apresenta a força de uma enunciação que engaja a responsabilidade do locutor, uma tomada de posição exemplar” (Maingueneau, 2018, p. 236). O autor aponta que o paradoxo da aforização está ligado ao fato de ela implicar uma descontextualização do enunciado aforizado, que só terá sentido no novo contexto em que for colocado.

Somos obrigados a nos perguntar por que proliferam atualmente essas "pequenas frases", essas "frases aniquiladoras", essas "citações do dia" e todos esses enunciados destacados nos títulos, intertítulos, manchetes. Em uma sociedade tradicional na qual domina a oralidade, a aforização mantém relações privilegiadas com a memória, a generalização, as formas poéticas, os gêneros sentenciosos (provérbios, adágios, ditados), a autoridade dos antigos ou dos sábios. Mas em uma sociedade dominada pelas mídias audiovisuais, as motivações são diversas (Maingueneau, 2018, p. 236).

A aforização, conforme explica Maingueneau (2018), tem por efeito personalizar os enunciados, autenticá-los de alguma forma. Pelo fato de a máquina midiática ser voltada ao testemunho direto, torna-se preferível citar um enunciado atestado do que ler um texto. Há também um efeito de dramatização, com um enunciado enfático que engaja uma tomada de posição forte, que convém para a espetacularização.

O autor diz ainda que a aforização permite chamar a atenção do público, por atrair o olhar do leitor ou por servir de ponto de partida para uma entrevista televisiva, e é econômica, porque o enunciado destacado deve condensar a mensagem da pessoa evocada. Além disso, a noção inscreve-se na evolução atual da imprensa escrita, no sentido do estilhaçamento do texto em módulos curtos e do desenvolvimento do visual.

Para Maingueneau (2014, p. 33), toda aforização é uma enunciação segunda, do já-dito: “o já-dito de uma enunciação atestada, quando se trata de aforizações destacadas de um texto, ou o já-dito de uma série aberta de enunciações anteriores

ou virtuais, quando se trata de aforizações primárias”. Quando é destacada de um texto, a aforização faz parte de uma lógica de discurso relatado em estilo direto, como esclarece Maingueneau (2014).

O autor detalha que o que é posto em cena é uma fala autêntica, do significante e do significado – trata-se de uma voz singular que diz aquelas palavras. Em meio a esse contexto, as aspas desempenham com frequência um papel fundamental para atestar a existência efetiva da aforização (Maingueneau, 2014).

Trazer, portanto, o conceito de destacamento e seus desdobramentos para a nossa discussão é fundamental para reforçarmos o peso do conteúdo dos títulos jornalísticos. Tais aspectos são ainda mais importantes principalmente quando consideramos que os títulos têm uma tendência a circular de forma autônoma e são, por vezes, o único contato que alguém terá com o assunto em questão.

No próximo capítulo, apresentaremos a metodologia da Análise do Discurso (AD), os procedimentos metodológicos seguidos nesta dissertação, o nosso objeto empírico e o processo de construção do *corpus*.

4 METODOLOGIA: A ANÁLISE DO DISCURSO

Neste capítulo, tratamos da metodologia utilizada nesta dissertação, apresentando os procedimentos metodológicos adotados. Para compreender o funcionamento discursivo do jornalismo declaratório, usamos a Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Nos capítulos teóricos, já apresentamos alguns conceitos da AD fundamentais para esta pesquisa, como o de contrato de comunicação e de destacamento. Neste capítulo, tratamos de outras noções que ainda não foram aprofundadas. Falamos também do objeto de estudo desta pesquisa, o jornal Folha de S.Paulo, e mostramos como foi organizado o *corpus* para a análise.

Benetti (2016) explica que, nos estudos de AD, há, basicamente, quatro tipos de análises que podem ser realizadas: dos sentidos, dos sujeitos, do silenciamento e da estruturação do discurso. Nossa pesquisa realiza análises dos sentidos, dos sujeitos e da estruturação do discurso – embora o silenciamento também seja brevemente mencionado.

Um dos conceitos importantes para esta dissertação é o de interdiscurso, definido por Orlandi (2015) como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Para a autora, ele é o que chamamos de memória discursiva. Trata-se do saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído. Ou seja, o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

É importante ressaltar que para o jornalismo a interdiscursividade é particularmente importante, visto que o discurso jornalístico aciona sentidos e valores produzidos por outros discursos, como o jurídico e o econômico, por exemplo. É sempre um já-dito que é retomado e ressignificado, pois se inscreve em um discurso com características próprias e assim constrói memória. No caso específico desta pesquisa, o interdiscurso se evidencia mais claramente na visibilidade que a Folha de S.Paulo dá a diferentes campos a partir das declarações de fontes em títulos.

Como o discurso é construído de forma intersubjetiva, ele é efeito de sentidos entre interlocutores (Pêcheux, 1995), por isso não existe um sentido literal que reside no texto, mas sim uma materialidade textual que carrega sentidos potenciais (Benetti, 2016). Isso se explica também pelo fato de o discurso ser dependente de suas condições de produção. Assim, é preciso “compreendê-lo como histórico e

subordinado aos enquadramentos sociais e culturais” (Benetti, 2007, p. 108). Para analisar um texto, portanto, é necessário considerar a época em que foi produzido, o local e os sujeitos envolvidos.

O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como dizer, também interpretar está afetado por sistemas de significação. A AD está preocupada com este movimento de instauração de sentidos, que exige compreensão de modos de funcionamento do discurso (Benetti, 2007, p. 109).

No caso desta pesquisa, é importante considerar, portanto, que os textos analisados são produzidos dentro dos padrões jornalísticos atuais – explicitados nos capítulos teóricos – no Brasil contemporâneo, em um dos jornais mais tradicionais do país. Também é preciso levar em conta que estamos examinando construções textuais específicas – títulos, subtítulos e corpo de matérias no formato online – que carregam também características próprias em sua produção.

Outros movimentos importantes de construção (e na análise) dos sentidos presentes em um discurso são a paráfrase, ligada ao processo de repetição, e a polissemia, ligada ao processo de deslocamento, abertura de sentidos, ruptura do processo de significação – todo discurso se faz na tensão entre o retorno ao mesmo e a tendência à ruptura.

Orlandi (2015) afirma que a paráfrase é a matriz do sentido, porque não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo. Já a polissemia é a fonte da linguagem, pois é a própria condição de existência dos discursos, afinal, se os sentidos não fossem múltiplos, não haveria necessidade de dizer (Orlandi, 2015).

Segundo Orlandi (2015, p. 13), “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral constitutivo do homem e da sua história”. A AD, como um dos métodos possíveis para estudar objetos do campo da comunicação, percebe o texto como o resultado de um processo.

O texto trata-se, portanto, de um objeto opaco, complexo e não evidente, que será questionado pelo pesquisador em busca de seus sentidos, sujeitos ou relações. Nesse cenário, na área da comunicação, há basicamente três tipos de objetos: os *textos de mídias tradicionais e organizações*, como os textos de jornalismo e publicidade; os *textos autônomos*, como as pichações; e os *textos metodológicos*, que são aqueles coletados pelo pesquisador, como as entrevistas (Benetti, 2016).

No caso desta dissertação, como já antecipado, nos debruçamos sobre textos jornalísticos. Focamos nos títulos, nos subtítulos e no corpo das matérias, com o objetivo de analisar o atravessamento de três aspectos: os campos sociais aos quais pertencem os declarantes, os tipos de declaração utilizados e as relações de sentidos do título para a matéria. Desta forma, objetivamos chegar em um resultado que seja possível definir o funcionamento discursivo do jornalismo declaratório colocado em prática na Folha de S.Paulo.

4.1 Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, a primeira etapa da análise foi identificar os campos aos quais pertencem os declarantes, a partir de sistematização de Pollacchini e Benetti (2025): político, científico, econômico, cultural, jurídico, civil, jornalístico, policial, religioso e esportivo. Com essa classificação, buscamos compreender a quem o jornal concede o estatuto de declarante, um sujeito, como apontam Pollacchini e Benetti (2025), não apenas digno de ter sua declaração incorporada a uma matéria, mas também merecedor de vê-la destacada no título.

Em um segundo momento, investigamos os tipos de declaração para identificar quais classificações são mais recorrentes no jornalismo declaratório do jornal. Esse movimento também nos auxilia na compreensão do funcionamento discursivo da prática.

A terceira parte da análise – e que julgamos ser o maior avanço em relação à pesquisa anterior (Pollacchini, 2023) – tem como foco as relações do título e subtítulo com a matéria, com o objetivo de verificar possíveis deslizamentos de sentido da declaração principal destacada no título em relação à formulação equivalente no texto. A AD, como explica Furtado (2000), leva em consideração a exterioridade como constitutiva do discurso, assim como a historicidade e a ideologia. Logo, um discurso é sempre um acontecimento único.

O discurso jornalístico, portanto, nunca será totalmente objetivo, imparcial. Ele pressupõe inicialmente pelo menos duas realizações do mesmo enunciado: a do entrevistado e a do repórter, já que o repórter vai sempre (re)escrever em sua reportagem o que o entrevistado disse. Ou seja, o deslizamento do sentido no processo de construção do discurso jornalístico já inicia em sua origem (Furtado, 2000, p. 11).

Além disso, considerando que a análise abrangerá, como foi exposto, 1) os sujeitos – a partir do campo ao qual pertencem –, 2) os tipos de declaração e 3) as relações de sentido entre os títulos e as matérias, pretendemos propor uma definição de jornalismo declaratório. Mesmo que tenhamos como objeto um único jornal, a Folha de S.Paulo, consideramos que ela, por ser um dos principais jornais de referência do Brasil, pode representar outros jornais brasileiros tradicionais na forma como o jornalismo declaratório praticado no país na atualidade é construído.

Para realizar a análise, consideramos cada título – e também os subtítulos em algumas categorias – como sequências discursivas (SDs). Benetti (2007, p. 113) define a SD como “o trecho que arbitrariamente recortamos para a análise e depois utilizamos no relato de pesquisa”. A autora explica que, normalmente, o analista de discurso numera as SDs para facilitar a organização do *corpus* de pesquisa. Nesta dissertação, utilizamos a seguinte forma de organização das SDs: as matérias foram numeradas e identificadas como M1, M2, M3...e assim por diante. Já os títulos foram considerados, então, como SDs e numerados como T1, T2, T3 etc.. Da mesma forma, os subtítulos receberam numerações equivalentes às das matérias e títulos, dessa forma: SUB1, SUB2 etc.. O quadro com todas as SDs está disponível como Apêndice B.

Nas duas primeiras etapas da análise, a abordagem metodológica quantitativa se destaca, embora haja também interpretações sobre os achados. Na primeira fase são identificados quantos declarantes presentes nos títulos fazem parte de cada campo social. No segundo movimento de análise, são quantificados os tipos de declarações. Esses achados são importantes para embasar a terceira fase da análise, na qual buscamos compreender o tratamento dado às declarações, os sentidos e seus deslizamentos presentes no *corpus* de pesquisa. Para isso, realizaremos a busca por regularidades, que nos permitirão constatar o que há em comum no modo de funcionamento do jornalismo declaratório. Portanto, as três etapas da análise abrangem o estudo dos sujeitos, dos sentidos e da estruturação do discurso. A seguir, apresentamos o objeto de pesquisa desta dissertação.

4.1.1 A escolha do objeto de estudo: Folha de S.Paulo

Fundada em 1921, a Folha consolidou-se como um dos maiores jornais do país, com abrangência nacional e grande audiência. Dados de junho de 2025¹³ indicam que o jornal teve circulação total mensal de 877.134. Esse número considera assinantes da versão impressa e da versão digital ativos no mês, além do total de exemplares vendidos no mesmo período no canal de venda avulsa. A Folha é, portanto, um dos mais influentes veículos de comunicação no Brasil, alcançando um grande público, e por isso foi escolhida como objeto empírico desta pesquisa.

Outro fator determinante para que a publicação fosse escolhida foi a facilidade de acesso às notícias publicadas por dia. Tentamos selecionar mais veículos, como GZH, Estadão e O Globo, mas eles não disponibilizam seção no site em que seja possível fazer um recorte temporal livre, sem a necessidade de procurar por palavras-chave. Portanto, por disponibilizar esse espaço que facilita a coleta de material, a Folha de S.Paulo mostrou-se como a opção mais viável para o levantamento do planejado.

Como identidade organizacional¹⁴, o jornal apresenta a *missão* de produzir e organizar conteúdo jornalístico crítico, plural e apartidário, a *visão* de contribuir para o aprimoramento da democracia e a redução das desigualdades no Brasil, e os *valores*: compromisso com o leitor, diversidade, excelência, independência econômica e editorial, integridade e liberdade de expressão.

No Manual da Redação (2021), sob o pressuposto de que a difusão de informações confiáveis e opiniões qualificadas estimula o exercício da cidadania e contribui para o desenvolvimento das ideias e da sociedade, a Folha declara ter compromisso com os seguintes princípios editoriais:

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la;
2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas;
3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público;
4. Promover os valores da democracia representativa, dos direitos humanos, da evolução dos costumes, do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa e da equalização de oportunidades;

¹³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/circulacao-verificada/>>. Acesso em: 13 set. 2025

¹⁴ A Folha disponibiliza em seu site uma página com diversas informações institucionais sobre o jornal, como dados gerais, linha editorial, circulação etc. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml?fill=1>. Acesso em: 6 dez. 2025.

5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores;
6. Cultivar a pluralidade na composição da Redação e no conteúdo veiculado pelo jornal, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões de diferentes atores sociais, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa;
7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório;
8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão;
9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário;
10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo;
11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei;
12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção (Manual..., 2021, p. 13-14).

O jornal estabelece como premissa da sua linha editorial a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Tais características, que, segundo a Folha, servem como base para o trabalho dos profissionais que atuam no jornal, foram detalhadas a partir de 1981 em diferentes projetos editoriais. Além disso, define-se como um veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências.

4.1.2 A construção do *corpus*

Para a construção do *corpus* desta pesquisa, realizamos a coleta de todas as matérias publicadas pela Folha de S.Paulo, durante quatro semanas de diferentes meses, em que os títulos eram baseados em declarações de fontes. O material selecionado foi publicado em 2025, nos seguintes períodos: primeira semana de

janeiro, segunda semana de fevereiro, terceira semana de março e quarta semana de abril, formando um mês composto.

Esse recorte temporal foi escolhido para abranger diferentes períodos e ampliar a possibilidade de que não houvesse a preponderância de um único grande acontecimento que pudesse enviesar o resultado, como no caso de eleições ou desastres. Chegamos, assim, em um *corpus* diversificado, formado inicialmente por 280 matérias que tinham uma declaração no título. Em um segundo movimento de composição do *corpus*, verificamos que nem todas seguiam a lógica do jornalismo declaratório no corpo da matéria e, portanto, foram retiradas do *corpus*, resultando em 227 matérias. Os textos retirados tinham nos títulos destaques de relatórios e pesquisas, não sendo declarações de sujeitos.

A coleta dos dados foi realizada na seção “Textos da edição Folha”, disponível no site do jornal, que reúne as matérias veiculadas na edição impressa diária. Tendo em vista que os conteúdos frequentemente apresentam variações entre as versões impressa e digital, definiu-se como *corpus* de análise exclusivamente os textos disponibilizados no site. O próximo capítulo apresenta a análise desta pesquisa.

5 ANÁLISE: A PRÁTICA DO JORNALISMO DECLARATÓRIO

Neste capítulo, apresentamos os resultados da análise desta pesquisa, que busca entender como se caracteriza discursivamente o jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo. A análise, como já explicada, foi estruturada em três etapas. Na primeira, identificamos os declarantes que ocupam a posição de destaque nos títulos das notícias, a partir dos seguintes campos sociais: político, econômico, cultural, científico, jurídico, religioso, jornalístico, policial, civil e esportivo. Na segunda, abordamos os tipos de declaração nos títulos, que são classificadas em avaliativas, descritivas e prescritivas. Já na terceira etapa, analisamos o tratamento dado às declarações e os possíveis deslizamentos de sentido entre os títulos declaratórios e as matérias correspondentes. Em cada etapa, apresentamos exemplos das questões que estamos tratando.

5.1 Os declarantes

Nesta primeira etapa da análise, identificamos quem recebe o estatuto de declarante em matérias produzidas a partir da lógica do jornalismo declaratório. Para isso, sistematizamos esses sujeitos a partir dos campos sociais nos quais estão inseridos, por considerarmos relevante compreender as posições que ocupam a fim de identificar quais grupos têm suas falas destacadas nos títulos das matérias.

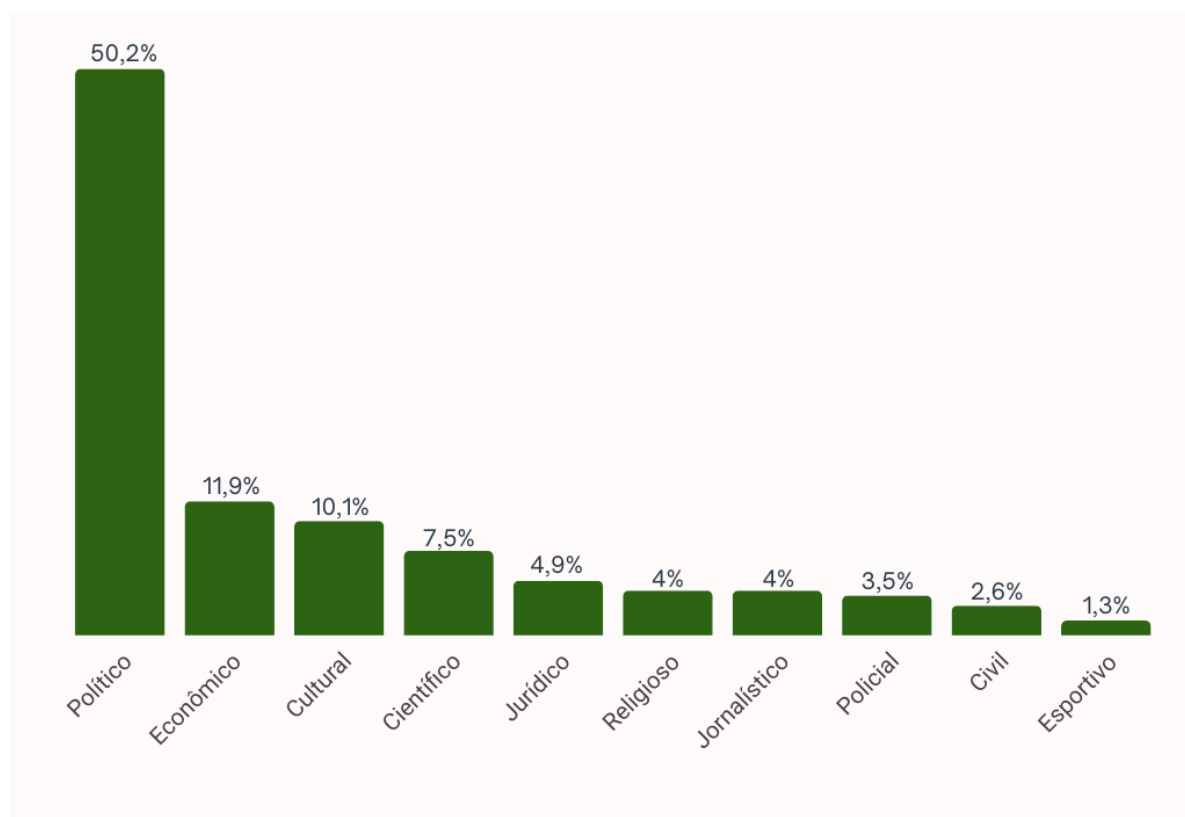
Conforme abordamos no segundo capítulo desta dissertação, o campo jornalístico é alvo de disputa para outros campos por ser capaz de agregar capital social a essas fontes, como se as revestisse de credibilidade. Agentes de outros campos buscam a visibilidade conferida pela imprensa porque o reconhecimento jornalístico funciona como um recurso estratégico capaz de fortalecer suas posições, ampliar seu capital simbólico e influenciar as disputas internas em seus respectivos campos.

Buscamos apresentar de que maneira o jornalismo posiciona os declarantes em um lugar de destaque nos títulos das notícias, relacionando com as especificidades de cada campo. Com isso, é possível compreender como distintas lógicas de legitimação orientam a seleção dessas fontes, o que evidencia quais posições e atores são privilegiados na construção dos títulos.

Para fins da análise, utilizamos a seguinte sistematização dos campos aos quais pertencem os declarantes, movimento também realizado em pesquisa anterior (Pollacchini; Benetti, 2025): a) político, b) econômico, c) cultural, d) científico, e) jurídico, f) religioso, g) jornalístico, h) policial, i) civil e j) esportivo.

A distribuição dos declarantes presentes nos títulos da Folha de S.Paulo está apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Os declarantes presentes nos títulos



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O campo político concentra a metade dos títulos, o que evidencia sua centralidade absoluta na lógica do jornalismo declaratório, enquanto os demais campos aparecem de forma significativamente mais fragmentada. Esse achado corrobora os resultados obtidos em pesquisa anterior (Pollacchini, 2023), na qual as declarações de políticos também foram maioria. Isso mostra que, mesmo fora do período eleitoral, o campo político é o mais destacado nos títulos declaratórios. A seguir, trataremos de cada campo e seus respectivos declarantes.

a) Campo político

Com o maior número de declarantes, o *campo político* é caracterizado por reunir vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores, secretários, senadores, ministros, presidentes, assessores, líderes de partido e ex-ocupantes desses cargos. Entre os 227 títulos, 114 contam com declarações destacadas de agentes políticos – dado que representa 50,2% do *corpus*.

O número expressivo de declarantes políticos evidencia o quanto esse grupo social se consolida como uma fonte recorrente de falas consideradas noticiáveis pelo jornal, o que o torna o principal produtor que abastece o jornalismo declaratório. Mesmo quando essas declarações não servem ao interesse público, são frequentemente transformadas em notícia, reforçando a centralidade dos atores políticos na imprensa.

Para os integrantes desse campo, ocupar uma posição de destaque no título de uma notícia favorece a sua visibilidade na sociedade, fortalece o vínculo com os eleitores e reforça a presença no debate público. Dos 114 títulos, 71 se referem aos declarantes pelo nome próprio – aspecto ainda mais importante nesse cenário em que há uma predominância de fontes interessadas com o objetivo de estar em evidência na imprensa. Os títulos, ou sequências discursivas (SDs), a seguir exemplificam essa forma de nomeação.

T1 - **Raquel Lyra** elogia parceria com governo Lula e diz que PSDB precisa se reencontrar

T75 - **Aécio** diz que PSDB 'não vai acabar' em fusão com outro partido

T97 - 'Fui um presidente marcado para ser deposto', diz **Sarney**

T178 - **Renan** critica governo Lula, mas afirma que será 'muito difícil' derrotar petista em 2026

Quando o nome do declarante não é destacado, o jornal recorre a diferentes formas de nomenclatura para identificá-lo, como o cargo que ocupa no momento, funções exercidas anteriormente ou ainda designações coletivas que agrupam sujeitos sob uma mesma categoria.

T5 - Nunes criou 'República dos Ricardos' na prefeitura de SP, brincam **aliados**

T6 - **Secretário da Desestatização de Nunes** diz que SP não vai desfazer concessão de cemitérios

T14 - **Presidente da Câmara de SP** diz que técnicos vão avaliar devolução de privada por ex-vereadora

T146 - **Ex-deputado que xingou o papa** diz que recebe morte de Francisco com pesar

No caso de T5 e T6, embora o declarante não seja nomeado, fica identificado o sobrenome do prefeito de São Paulo: Nunes. Essa é outra forma de dar destaque a um político no título. Nos casos aqui exemplificados, o destaque se dá por uma brincadeira, em T5, e como forma de relacionar o declarante com a gestão do prefeito, em T6.

Três declarantes se destacam pela maior recorrência nos títulos analisados: o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 títulos; o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também em 10 títulos; e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em 11 títulos. Chama a atenção o fato de Trump superar Lula em número de ocorrências em um dos principais jornais de referência do Brasil, o que reforça sua capacidade de sobreasseveração e sua centralidade no cenário mundial.

Lula é tratado a partir de diferentes percepções. Em alguns momentos, o destaque é dado a promessas políticas (T37, T87), em outros, às preocupações e ao posicionamento em relação às próximas eleições presidenciais (T53, T69, T180).

T37 – **Lula** diz que vai fazer “muitas políticas de crédito” para incentivar consumo

T87 – **Lula** diz que projeto vai entregar gás gratuito a 22 milhões de famílias

T53 – **Lula** vê com preocupação Senado em 2026 e diz trocar 5 governadores por 1 senador

T69 – Quando terminar meu mandato vocês vão dizer “Lulinha fica”, diz **presidente** a prefeitos

T180 – **Lula** diz a deputados que é “candidatíssimo” em 2026 e reconhece que governo depende do Congresso

Há títulos em que o jornal opta por destacar falas do presidente brasileiro associadas a um tom marcado por informalidade, ironia ou até mesmo radicalidade, como ocorre em T94, T98 e T103. Nessas formulações, o foco recai sobre expressões coloquiais ou episódios de caráter anedótico, que tendem a reforçar uma imagem mais performática do presidente. Em análise sobre a construção de

sentidos sobre Lula na imprensa, Marchena (2025)¹⁵ afirma que a Folha, ao destacar frases do presidente retiradas de contexto ou com teor quase caricatural, acaba oscilando entre o factual e o deboche, o que pode inclusive minar a legitimidade do discurso presidencial.

T94 – **Lula** diz que não vai “tirar pobre da rua” para COP30 e que, se preciso, visitante dormirá sob “estrela do céu”

T98 – **Lula** diz querer saber quem é “pilantra” que provocou aumento do preço do ovo e promete crédito para puxadinho

T103 – **Lula** encontra José Dirceu e diz que ele está com “cara de candidato”

Em contraste, apenas dois títulos (T104, T155) apresentam Lula a partir de declarações com maior densidade política e seriedade, o que evidencia um desequilíbrio na forma como o presidente é representado pela Folha.

T104 – É preciso defender a democracia contra quem planeja volta do autoritarismo, diz **Lula**

T155 – **Lula** diz que humanidade perde voz de respeito e acolhimento; veja repercussões sobre o papa

Já Haddad é um personagem recorrente para de fato abordar assuntos diretamente relacionados à sua área de atuação e de maneira mais informativa, com títulos que privilegiam o anúncio de medidas, a apresentação de prioridades, previsões e avaliações sobre a condução da política econômica no Brasil. É interessante pontuar que, mesmo que tenhamos incluído as declarações de Haddad no campo político, pelo cargo que ocupa, elas representam um forte interdiscurso entre o campo político e o econômico.

T32 – **Haddad** descarta alta do IOF para segurar câmbio e diz que prioridade é Orçamento

T88 – **Haddad** diz que deve enviar reforma do IR e consignado privado ao Congresso antes do Carnaval

T132 – Projeto do IR preserva aplicações financeiras isentas para manter estímulos econômicos, diz **Haddad**

T213 – Brasil é economia grande demais para ser satélite de outro país, diz **Haddad** sobre guerra comercial

¹⁵ A análise completa pode ser conferida em publicação no Observatório da Imprensa. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa/as-viagens-de-lula-na-imprensa-e-a-construcao-de-sentidos>>. Acesso em: 30 jan. 2026.

No caso de Trump, o presidente estadunidense geralmente recebe o estatuto de declarante a partir de falas relacionadas a suas interferências ou posicionamentos sobre assuntos que extrapolam as fronteiras dos Estados Unidos.

T58 – **Trump** diz que falou com Putin sobre proposta de fim da Guerra na Ucrânia

T73 – **Trump** diz que Ucrânia pode “ser russa um dia” e cobra US\$ 500 bi de Kiev

T119 – Irã vai “sofrer consequências” por qualquer novo ataque dos houthis, diz **Trump**

T193 – **Trump** diz ter recebido telefonema de Xi e esperar acordo nas próximas semanas

T214 - Desta vez eu mando no país e no mundo, afirma **Trump** em entrevista à Atlantic

Nos títulos analisados, suas declarações são apresentadas como intervenções diretas em conflitos, negociações internacionais ou relações diplomáticas. Esse enquadramento reforça a centralidade de Trump como um agente político global e contribui para a naturalização de suas falas na cobertura internacional, independentemente do caráter controverso ou absurdo de suas declarações.

Há, inclusive, um número expressivo de declarantes estrangeiros nesse campo. Ao todo, 31 notícias contêm falas de lideranças políticas, autoridades, candidatos e governos de diferentes países, como pode ser conferido abaixo.

T64 – “Plugue, baby, plugue”, defende **Macron** em cúpula sobre inteligência artificial

T202 – Em Roma, **Milei** diz que pediu perdão a Francisco após duras críticas ao papa

T91 – Musk vai enfrentar consequências por interferir na eleição da Alemanha, afirma **líder nas pesquisas**

A Folha também concede destaque a declarantes cujas falas têm como principal objetivo a polemização, ao veicular enunciados que se mostram dissociados dos fatos e que tendem a relativizar ou minimizar a gravidade de crimes e atos antidemocráticos.

Maingueneau (2014) explica que, no processo de destacamento, as frases escolhidas devem ter uma grande pertinência para interessar o leitor. No entanto, é

importante ponderar que esse movimento pode gerar a produção de títulos caça-cliques, como ocorre frequentemente em conteúdos produzidos na lógica do jornalismo declaratório. Embora o próprio Manual da Redação (2021) da Folha faça recomendações contra o uso de enunciados descontextualizados, distorcidos e falsos, sem que estejam acompanhados de elementos factuais ou devidamente desmentidos, na prática o jornal descumpra com frequência essas orientações, como nos exemplos abaixo.

T36 - **Motta** diz que 8/1 não foi tentativa de golpe e critica penas aplicadas pelo STF

T45 - **Bolsonaro** exalta Hugo Motta e diz que anistia do 8/1 não é política, mas humanitária

T123 - **Bolsonaro** diz se orgulhar por Eduardo deixar Brasil e fala em combate a 'nazifascismo'

T131 - **Bolsonarista** toma posse em comissão e fala em 'ato heroico' de Eduardo Bolsonaro ao ficar nos EUA

Identificamos ainda que, mesmo tratando-se do maior campo da nossa pesquisa, há uma sub-representação de mulheres declarantes, com apenas 10 recorrências. A maioria das falas proferidas por mulheres está associada a políticas sociais e de gestão pública ou a posições institucionais específicas.

T40 – Trump enviou 11 mil migrantes para o México desde a posse, diz **Sheinbaum**

T93 – **Nisia** diz que todos os medicamentos do Farmácia Popular passam a ser retirados de graça

T138 – Partidos são lugar de destroçar mulher, diz **ex-deputada do PSOL recordista em votos**

De modo geral, o campo político abrange uma grande complexidade de personagens e é permeado por diferentes aspectos que o tornam ainda mais singular em relação aos demais campos analisados. Trata-se de um espaço fortemente marcado por conflitos, interesses e disputas. Nesse contexto, o jornalismo tende a privilegiar declarantes cujas falas evidenciam embates e tensionamentos, reforçando a centralidade do discurso político na produção das notícias.

É importante destacar também que a alta predominância de declarantes do campo político pode gerar um efeito de silenciamento dos sujeitos dos demais campos.

b) Campo econômico

No *campo econômico*, é possível ter como fontes banqueiros, executivos, empresários, comerciantes, trabalhadores, entidades patronais e associações. Identificamos declarantes dessas áreas em 27 títulos, formando o segundo maior campo do *corpus*, que representa 11,9% do total.

Trata-se de um campo no qual há casos em que as fontes têm suas declarações destacadas em razão da vinculação direta com suas áreas de atuação, sendo reconhecidas pelo jornal como autoridades para abordar temas econômicos específicos. Ou seja, é comum que sejam privilegiadas falas ancoradas em posições institucionais, expertise técnica ou experiência profissional, o que confere centralidade à responsabilidade que esses declarantes possuem na sociedade. Os títulos abaixo demonstram essa prática.

T78 - Remédio de juros altos vai funcionar e BC deve ter 'parcimônia' sobre atividade, diz **Galípolo**

T84 - **BNDES** diz que ainda não autorizou recursos a obra da COP30 que impacta espécies ameaçadas

T164 - BC analisa viabilidade econômica, não conveniência da aquisição, diz **Galípolo** sobre caso Master

T183 - Banco Central vai revisar normas e avaliar tamanho do FGC, diz **diretor**

Nos exemplos acima, é possível perceber que o uso de siglas relacionadas ao campo econômico é comum nos títulos em que os declarantes são dessa área. As siglas podem ter sido utilizadas para ocuparem menos espaço no título, ou numa tentativa de simplificação do discurso, entretanto elas também provocam um distanciamento do leitor que não domina essa linguagem, reforçando o poder do campo, dos sujeitos e das instituições relacionadas à economia na sociedade.

No *Manual da Folha* (2021), há a orientação de evitar siglas pouco conhecidas ou mais de uma no mesmo título, recomendação que visa preservar a clareza da informação, facilitar a compreensão por parte do leitor e reduzir possíveis

ambiguidades na interpretação da notícia. No entanto, na prática, essa é outra diretriz que o jornal frequentemente deixa de cumprir.

Há também uma série de títulos com empresários e líderes empresariais que fazem análises sobre o funcionamento das empresas em que atuam ou sobre movimentos comerciais relacionados aos seus respectivos setores de atividade.

T57 - **Elon Musk** diz que não tem planos de comprar operação do TikTok nos EUA

T83 - B3 não vai recuar em agenda de diversidade apesar de mudanças nos EUA, diz **presidente**

T174 - **Presidente da Boeing** diz que China suspendeu compras de aviões

T211- Ações de diversidade e inclusão não vão mudar no Brasil, afirma a **presidente da Amazon no país**

Um problema identificado neste campo é que a Folha, em alguns momentos, concede espaço a empresários e banqueiros para realizar análises sobre as conjunturas política e econômica do Brasil ou de outros países a partir de posições diretamente vinculadas aos interesses de grandes empresas. Nesses casos, as declarações não se configuram como avaliações técnicas, mas como manifestações orientadas por interesses específicos.

T18 - Brasil está entrando em ciclo perverso, diz **empresário Rubens Menin**

T89 - **Esteves, do BTG**, diz que governo Trump está perfeito, mas proposta para Gaza é 'meio diferente'

No T89, ao conferir posição de destaque a um declarante, o banqueiro André Santos Esteves, que não detém capacidade técnica ou legitimidade para avaliar questões sobre geopolítica internacional, a Folha destaca uma opinião ancorada exclusivamente na posição político-econômica da fonte. Coloca-se, assim, em evidência uma percepção individual que pouco contribui para a compreensão qualificada do tema, levantando a questão de a quem interessa que a avaliação positiva de um banqueiro sobre o posicionamento dos Estados Unidos esteja em destaque no título de um dos principais jornais do país.

A lógica neoliberal torna-se cada vez mais visível como o norte de diversas publicações na imprensa. Dessa forma, no campo econômico, a Folha privilegia a fala de fontes que têm posições político-econômicas em defesa da livre iniciativa,

das privatizações, da redução de imposto, dando pouco espaço para pluralidade de visões. Além disso, ao destacar frases polêmicas, o jornalismo passa a ser orientado de forma ainda mais intensa pelas métricas, o que influencia as rotinas produtivas e as decisões editoriais, resultando em notícias apelativas ou opacas, como já vimos.

c) Campo cultural

O *campo cultural*, o terceiro maior da nossa pesquisa, pode ter como fontes artistas, diretores, atores, cantores, dançarinos, escritores, músicos, críticos, comediantes, celebridades e influenciadores digitais. Ao todo, 23 matérias (10,1%) contam com declarantes desse campo, como os exemplos a seguir.

T13 - **Luan Pereira** diz que passou a usar chapéu na infância ao se inspirar em Rionegro e Solimões

T52 - 'Abdicamos dos egos e vaidades em nome da dupla', diz **Fabi Bang** sobre parceria com Myra Ruiz em 'Wicked'

T79 - Carnaval e negócios andam juntinhos, diz **Ludmilla**

T144 - 'Nunca pensei que fosse protagonizar um musical da Broadway', diz **Eduardo Sterblitch**

T197 - **Marina Sena** diz que está se sentindo na 'idade da loba' e que show em SP é o mais desafiador da carreira

De forma predominante, as personalidades que aparecem em destaque nos títulos são identificadas pelo nome. No campo cultural, o jornalismo confere o estatuto de fonte aos sujeitos sobretudo em razão da fama, da visibilidade pública ou da popularidade que detêm na sociedade.

Ou seja, diferentemente do que ocorre em outros campos, a profissão ou o cargo ocupado não se apresentam como critérios centrais de legitimação da fonte. O jornal foge a essa lógica em apenas quatro títulos, nos quais faz prevalecer a identificação da fonte pela profissão ou pelo cargo ocupado, como nos exemplos abaixo:

T4 - Aprendi sobre racismo na ditadura com meu personagem, diz **ator de 'Ainda Estou Aqui'**

T113 - Não sou um bom gestor, sou criador, afirma o **produtor do premiado 'Ainda Estou Aqui'**

É possível perceber no T4 e no T113 que o destaque está para o título do filme que conquistou um Oscar e outros prêmios internacionais e que, por esse

motivo, foi muito divulgado pela imprensa e nas redes sociais. Portanto, diferentemente de outros exemplos, a obra é mais conhecida do que os sujeitos declarantes. Por isso, a sua função em relação ao filme é mais valorizada pela Folha do que seus nomes.

Também recebem destaque personalidades controversas, que, embora estejam vinculadas ao campo cultural, aproveitam a visibilidade que têm para explorar outras áreas e proferir declarações que polemizam sobre determinados assuntos ou que visam chamar a atenção do público para questões de interesse pessoal, como nos casos do T7 e do T101.

T7 - **Gustavo Lima** diz que procura partido para se candidatar a presidente do Brasil

T101 - 'Jamais defenderia abusadores, também não sou homofóbica', diz **Baby do Brasil**¹⁶

Podemos considerar que, de modo geral, o campo cultural privilegia declarantes cujas falas estão orientadas mais pela lógica do entretenimento do que da informação. Nesse sentido, há uma maior valorização de declarações que podem despertar curiosidade, identificação ou repercussão pública.

d) Campo científico

O *campo científico*, em que identificamos 17 textos (7,5%), caracteriza-se por ter como declarantes especialistas de diferentes subcampos de conhecimento, pesquisadores, professores, organizações científicas e agências reguladoras. Trata-se de um campo em que a legitimidade da fala é sustentada pelo saber técnico, o que reflete no modo como são nomeadas essas fontes, em que a profissão ou a especialização são destacadas.

T11 - Cidade subterrânea é a opção mais factível para colonizar Marte, diz **bióloga americana**

T100 - Argentina de Milei flerta com autocracia após viver anos de cleptocracia, diz **socióloga**

¹⁶ Embora a notícia trate de uma fala proferida por Baby do Brasil durante um culto evangélico, o jornal se refere à declarante primeiramente como “cantora”, como a principal atividade dela, e, depois, como “pastora”. Por isso, a consideramos como integrante do campo cultural, e não do campo religioso.

T167 - Se atingir a Lua, asteroide 2024 YR4 deve apenas formar uma cratera no satélite, diz **astrônoma**

Esse tipo de designação é suficiente para indicar a legitimidade da fonte, que costuma abordar aspectos relacionados à área do conhecimento com que trabalha. É importante ponderar que não são apenas as fontes que se revestem da credibilidade do jornalismo quando são selecionadas, como abordamos anteriormente: o contrário também acontece. Ao acionar fontes científicas, o jornalismo se beneficia com o efeito de credibilidade que esses declarantes produzem, tornando as informações mais confiáveis para os leitores.

O jornal também elabora títulos com os declarantes no plural, formulação que torna possível a condensação de diferentes vozes em um único enunciado, reforçando que um grupo de especialistas sobre determinado tema foi consultado para a elaboração da notícia. Nesses casos, o próprio campo científico e áreas dentro dele são valorizadas e não um declarante em específico.

T154 - Problemas de saúde prévios podem ter acelerado morte do papa, dizem **geriatras**

T216 - COP30 precisa acelerar implementação de compromissos climáticos, dizem **especialistas**

Em apenas dois casos, expostos abaixo, os declarantes são identificados pelo nome próprio no título, o que indica que, para a Folha, essas fontes são personalidades suficientemente conhecidas no espaço público.

T51 - Movimentos disruptivos são fundamentais como resposta à crise climática, diz filósofo **Roman Krznaric**

T76 - COP30 não pode ser COP do petróleo, diz **Carlos Nobre**

Um dos principais diferenciais deste campo é o fato de que os declarantes geralmente têm legitimidade social para abordar os assuntos em que são usados como fontes e, por isso, ocupam esse espaço de destaque. É importante ressaltar, portanto, que eles tornam-se declarantes pelo conhecimento que têm.

e) Campo jurídico

O *campo jurídico* é formado por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outros tribunais superiores, procuradores,

promotores, defensores públicos, juízes e advogados. Onze matérias contam com declarantes deste campo, resultando em 4,9% do *corpus*.

Apenas membros do STF (T12, T35 e T179) e da Advocacia-Geral da União (T30) são identificados nominalmente nos títulos:

T12 - **Moraes** diz a delegados que instituições não compreenderam riscos que democracia correu em 2022

T30 - Ato pelo 8 de Janeiro é importante para dizer não ao autoritarismo, diz **Messias**

T35 - Somos tratados com furiosa obsessão negativa, diz **Barroso** sobre críticas ao Judiciário

T179 - **Zanin** diz a Motta que Câmara só pode rever parte da ação contra Ramagem

Nos demais casos, os declarantes são identificados a partir de seus cargos ou de suas instituições, repetindo lógica semelhante à utilizada na titulação das notícias do campo cultural, quando as fontes não são tratadas pelos nomes. Aqui, o acontecimento que está sendo noticiado é mais conhecido do que o declarante, embora se mantenha o jornalismo declaratório.

T120 - **Defesa** diz que suspeitos presos em caso de vice-cônsul baleada não estavam armados

T133 - **Juiz** diz que Mahmoud Khalil deve permanecer nos EUA e move caso para Nova Jersey

T66 - **MP-SP** diz que há 'ineficiência' no serviço de aborto legal e defende multa de R\$ 10 mi contra prefeitura

Neste campo, os declarantes tendem a ocupar posição de destaque na narrativa noticiosa em razão da legitimidade institucional que detêm para abordar os temas tratados. O protagonismo dado a esses declarantes ocorre não apenas pelo conteúdo de suas falas, mas pelo reconhecimento social de que seus discursos possuem valor explicativo e interpretativo sobre o funcionamento da justiça e seus desdobramentos.

f) Campo religioso

No *campo religioso*, são possíveis fontes as instituições religiosas, as igrejas de diferentes vertentes e os representantes religiosos, como o papa, os cardeais, os

bispos, as freiras, os pastores, os umbandistas, entre outros. Ao todo, nove notícias compõem o campo, o que representa 4% do total analisado.

Cinco títulos contêm cardeais como declarantes – aspecto que está associado à morte do papa Francisco, ocorrida em abril de 2025¹⁷, e que, conseqüentemente, fez com que o interesse da imprensa pela Igreja Católica e as especulações aumentassem nesse período.

T159 - Novo papa não será a favor da guerra e pode ser africano, diz **dom Odilo** após morte de Francisco

T166 - Papa Francisco defendia acolhimento a LGBTQIA+ e brincava sobre cachacinha, diz **cardeal brasileiro**

T175 - **Cardeal condenado por fraude e listado como não eleitor pelo Vaticano** diz que vai participar do conclave

Há apenas um título em que o declarante ocupa uma posição destacada com uma fala sem relação com a sua área:

T129 -'Ele tinha que voltar, mas cada um decide o que acha melhor', diz **Malafaia** sobre Eduardo Bolsonaro

A Folha dá destaque, em um dos títulos, a Silas Malafaia, pastor evangélico amplamente associado ao bolsonarismo, mas que, nesse contexto, aparece criticando a decisão de Eduardo Bolsonaro de deixar o país. Embora não possua atribuição institucional ou técnica diretamente vinculada ao tema político em questão, sua presença como fonte evidencia tensões e divergências internas no próprio campo bolsonarista. Além disso, a escolha de destacá-lo no título também revela a forte interdiscursividade entre religião e política no contexto brasileiro.

g) Campo jornalístico

Representado por nove matérias, que correspondem a 4% do *corpus*, o *campo jornalístico* é composto por veículos de comunicação e por jornalistas. Nos exemplos abaixo, os jornalistas ou jornais que ocupam a posição de declarantes são estrangeiros e da área específica do jornalismo esportivo – demonstrando mais um forte interdiscurso. É possível perceber por esses títulos que, quando um

¹⁷ Papa Francisco era natural da Argentina e faleceu no dia 21 de abril de 2025, aos 88 anos, no Vaticano, na Itália.

acontecimento da área do esporte ocorre fora do Brasil, a imprensa brasileira – aqui, a FSP – qualifica os jornalistas do local em que o fato ocorreu como fontes especializadas e autorizadas a falar sobre o tema pautado ou também como testemunhas.

T25 - Rodrigo Garro, do Corinthians, se envolve em acidente que deixou um morto, dizem **jornais argentinos**

T227 - Ancelotti volta atrás e recusa assumir seleção brasileira, diz **imprensa espanhola**

Isso pode ocorrer também com outras especialidades do jornalismo. Também há exemplos em que o declarante ocupa – ou ocupou – um cargo de destaque e, por isso, torna-se uma voz relevante.

T22 - Novo governo Trump vai ser pior para imprensa, diz **ex-ombudsman do New York Times**

É importante ponderar que o uso de fontes pertencentes ao próprio campo não é recorrente no discurso jornalístico. De modo geral, portanto, o campo jornalístico recorre a esse tipo de declarante apenas em situações específicas, normalmente quando o declarante tem uma informação exclusiva ou foi testemunha de um fato (como em T25 e T227) ou quando ocupa posição de destaque (como em T22).

h) Campo policial

No *campo policial*, podemos considerar como possíveis fontes os representantes das polícias Federal, Militar, Civil, Penal e Rodoviária, e investigadores, suspeitos, vítimas, investigados ou acusados de algum crime. Ao todo, oito notícias contêm declarantes desse campo nos títulos, representando 3,5%.

Há casos em que o declarante ocupa uma posição de destaque por informar o acontecimento ou os desdobramentos de um crime, para agregar credibilidade ao que está sendo noticiado:

T33 - Presa envenenou farinha de bolo com arsênio no RS por causa de brigas antigas, diz **polícia**

T92 - Considerado foragido, suspeito de mandar matar Gritzbach tem ligação com PCC e CV, diz **polícia**

Embora o T92 contrarie a recomendação do manual da Folha sobre evitar o uso de mais de uma sigla no título, são utilizadas abreviaturas amplamente conhecidas pela sociedade devido à força dessas organizações criminosas no Brasil. Nesse caso, além de ocupar menos espaço, as siglas não afastam os leitores que não conhecem o tema abordado pelo jornal, ao contrário do que ocorre no campo econômico.

Em outros exemplos, quem está sendo investigado passa a ocupar esse espaço destacado em um movimento que pode ser considerado como uma dramatização do acontecimento, principalmente em casos de grande repercussão midiática, como o T77 e o T134.

T77 - **Ex-policial bolsonarista que matou petista** diz em júri que ida a festa foi 'idiotice'

T134 - **Suspeito** diz que matou Vitória para que ela não revelasse suposta relação entre os dois

Um caso específico chama a atenção:

T140 - **Homem** registra BO após não receber maconha e diz que traficante agiu de má-fé em GO

O declarante é enquadrado como vítima de um golpe no título, embora a realização dessa denúncia o coloque simultaneamente na condição de suspeito. Ao relatar que não recebeu uma substância ilícita, o indivíduo admite envolvimento em uma prática criminosa, em relação direta com o tráfico de drogas, mas não é enquadrado dessa forma pelo jornal. Trata-se de um tipo de título que capta a atenção só pela polêmica e pelo inusitado. Esse é mais um exemplo de título com o uso de duas siglas, como abordamos acima, mas que também utiliza pelo menos uma abreviatura, BO, amplamente conhecida pela sociedade.

i) Campo civil

Composto por pessoas comuns – como testemunhas de um determinado acontecimento, eleitores, líderes e membros de instituições e organizações não governamentais –, o *campo civil* representa 2,6% do *corpus*, com seis matérias. Os representantes desse campo não costumam ser identificados pelo nome por não se tratarem de personalidades conhecidas.

T23 - Trump pode ameaçar refugiados e levar EUA de volta à década de 40, diz **diretor de associação latina**

Embora seja um campo em que há a possibilidade de existir diversas temáticas e, conseqüentemente, um grupo variado de declarantes e de interdiscursos, um acontecimento prevaleceu em parte do período de coleta do material analisado: a morte do papa Francisco, em abril de 2025.

T157 - **Fiéis** se reúnem na praça São Pedro e se dizem surpresos com morte do papa Francisco

T158 - 'Era nosso orgulho', dizem **argentinos na despedida do papa Francisco**

T203 - Foi um privilégio, diz **brasileira que leu oração em português no funeral do papa**

Nesse caso, a narrativa jornalística conferiu espaço a fiéis presentes no Vaticano e a cidadãos do país natal do pontífice, que foram destacados como testemunhas do acontecimento. Recorrendo a esses personagens, as notícias ancoraram a informação em vozes diretamente afetadas ou emocionalmente vinculadas ao episódio. É importante ressaltar que, nesses exemplos, há um forte interdiscurso com o campo religioso, mas esses declarantes são pessoas comuns, que não são autorizadas a falar em nome da instituição Igreja Católica, por este motivo foram enquadradas no campo civil.

j) Campo esportivo

Três matérias contêm declarantes do *campo esportivo*, que representam 1,3% do material analisado. É possível considerar como possíveis fontes técnicos, dirigentes e atletas. Os três declarantes citados nos títulos das matérias foram identificados pelo nome ou sobrenome, sendo considerados pelo jornal como suficientemente conhecidos.

T112 - 'Foi muito pior do que eu pensava que seria', reclama **Hamilton**

T168 - Chapéu de chaleira no Guardiola durante final do Mundial foi de propósito, diz **Raí** na CasaFolha

Apenas uma das fontes tem uma declaração destacada que não diz respeito diretamente ao esporte:

T34 - **Djokovic** diz ainda ficar estressado ao desembarcar na Austrália

O tenista Novak Djokovic é o único que recebe o estatuto de declarante não por uma temática relacionada à sua área de atuação, mas sim por uma questão polêmica. Por não ter se vacinado contra a covid-19 durante a pandemia, ele foi deportado da Austrália quando foi ao país para participar de um torneio. O negacionismo científico não foi um impeditivo para o jornal dar uma posição de destaque à fonte, mesmo que a declaração também não possua grande relevância para os leitores. Esse último caso, vale apontar, é um exemplo de interdiscurso entre vários campos: jornalístico, esportivo, científico e político. Além disso, Djokovic, mesmo não sendo do campo cultural, pode ser considerado uma celebridade pelas conquistas que obteve nos campeonatos mundiais de tênis.

Ao concluirmos a primeira etapa da análise, apresentamos o Quadro 2 com a quantidade de declarações de cada campo social.

Quadro 2 - Os campos sociais aos quais pertencem os declarantes

Campo social	Quantidade	Porcentagem
Político	114	50,2%
Econômico	27	11,9%
Cultural	23	10,1%
Científico	17	7,5%
Jurídico	11	4,9%
Religioso	9	4%
Jornalístico	9	4%
Policial	8	3,5%
Civil	6	2,6%
Esportivo	3	1,3%
Total	227	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A seguir, passamos para o próximo passo: a análise dos tipos de declarações encontradas nos 227 títulos que fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

5.2 Os tipos de declaração

Na segunda etapa da análise, consideramos fundamental tratar dos tipos de declaração para que seja possível compreender o jornalismo declaratório de forma mais aprofundada. Sabemos da importância e do peso que as declarações têm para o jornalismo de modo geral, mas para o jornalismo declaratório elas são ainda mais importantes, porque tornam-se a base para que uma notícia exista.

A partir da sistematização de Sponholz (2009a), que permite distinguir as declarações em *descritivas*, *avaliativas*¹⁸ e *prescritivas*, Pollacchini e Benetti (2025) apresentam as características de cada tipo de declaração, seguidas de categorias criadas para explorar as diferenças entre as classificações. Tal esquematização nos permite analisar o jornalismo declaratório de modo a entender quais são os tipos de declaração mais utilizados por esta prática.

Uma declaração tem caráter *descritivo* quando contém uma informação que pode ser considerada verdadeira ou falsa a partir da comparação com a realidade empírica, conforme explicam as autoras. Um exemplo seria dizer que um jogo de futebol terminou empatado. “Trata-se de uma declaração cuja correspondência com a realidade não depende dos sujeitos. É claro que a percepção da correspondência entre relato e realidade depende do sujeito, mas a existência concreta do fenômeno não depende” (Pollacchini; Benetti, 2025, p. 249).

As declarações que fazem parte dessa categoria, conforme Pollacchini e Benetti (2025), referem-se a algo que aconteceu, está acontecendo ou acontecerá, sem o aporte de juízo de valor. É possível considerá-las verdadeiras ou falsas a partir de uma verificação autônoma, sem a dependência de valores ou crenças.

Dentro dessa classificação, existem dois tipos diferentes de afirmações. Há as *afirmações sobre fenômenos externos ao declarante*, como “o sol nasceu às 5h42min”, que podem incluir afirmações sobre um sujeito específico, e as *afirmações sobre si mesmo*, como “vou cancelar a viagem”.

Uma declaração tem caráter *avaliativo* quando a verificação de seu grau de verdade depende da aceitação dos critérios que sustentam a argumentação. As autoras citam como exemplo o enunciado “ele é bonito”, que só poderá ser considerado verdadeiro se houver concordância sobre os parâmetros de beleza.

¹⁸ Sponholz (2009) usa o termo “evaluativa”, mais apropriado ao idioma espanhol. Para facilitar o entendimento, adotamos o termo “avaliativa”.

As declarações avaliativas podem ser divididas em duas situações principais. A primeira é quando o enunciador expressa uma opinião baseada em impressões, chamada de *opiniões impressionistas*, e a segunda é quando avalia um fenômeno de modo sustentado, intitulada de *opiniões embasadas* (Pollacchini; Benetti, 2025).

As opiniões impressionistas podem estar baseadas em juízos de valor contestáveis, inclusive fundados em preconceitos, como dizer que “os ingleses são discretos”. Já as opiniões embasadas, que são comumente formuladas por especialistas, avaliam os fenômenos segundo critérios validados em determinados campos de conhecimento.

Esses declarantes traçam possíveis cenários futuros (“a chuva deve provocar novos deslizamentos em Petrópolis”), buscam causas no passado (“o aumento de feminicídios decorre da política armamentista do governo Bolsonaro”) e avaliam a dimensão dos acontecimentos (“a chuva de ontem foi insuficiente”) (Pollacchini; Benetti, 2025, p. 249).

É importante destacar, como Pollacchini e Benetti (2025) apontam, que o caráter avaliativo nem sempre impede a comparação com a realidade, visto que é possível apresentar provas de que alguém é desonesto ou justificar por qual motivo o volume de chuva é considerado insuficiente. No entanto, a inclusão de argumentos é sempre um fator obrigatório para a declaração avaliativa, além da explicitação dos critérios adotados para validar determinada opinião, “e esses argumentos e parâmetros podem ser objeto de debate ou disputa” (Pollacchini; Benetti, 2025, p. 249).

O terceiro tipo de declaração é a de caráter *prescritivo*, quando contém uma recomendação ou sugestão. Trata-se de uma afirmação normativa, instituindo-se no campo do dever-ser ou dever-saber, como dizer “o presidente deve renunciar”. Declarações prescritivas podem estar mais ou menos sustentadas, a depender da exposição de motivos e da autoridade do declarante. Afirmações que fazem parte desta classificação sempre expressam juízos sobre como as instituições devem funcionar e como as pessoas devem se comportar (Pollacchini; Benetti, 2025).

Ao considerar que essas declarações tratam de um dever-ser, dois modos organizam o seu funcionamento. Existem as *orientadas pelo interesse público e bem-comum*, em que uma sociedade democrática e justa é tomada como ideal, como dizer que “os candidatos devem apresentar claramente suas propostas”, e as

orientadas pelo interesse de um grupo, como “as igrejas não devem pagar impostos”. O Quadro 3 sistematiza os tipos de declaração.

Quadro 3 - Os tipos de declaração

Tipo de declaração	Características	Categorias
Descritivas	<p>Contêm uma informação que pode ser considerada verdadeira ou falsa a partir da comparação com a realidade empírica;</p> <p>Referem-se a algo que aconteceu, está acontecendo ou acontecerá, sem o aporte de juízo de valor.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Afirmações sobre fenômenos externos ao declarante ou sobre um sujeito específico; 2. Afirmações sobre si mesmo.
Avaliativas	<p>A verificação de seu grau de verdade depende da aceitação dos critérios que sustentam a argumentação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Opiniões impressionistas: podem estar baseadas em juízos de valor contestáveis; 2. Opiniões embasadas: avaliam os fenômenos a partir de critérios validados em determinados campos de conhecimento.
Prescritivas	<p>Contêm recomendações ou sugestões</p> <p>Expressam juízos morais sobre como as instituições devem funcionar e como as pessoas devem se comportar</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orientadas pelo interesse público e bem-comum; 2. Orientadas pelo interesse de um grupo específico.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conhecer a tipologia das declarações é dar um passo além para avaliar os limites e os riscos que o uso dessas falas pode trazer para o jornalismo. Nesse sentido, cada tipo de declaração tem um modo de funcionamento específico, e é esse modo que deve ser avaliado pelo jornalista para decidir se a declaração merece receber destaque ou não (Pollacchini; Benetti, 2025).

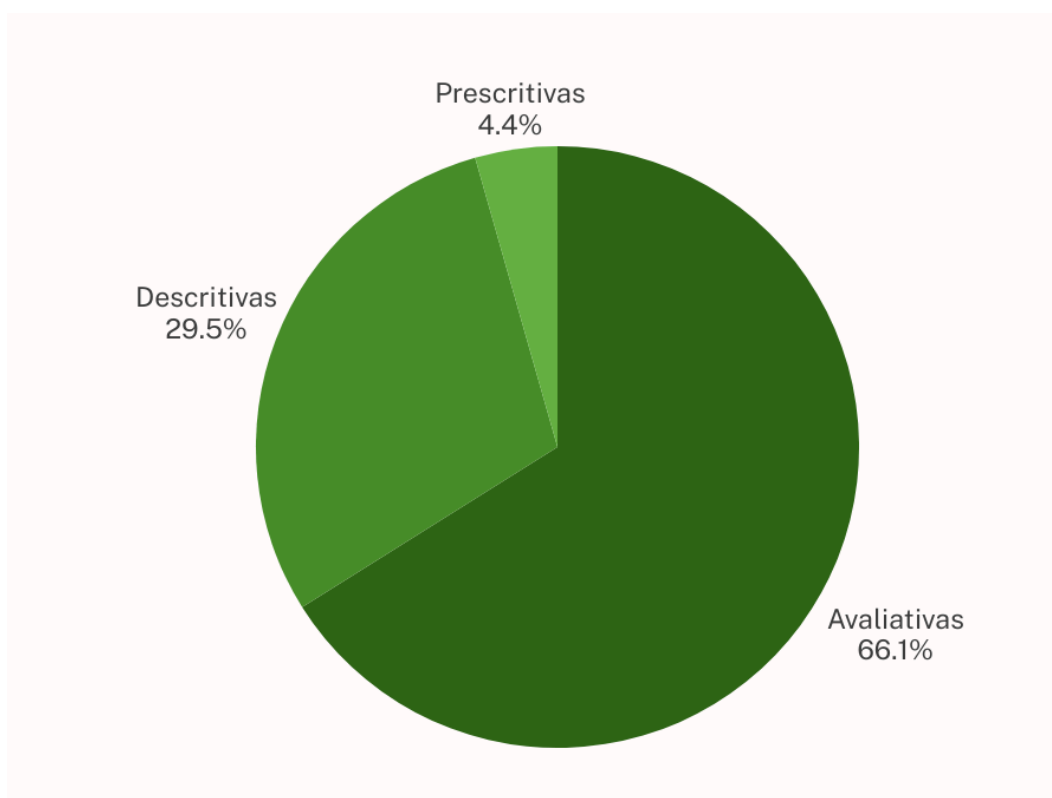
Sempre haverá pessoas públicas dando declarações fortes, absurdas ou polêmicas, e o jornalismo tem que assumir a responsabilidade sobre o

quanto essas opiniões devem ser referendadas por seu discurso – que, afinal, é fundamentalmente associado ao compromisso com a verdade (Pollacchinni; Benetti, 2025, p. 260).

Essa classificação nos permite mapear os casos em que o jornalismo declaratório torna-se ainda mais prejudicial para o debate público e a democracia, devido ao teor da declaração. Com a identificação das naturezas distintas das declarações, torna-se possível aprofundar o entendimento acerca do jornalismo declaratório, os posicionamentos éticos que devem ser tomados e a reflexão sobre a que interesses as declarações servem.

Demonstramos, no gráfico abaixo (Figura 2), as proporções de cada tipo de declaração presente no *corpus* desta pesquisa.

Figura 2 - Distribuição dos tipos de declaração



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Identificamos, nesta etapa da análise, que as declarações destacadas nos títulos das matérias da Folha de S.Paulo são majoritariamente avaliativas (66,1%), seguidas das descritivas (29,5%) e das prescritivas (4,4%). Ao longo do subcapítulo, apresentamos cada uma delas com seus respectivos exemplos.

a) Declarações avaliativas

Predominantemente mais presentes nos títulos das matérias da Folha de S.Paulo, as declarações avaliativas se caracterizam pela verificação de seu grau de verdade depender da aceitação dos critérios que sustentam a argumentação. Ao todo, 150 títulos contam com esse tipo de declaração destacada, totalizando 66,1%. Nessa categoria, há dois tipos de sistematização: as opiniões embasadas e as opiniões impressionistas.

As *opiniões embasadas*, que aparecem em 38 títulos, geralmente são proferidas por declarantes que possuem legitimidade social para fazer determinadas avaliações, como nos casos de representantes do campo científico ou jurídico, por exemplo.

T154 - **Problemas de saúde prévios podem ter acelerado morte do papa**, dizem geriatras

T167 - **Se atingir a Lua, asteroide 2024 YR4 deve apenas formar uma cratera no satélite**, diz astrônoma

T76 - **COP30 não pode ser COP do petróleo**, diz Carlos Nobre

T12 - Moraes diz a delegados que **instituições não compreenderam riscos que democracia correu em 2022**

Além do número expressivo de matérias que contam com declarações do presidente dos Estados Unidos na Folha, como apresentamos na parte que se refere aos tipos de declarantes, aparecem títulos que destacam análises e avaliações sobre o governo estadunidense:

T19 - **Política econômica de Trump prejudicará crescimento**, dizem economistas em pesquisa do Financial Times

T22 - **Novo governo Trump vai ser pior para imprensa**, diz ex-ombudsman do New York Times

T23 - **Trump pode ameaçar refugiados e levar EUA de volta à década de 40**, diz diretor de associação latina

Nesta classificação, aparecem também declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, relacionadas às políticas econômicas brasileiras, nas quais predominam avaliações de caráter técnico, fundamentadas em conhecimentos

especializados e na autoridade institucional associada ao cargo que o declarante ocupa.

T32 - Haddad **descarta alta do IOF para segurar câmbio e diz que prioridade é Orçamento**

T213 - **Brasil é economia grande demais para ser satélite de outro país**, diz Haddad sobre guerra comercial

As *opiniões impressionistas*, que caracterizam-se por estarem baseadas em juízos de valor contestáveis, estão presentes em 112 títulos. Neste conjunto, identificamos declarações irresponsáveis, que tratam os assuntos de forma superficial, reforçam uma narrativa altamente interessada e contribuem para a circulação de informações equivocadas.

T89 - Esteves, do BTG, diz que **governo Trump está perfeito, mas proposta para Gaza é 'meio diferente'**

T189 - EUA dizem que **políticas contra combustíveis fósseis são 'nefastas e perigosas'**

T214 - **Desta vez eu mando no país e no mundo**, afirma Trump em entrevista à Atlantic

Nos três exemplos acima, há o reforço de uma imagem que beneficia o governo de Donald Trump de modo explícito. Em T89, há um elogio por parte de uma fonte que não possui autoridade ou competência técnica para avaliar tal situação. Em T189, há uma fala que contraria o movimento internacional de transição energética e os compromissos ambientais assumidos por diversos países. Em T214, há uma declaração de caráter explicitamente autoritário. Em todos esses casos, as declarações se apoiam em avaliações frágeis e controversas.

O modo como essas declarações foram noticiadas é muito questionável. É possível observar que há uma valorização de posicionamentos que carecem de fundamentação técnica consistente, sendo completamente baseados em impressões – aspecto muito comum na produção de matérias na lógica do jornalismo declaratório. Em nenhum dos casos, o jornal deixa claro a nocividade das falas ou apresenta algum contraponto.

É ainda possível questionar se tais enunciados, diante de tamanha fragilidade argumentativa e do potencial de desinformação, de fato merecem ser transformados

em notícia, especialmente quando sua principal função parece ser a de gerar repercussão e engajamento, em detrimento do compromisso com a qualidade da informação. A publicação dessas matérias no modo como foram elaboradas reforça, portanto, o quanto a lógica neoliberal afeta a produção jornalística.

Esses exemplos ainda são pertinentes para demonstrar o quanto o afastamento ou um entendimento equivocado sobre a objetividade pode resultar em um tipo de jornalismo que se afasta das suas finalidades e torna-se descompromissado e irresponsável. Como resultado, considerando a somatória dos aspectos tratados no segundo capítulo desta dissertação, os leitores passam a ter acesso ao jornalismo declaratório.

Nessa mesma linha, o jornal também concede espaço a declarações que explicitamente minimizam a gravidade dos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023¹⁹, noticiados pela própria Folha, desde o início, como ataques ou atos *golpistas*.

T36 - Motta diz que 8/1 não foi tentativa de golpe e critica penas aplicadas pelo STF

T45 - Bolsonaro exalta Hugo Motta e diz que anistia do 8/1 não é política, mas humanitária

T221 - Damares rejeita acordo com STF por anistia e diz que corte não merece respeito

A gravidade dos ataques à democracia brasileira não foi suficiente para fazer com que o jornal desconsiderasse falas de pessoas que, mesmo com acesso à verdade, optam, em um movimento ideológico, por desconsiderá-la, agridem a democracia e buscam disseminar informações falsas ou incorretas. Ao dar destaque a essas declarações, o jornal contribui para a normalização de interpretações que enfraquecem a responsabilização dos envolvidos e favorece a circulação de versões que se afastam do consenso jurídico e histórico em torno dos fatos.

As opiniões impressionistas também abrangem uma série de declarações incompreensíveis, que são veiculadas pelo jornal desacompanhadas de contextualizações ou de elementos que possam torná-las de fácil compreensão.

¹⁹ Em 8 de janeiro de 2023, um grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiu e depredou as sedes dos três Poderes, em Brasília.

T18 - **Brasil está entrando em ciclo perverso**, diz empresário Rubens Menin

T60 - **Gleisi mudará 'centro de gravidade' do Planalto, mas comportamento é incógnita**, dizem aliados

T148 - **Hugo Motta mostrou não ser Arthur Lira**, diz Glauber Braga após greve de fome; veja

Também existem casos de declarações que poderiam não ter sido convertidas em notícia, devido à baixa relevância para o interesse público, à ausência de valor informativo e ao fato de não acrescentarem informações significativas aos leitores.

T129 - **'Ele tinha que voltar, mas cada um decide o que acha melhor'**, diz Malafaia sobre Eduardo Bolsonaro

T5 - **Nunes criou 'República dos Ricardos' na prefeitura de SP**, brincam aliados

A declaração em T129 restringe-se a uma opinião individual, voltada aos interesses de um grupo específico, sem implicações concretas para a esfera política ou administrativa. Já em T5, a fala de aliados do prefeito assume um tom jocoso sobre os nomes iguais de gestores em São Paulo, sendo um dado irrelevante para a compreensão da gestão municipal.

Ao conferir visibilidade a esses tipos de enunciados, o jornal contribui para a banalização do espaço de produção de notícias, priorizando conteúdos de caráter sensacionalista em detrimento de temas socialmente mais relevantes, o que fragiliza o compromisso com a finalidade de informar de modo qualificado (Reginato, 2019). Nesse sentido, como aponta Sartor (2018), a priorização de estratégias para captar e ampliar audiências podem resultar na produção de conteúdos inócuos e irrelevantes.

Identificamos ainda exemplos de títulos com declarações vagas, que não apresentam informações suficientes para a compreensão dos fatos e que pouco contribuem para o esclarecimento dos leitores. Nesse tipo de enunciado, predominam afirmações genéricas ou imprecisas, que não são acompanhadas de dados, explicações ou evidências capazes de sustentar o que é afirmado.

T160 - **Direita vai jogar pesado, mas confio que novo papa será moderado**, diz petista próximo da igreja

T199 - **Não teve superfaturamento na 040**, diz CEO

T206 - **Tem muita safadeza, mas não fomos omissos**, diz Lupi sobre suspeita de fraude no INSS

Em T160, a declaração, proferida por uma fonte que não possui legitimidade para fazer tal avaliação, baseia-se em projeções subjetivas, sem indicar fundamentos concretos para a avaliação sobre o posicionamento do novo papa. Já em T199, a negação de superfaturamento por parte do CEO não é acompanhada de elementos verificáveis, como menção a auditorias ou relatórios. Em T206, a afirmação possui um tom caricato e genérico, sem detalhamento das ações adotadas. Quando destaca esse tipo de fala sem indicação de contextualização ou aprofundamento, o jornal acaba por reproduzir discursos especulativos que pouco informam e que limitam-se a registrar versões dos próprios envolvidos, em detrimento de uma apuração mais consistente e orientada ao interesse público.

Mesmo que o manual da Folha recomende que os jornalistas mantenham uma atitude crítica em relação a qualquer fonte de informação, podemos verificar que, na prática, isso não é cumprido com frequência. O jornal fornece palco político a declarantes que utilizam a imprensa para construir ou reforçar imagens públicas e alinhamentos ideológicos, como nos exemplos a seguir:

T3 - Nunes **agradece a Bolsonaro, fala em pacificar o Brasil e diz que quer ser 'agente da moderação' em novo mandato**

T123 - Bolsonaro diz **se orgulhar por Eduardo deixar Brasil e fala em combate a 'nazifascismo'**

T131 - Bolsonarista toma posse em comissão e **fala em 'ato heroico' de Eduardo Bolsonaro ao ficar nos EUA**

Nesses casos, é possível observar a valorização de discursos que buscam legitimar a proximidade com Bolsonaro, apresentando essa relação de forma naturalizada e positiva. Em T3, ao destacar o agradecimento a Bolsonaro, a ideia de pacificar o país e a autodefinição como “agente da moderação” por parte do declarante, o título sugere uma tentativa de relacionar a imagem do ex-presidente com uma postura supostamente conciliadora.

Já em T131, a caracterização da permanência de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos como um “ato heroico” contribui para a construção de uma narrativa que exalta o bolsonarismo. T123 também reforça essa lógica ao destacar a

declaração de forma legitimadora, associando a saída de Eduardo do país a uma narrativa de enfrentamento ideológico.

Por apresentar essas informações de maneira equivalente e sem problematização, o jornal sugere que a boa relação com Jair Bolsonaro constitui um atributo politicamente legítimo e desejável. Além disso, podemos considerar que a falta de problematização desses enquadramentos contribui para a ampliação de discursos de autopromoção do bolsonarismo.

Há um exemplo de uma declaração que, embora o jornal atribua ao declarante, contém uma acusação sem respaldo em evidências concretas, como ocorre em T74.

T74 - Noboa diz, sem apresentar provas, que eleição no Equador teve irregularidades na apuração

O declarante – Daniel Noboa, atualmente presidente do Equador –, que havia decretado estado de exceção no país na véspera de uma eleição polarizada, lança suspeitas sobre a legitimidade do processo eleitoral no primeiro turno. Ao destacar essa fala no título, mesmo com a ressalva da ausência de provas, que deixa implícito que essas provas poderiam existir, o jornal amplia o alcance de uma narrativa potencialmente desinformativa, que pode fragilizar a confiança da sociedade nos mecanismos eleitorais e nos resultados oficiais. Nesse contexto, Noboa reproduz uma estratégia recorrente da extrema-direita, observada também em países como Estados Unidos, Argentina e Brasil, de lançar suspeitas sobre a legitimidade do sistema eleitoral por meio de declarações e insinuações, que nunca acompanham provas concretas.

Declarantes do campo cultural também proferem declarações avaliativas com opiniões impressionistas, porém mais voltadas ao entretenimento e à divulgação de trabalhos artísticos. Nesses casos, predominam informações sobre processos criativos, percepções sobre obras e experiências pessoais, que buscam atrair a atenção do público e despertar curiosidade.

T52 - 'Abdicamos dos egos e vaidades em nome da dupla', diz Fabi Bang sobre parceria com Myra Ruiz em 'Wicked'

T170 - 'Estou nua no espelho', diz Mirian Goldenberg sobre seu mais novo e íntimo livro

T197 - Marina Sena diz que *está se sentindo na 'idade da loba'* e que *show em SP é o mais desafiador da carreira*

Embora também apresentem caráter subjetivo e pouco informativo, essas declarações tendem mais para o campo das amenidades e do entretenimento.

Consideramos relevante apontar a alta predominância de declarantes do campo político nesse tipo de classificação das declarações. Dos 112 títulos que contém declarações avaliativas impressionistas, 69 contam com falas proferidas por presidentes, ministros, governadores, secretários, senadores, deputados, prefeitos e demais representantes de governos. Isso significa que 60,5% dos títulos dessa categoria, marcada por falas baseadas em juízo de valor contestável, especulações, ataques, opiniões tendenciosas e interessadas, amplificam esse tipo de fala de agentes políticos na sociedade.

b) Declarações descritivas

As declarações descritivas foram identificadas em 67 títulos, o que representa 29,5% do total. Tratam-se de enunciados sobre algo que aconteceu, está acontecendo ou acontecerá, sem o aporte de juízo de valor. Dentro dessa sistematização, há dois tipos de classificação: as afirmações sobre fenômenos externos ao declarante e as afirmações sobre si mesmos.

As falas que se referem a *fenômenos externos ao declarante* estão presentes em 30 títulos. Nesta categoria, há enunciados que trazem informações relativas a eventos ou processos que aconteceram, com títulos que destacam acusações formalizadas ou resultados de investigações, nos quais o declarante atua como fonte institucional ou autorizada para a divulgação de informações.

T33 - Presa envenenou farinha de bolo com arsênio no RS por causa de brigas antigas, diz polícia

T92 - Considerado foragido, suspeito de mandar matar Gritzbach tem ligação com PCC e CV, diz polícia

T223 - 'Careca do INSS' recebeu R\$ 53,5 mi de entidades e atuou para liberar descontos, diz PF

Nessas situações, o destaque conferido ao declarante no título cumpre principalmente a função de identificar a origem da informação e de reforçar sua credibilidade, sem que seja feita uma avaliação sobre o fenômeno noticiado.

Também há exemplos de afirmações que se referem a iniciativas diretamente voltadas para a sociedade, nas quais os declarantes anunciam, descrevem ou antecipam a implementação de políticas públicas, programas governamentais ou projetos. As falas destacadas nos títulos, nesses casos, assumem um caráter predominantemente informativo, ao comunicar ações que visam ampliar o acesso a direitos, serviços ou oportunidades.

T87 - Lula diz que **projeto vai entregar gás gratuito a 22 milhões de famílias**

T93 - Nísia diz que **todos os medicamentos do Farmácia Popular passam a ser retirados de graça**

T173 - **Nova edição do CNU deve abrir 3.000 vagas**, diz ministra da Gestão

Há dois casos em que a declaração trata de uma possível ação de outra pessoa:

T15 - Irmão de Cleitinho diz que **senador pode ir para o Novo para disputar governo de MG**

T220 - MST diz que **Galípolo irá a feira de reforma agrária, mas assessoria do BC nega**

No T15, por exemplo, o jornal poderia ter verificado a informação diretamente com o senador em questão, mas preferiu atribuir a informação ao irmão dele que ocupou a posição de declarante, o que deixa o título com um tom mais especulativo e menos comprometido com a verdade. Já no T220, embora a informação tenha sido verificada e desmentida com a equipe do sujeito citado, a Folha mantém a afirmação em destaque, preservando a visibilidade de um enunciado cuja veracidade já havia sido contestada.

Em ambos os casos, o jornal contraria o próprio manual de redação, que recomenda que não sejam elaborados títulos de caráter sensacionalista para obter cliques. Assim, o destaque conferido a informações que não foram plenamente confirmadas ou que já foram refutadas sugere uma priorização do potencial de engajamento em detrimento do rigor da informação.

Já em relação à segunda categoria das declarações descritivas, as que se referem a *afirmações sobre si mesmos*, foram identificados 37 títulos que contam com esse tipo de enunciado. Há uma série de declarações destacadas em que os declarantes são os sujeitos da ação e descrevem o que pretendem fazer.

T8 - Prefeito de Maricá diz que **usará bilhões do pré-sal para reduzir dependência do petróleo**

T37 - Lula diz que **vai fazer 'muitas políticas de crédito' para incentivar consumo**

T56 - Trump diz que **anunciará tarifas de 25% sobre aço e alumínio nesta segunda; Brasil é grande fornecedor**

T88 - Haddad diz que **deve enviar reforma do IR e consignado privado ao Congresso antes do Carnaval**

T57 - Elon Musk diz que **não tem planos de comprar operação do TikTok nos EUA**

O jornal também concede espaço para declarações que são proferidas com o objetivo de avaliar a repercussão pública de determinada ação. No jornalismo, tal movimento chama-se “balão de ensaio” e caracteriza-se por ser uma informação propositadamente vazada para verificar os possíveis efeitos de certa medida²⁰.

T7 - Gustavo Lima diz que **procura partido para se candidatar a presidente do Brasil**

T16 - Marçal liga para Gustavo Lima e diz **que ele é bem-vindo na política**

A declaração do cantor sertanejo Gustavo Lima, publicada no dia 3 de janeiro de 2025, buscava captar a atenção de possíveis partidos políticos e da população, embora o declarante jamais tenha ocupado um cargo político e construído uma trajetória nesse campo. Tratava-se de uma fala altamente interessada, com o objetivo de atrair benefícios exclusivamente para a fonte em si.

Um dia depois, Pablo Marçal, que disputou a Prefeitura de São Paulo em 2024, virou notícia ao dizer que ligou para o cantor para desejar as boas-vindas na política – figura que também não possui uma carreira política consolidada e não é uma personalidade relevante no meio político, mas sim um influenciador que busca se inserir no campo. Ao dar visibilidade a essa declaração, a Folha colabora para

²⁰ Definição disponibilizada pela Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/foiha/circulo/manual_producao_b.htm>. Acesso em: 20 de jan. 2026.

legitimar uma pessoa que promove uma estratégia de autopromoção disfarçada de participação política.

Embora não façam parte do *corpus* desta pesquisa, por não terem sido publicadas nas semanas em que foram realizadas as coletas ou por não possuírem declaração no título, identificamos duas notícias que mostram o desdobramento da primeira fala proferida pelo cantor sertanejo, ambas publicadas pela Folha de S.Paulo e que demonstram que realmente tratava-se de um balão de ensaio:

06/02/2025 - Gustavo Lima é cortejado por partidos nanicos e enfrenta hesitação de siglas maiores

19/03/2025 - Gustavo Lima desiste de candidatura à Presidência em 2026

Ainda nesta categoria de declaração, há exemplos em que os declarantes afirmam que algo aconteceu ou vai acontecer, mesmo quando essas informações são contestadas ou desmentidas por outras fontes. O jornal opta por dar centralidade a essas falas, independentemente da veracidade das informações, como nos exemplos abaixo.

T175 - Cardeal condenado por fraude e listado como não eleitor pelo Vaticano **diz que vai participar do conclave**

T193 - Trump diz **ter recebido telefonema de Xi e esperar acordo nas próximas semanas; regime chinês nega**

Em T175, o cardeal declara que participará do conclave, apesar de sua condição institucional indicar o contrário, ou seja, o título privilegia a afirmação do próprio envolvido e confere visibilidade a uma versão que contrasta com os registros oficiais. Já em T193, a declaração de Trump sobre uma conversa por telefone com Xi Jinping, presidente da República Popular da China, é destacada, mesmo diante da negativa do governo chinês, que contesta a veracidade da informação.

Nesses casos, o destaque conferido às declarações não decorre da confirmação factual do conteúdo, mas da relevância pública do declarante naquele contexto e do potencial de repercussão da fala. O título, ao priorizar a declaração em detrimento da verificação, contribui para a circulação de informações imprecisas.

c) Declarações prescritivas

Em menor número no *corpus* desta pesquisa, as declarações prescritivas estão presentes em dez títulos, correspondendo a 4,4%. Ao todo, há sete enunciados em que os declarantes prescrevem algo orientados pelo interesse público e bem-comum, e três declarações orientadas pelo interesse de um grupo.

Nos títulos que contêm declarações que são *orientadas pelo interesse público e bem-comum*, observam-se casos em que os declarantes são sujeitos socialmente legitimados para formular recomendações dessa natureza, seja por ocuparem cargos institucionais que lhes conferem autoridade ou por deterem conhecimento especializado sobre o tema abordado. Nesses exemplos, a legitimidade do declarante contribui para a construção de um efeito de autoridade que sustenta a relevância da declaração destacada no título.

T24 - **Ligação entre álcool e câncer deve ser alertada em rótulos**, diz autoridade de saúde dos EUA

T216 - **COP30 precisa acelerar implementação de compromissos climáticos**, dizem especialistas

A declaração no T24 é voltada à defesa da inclusão de alertas sobre a relação entre o consumo de bebidas alcoólicas e o câncer nos rótulos dos produtos, enfatizando a dimensão preventiva e informativa da medida de conscientização da população sobre os danos causados pelo consumo desses produtos e o T216 traz uma declaração voltada ao papel da COP30 como uma ferramenta importante para avançar nos mecanismos de implementação dos compromissos firmados pelos países participantes em edições anteriores.

Também há exemplos de quando declarantes do campo político proferem recomendações orientadas pelo interesse público e bem-comum valendo-se da autoridade associada aos cargos que ocupam:

T104 - **É preciso defender a democracia contra quem planeja volta do autoritarismo**, diz Lula

T38 - Haddad diz que **BC precisa de 'sabedoria' para inibir alta de preços sem jogar país em recessão**

No caso do T104, a declaração adquire relevância por articular uma recomendação de caráter normativo – a defesa da democracia – a partir de um lugar institucional de grande legitimidade, inserindo-a no debate público como uma orientação de interesse coletivo. Já no T38 há uma fala que reforça a preocupação

com a política monetária do país, o que reflete em uma recomendação voltada ao equilíbrio macroeconômico e seus impactos sociais.

Em relação às declarações voltadas aos *interesses de um grupo específico*, tratam-se de casos em que o enunciado destacado no título é marcado por prescrições relacionadas a disputas, demandas ou posicionamentos circunscritos a determinados atores ou setores. Nesses exemplos, a fala ganha relevância sobretudo por expressar conflitos, tensões ou reivindicações, que mobilizam interesses particulares. É o que ocorre, por exemplo, em T85 e T150:

T85 - **Zema não deveria fazer crítica simplória a Lula**, diz seu ex-marqueteiro, após vídeo da banana

T150 - **Google deve vender Chrome para quebrar monopólio de buscas**, diz governo dos EUA em julgamento

No caso do T150, a manifestação do governo dos Estados Unidos está vinculada aos interesses regulatórios do Estado e das empresas concorrentes do setor. Embora a medida possa ser apresentada como benéfica ao mercado e aos consumidores, a declaração se insere, prioritariamente, em um embate jurídico e institucional específico, que envolve grandes corporações e órgãos reguladores, o que evidencia seu caráter direcionado a interesses de determinados grupos.

Ao fim desta etapa da análise, apresentamos o Quadro 4, com um panorama de todos os tipos de declaração e suas respectivas categorias e quantidades.

Quadro 4 - Os tipos de declaração e suas categorias

Tipo de declaração	Total	Porcentagem	Subcategoria	Quantidade
Avaliativas	150	66,1%	Opiniões embasadas	38
			Opiniões impressionistas	112
Descritivas	67	29,5%	Afirmações sobre fenômenos externos ao declarante	30
			Afirmações sobre si mesmos	37

Prescritivas	10	4,4%	Orientadas pelo interesse público e bem-comum	7
			Orientadas pelo interesse de um grupo específico	3
Total	227	100%		

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Avançamos, no próximo subcapítulo, à última etapa da análise, em que verificamos o tratamento dado às declarações e os possíveis deslizamentos de sentido entre as declarações nos títulos e no corpo da matéria.

5.3 O tratamento dado às declarações e os possíveis deslizamentos de sentido

Na última etapa da análise, em que examinamos a estruturação e os sentidos do discurso do jornalismo declaratório, identificamos os possíveis deslizamentos de sentido entre as declarações destacadas nos títulos e o corpo das matérias. Para isso, criamos categorias referentes ao tratamento que a Folha dá às declarações que ganham uma posição de destaque no título. São elas: 1) *alteração da formulação da declaração*, 2) *apresentação da declaração sem alterações na formulação*, e 3) *reprodução da declaração com uma lacuna de sentido*. A quantidade de ocorrências de cada uma dessas categorias pode ser conferida no Quadro 5. Ao longo deste subcapítulo, detalharemos o funcionamento de cada uma delas.

É importante destacar que, no decorrer da análise, quando falamos de *formulação, declaração, fala ou enunciado inicial*, nos referimos ao que está inserido no texto da matéria. Embora trate-se de uma formulação redigida pelo repórter e que teoricamente corresponde ao que aconteceu, não é possível afirmar que aquela é a formulação que de fato foi feita pelo declarante. Para fins de análise, chamamos o que está vinculado a uma fonte no corpo da matéria de formulação inicial.

Quadro 5 - Os tratamentos dados às declarações

Tipo de tratamento	Quantidade
Alteração da formulação da declaração	128
Apresentação da declaração sem alterações na formulação	54
Reprodução da declaração com uma lacuna de sentido	44
Total	226

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Apenas uma matéria do *corpus* não foi incluída nessas categorias: a M156, que destaca uma fala do presidente da Argentina, Javier Milei, lamentando a morte do papa Francisco. A matéria contempla uma série de declarações de lideranças políticas sobre o falecimento do pontífice, mas justamente o enunciado destacado no título não foi incluído no corpo do texto. Por este motivo, podemos dizer que houve um apagamento da declaração, ocasionado possivelmente por um erro na elaboração do texto.

As formas de tratamento das declarações não são apenas variações técnicas, mas modos de operar próprios de um jornalismo centrado na fala como acontecimento. Na lógica do jornalismo declaratório, a declaração não funciona apenas como um complemento informativo, mas como o núcleo estruturador do texto da matéria. O título, ao destacar uma fala, transforma-a em eixo de interesse e em elemento organizador da narrativa.

Assim, operações de recorte, reformulação, condensação ou montagem, por exemplo, participam ativamente da construção do modo como o fato é noticiado. Ao observar essas modalidades, torna-se possível compreender como o jornal não apenas relata declarações, mas as reorganiza, hierarquiza e, em certa medida, as reinscreve no interior de sua própria organização editorial, podendo gerar deslizamentos de sentido.

Nos títulos jornalísticos, há a necessidade de trabalhar com um espaço reduzido, uma pequena frase, que seja capaz de possibilitar a compreensão do que a matéria abordará. A economia de espaço pode provocar deslizamentos de sentido, como afirma Furtado (2000). Portanto, é característico do discurso jornalístico que

os títulos façam elipses discursivas²¹, porque eles precisam resumir o que deveria ser o mais importante para o leitor.

Em algumas situações, é o subtítulo – que vem abaixo do título – que complementa as informações, desempenhando um papel análogo ao dos títulos. Para Comassetto (2001), o título, mesmo que muito resumido, tem condições de ser uma síntese precisa da notícia, expressando a informação mais relevante. Há casos em que pode existir mais de um dado igualmente relevante, mas que por diferentes questões – espaço, estilo do veículo e eficiência –, não é possível incluí-lo em uma única frase para não alongar demais o enunciado e comprometer a compreensão, como explica o autor. Os subtítulos foram incluídos nesta etapa da análise para verificarmos se, quando há uma lacuna de sentido, eles a preenchem.

No processo jornalístico, diferentes sujeitos participam da construção do texto, como repórteres, editores e fontes. Cada um desses atores intervém de maneira específica na produção da matéria, contribuindo para a forma final que o conteúdo assume. A matéria não é resultado da ação de um único sujeito, mas de um trabalho articulado, marcado por decisões técnicas e editoriais que influenciam a construção final dos sentidos.

Considerando esses aspectos, é importante abordarmos a heterogeneidade discursiva, já que, como explica Furtado (2000), o discurso jornalístico é heterogêneo, sendo efetivamente construído por mais de um sujeito enunciativo. Maingueneau (1997) apresenta a diferenciação entre a heterogeneidade mostrada, que incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação; e a heterogeneidade constitutiva, que não é marcada em superfície.

Para esta pesquisa, nos interessa o conceito de heterogeneidade mostrada, que abrange, para Authier-Revuz (1990), um conjunto de formas que inscrevem o outro na sequência do discurso, como o discurso direto, as aspas, o discurso indireto livre e a ironia. A heterogeneidade mostrada em sua forma marcada é muito conhecida no discurso jornalístico, já que os dizeres do outro são comumente identificados de forma explícita (Furtado, 2000).

²¹ Furtado (2000) explica que as elipses discursivas, caracterizadas quando trechos de um enunciado são omitidos, geram uma janela possível para a modificação do sentido, já que provocam lacunas. No contexto do jornalismo, essas lacunas são criadas devido ao apagamento, por parte dos jornalistas, de trechos das formulações das fontes. Dessa forma, o sentido original é parcialmente apagado também.

Maingueneau (2018) explica que a escolha do discurso direto como modo de discurso relatado geralmente está ligada ao gênero de discurso em questão ou às estratégias de cada texto. Ao usar esse tipo de discurso, pode-se procurar *criar autenticidade*, para demonstrar que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; *distanciar-se*, para evidenciar que o enunciador citante não adere ao que é dito; ou para *mostrar-se sério* (Maingueneau, 2018).

Em relação ao discurso indireto, “o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento” (Maingueneau, 2018, p. 191). Para o autor, de modo geral, a imprensa contemporânea privilegia sistematicamente o discurso direto em relação ao discurso indireto.

Isto pode se explicar ao mesmo tempo pela preocupação de aproximar-se ao máximo do vivenciado pelos atores da cena midiática e pela preocupação de parecer o mais objetivo possível. O discurso direto permite, de fato, satisfazer as duas maiores preocupações das mídias: emocionar e informar. Mas isto é apenas um artifício: o discurso direto não é mais "objetivo" que o discurso indireto (Maingueneau, 2018, p. 192).

O uso das aspas no jornalismo desempenha um papel central na credibilidade e na delimitação de responsabilidades enunciativas. No *corpus* desta pesquisa, estão presentes em 60 títulos declaratórios²². Ao marcar um trecho como citação direta, o veículo sinaliza ao leitor que aquela formulação corresponde às palavras efetivamente proferidas por uma fonte – ou ao menos, deveria corresponder. As aspas funcionam, portanto, como um dispositivo de transparência: indicam a passagem da voz do jornalista para a voz do declarante e estabelecem uma fronteira visível entre relato e citação. Além de atribuir autoria, as aspas delimitam a responsabilidade pelo conteúdo enunciado.

Já a ausência de aspas é capaz de produzir ambiguidade: o leitor pode não saber se está diante de uma reprodução literal ou de uma síntese elaborada pelo jornalista. Por isso, seu uso – ou sua supressão – não é apenas uma questão gráfica, mas uma escolha editorial que interfere na forma como o enunciado circula e é compreendido. Essa distinção, no entanto, nem sempre é fiel, como veremos no decorrer desta etapa da análise.

²² Desconsideramos nesta contagem os casos em que as aspas aparecem apenas para marcar o nome de alguma obra.

Para indicar um ato de fala, costuma-se utilizar verbos cujo significado indica que há uma enunciação, os chamados *verbos dicendi*. No *corpus* analisado, há uma predominância no uso do verbo “dizer” nos títulos. Das 227 matérias, 209 contam com esse verbo no título, considerado pela Folha de S.Paulo, em seu manual de redação, como um verbo de uso preferencial por possuir conotação neutra, o que evitaria a revelação de julgamentos, opiniões ou pontos de vista do enunciador sobre o que escreve.

Apresentamos, a seguir, o tratamento dado pelo jornal às declarações que ocupam os títulos das matérias.

a) Alteração da formulação da declaração

O tratamento mais recorrente conferido às declarações consiste na alteração da formulação do enunciado destacado no título. Nesses casos, a declaração que aparece no corpo do texto não é reproduzida de maneira literal: ela passa por um processo de reformulação. Essa reformulação pode assumir diferentes formas, como condensação, simplificação e reorganização, conforme será detalhado adiante.

Esse tipo de operação ocorre em **128 matérias do corpus (56,6%)**, configurando-se como o procedimento predominante no funcionamento do jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo. Dentro dessa categoria, distinguimos três modalidades: alterações que preservam o sentido da declaração inicial, alterações que produzem deslizamento de sentido e aglutinação de declarações em uma só entre aspas, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 - Alteração da formulação da declaração

Tipo de tratamento	Total	Porcentagem	Subcategoria	Quantidade
Alteração da formulação da declaração	128	56,6%	O sentido da declaração inicial é preservado	105
			Há deslizamento de sentido	20
			Aglutinação de declarações em uma só entre aspas	3

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Nos casos em que o *sentido da declaração inicial é preservado*, com 105 ocorrências, é realizada uma operação de redação, que simplifica, condensa ou adequa a fala ao espaço disponível no título. Ou seja, há uma modificação formal, mas o conteúdo semântico permanece. Assim, podemos verificar que o dizer é outro na forma, mas mantém uma relação de equivalência interpretativa com o enunciado inicial, ou seja, existe uma paráfrase discursiva.

A matéria abaixo exemplifica um caso de alteração da formulação sem deslizamento de sentido, especificamente por meio de simplificação, presente em diferentes matérias do nosso *corpus*:

T30 - Ato pelo 8 de Janeiro é importante para dizer não ao autoritarismo, diz Messias

SUB30 - Advogado-geral da União afirma que evento é construção de memória coletiva para que tentativa de tomada violenta do poder nunca mais seja cogitada

SD1 - O ato para lembrar os ataques golpistas de 8 de Janeiro, marcado para a próxima quarta-feira, é importante para celebrar a democracia e evitar que novas tentativas do tipo aconteçam no futuro, avalia o advogado-geral da União, Jorge Messias.

SD2 - "O ato para lembrar o 8 de janeiro é de suma importância para dizer não ao autoritarismo e celebrar a democracia", afirma Messias.

O título realiza uma operação de simplificação ao suprimir trechos, como “para lembrar” e “de suma importância”, e mantém apenas um dos eixos da declaração, “dizer não ao autoritarismo”, embora preserve também a ideia de celebração da democracia de forma implícita no enquadramento dado.

Trata-se, portanto, de uma reformulação que reduz a complexidade da fala inicial, adequando-a à concisão que o título exige, sem produzir deslizamento relevante de sentido. O sentido geral da declaração é mantido, mas o enunciado é reorganizado com foco na economia de espaço e no impacto do discurso jornalístico. A simplificação não altera o posicionamento do declarante, mas evidencia o trabalho editorial de síntese realizado pelo jornalista na lógica do jornalismo declaratório.

Um movimento específico dentro dessa categoria nos chama a atenção: os casos em que a declaração é reformulada no título e mantida na primeira pessoa do singular, embora sem o uso de aspas, produzindo o efeito de que aquela formulação corresponde literalmente à fala do declarante.

T4 - **Aprendi sobre racismo na ditadura com meu personagem**, diz ator de 'Ainda Estou Aqui'

SUB4 - Augusto Trainotti interpreta soldado do DOI-Codi; jovem exalta parceria com Fernanda Torres

SD3 - O ator Augusto Trainotti **descobriu durante as filmagens de "Ainda Estou Aqui" uma face da ditadura militar que até então desconhecia**.

SD4 - Durante a preparação para o papel, Augusto **soube que seu personagem representa um grupo específico de militares: soldados transferidos do Sul do país para atuar nos órgãos de repressão do Sudeste**.

SD5 - "Eles não sabiam exatamente para onde estavam indo", conta. A prática, segundo ele, tinha o objetivo de manter os militares longe de suas famílias, para melhor controlá-los, e **fazia parte de um suposto projeto de embranquecimento das Forças Armadas**.

SD6 - **"Foi um baita aprendizado sobre uma parte bem racista desse aparelho estatal de tortura"**, diz o ator de 26 anos.

No exemplo acima, o título apresenta um enunciado em primeira pessoa, atribuído ao ator, mas sem aspas. No corpo do texto, entretanto, a formulação inicial é diferente, como vemos na SD6. Ocorre, então, uma reformulação que condensa e reorganiza a fala. Mesmo que o sentido geral – a ideia de aprendizado sobre o caráter racista do regime – seja preservado, a formulação do título não corresponde literalmente à declaração apresentada no texto.

Ao manter a declaração em primeira pessoa, mesmo sem aspas, o jornal cria um efeito de fala direta, ainda que o enunciado tenha sido reescrito. Esse movimento evidencia como o jornalismo declaratório pode produzir uma encenação de fala direta sem o uso de marcadores como dois-pontos, travessão ou aspas. A edição jornalística se torna menos visível, embora o enunciado seja resultado de um gesto interpretativo e de reformulação.

Também identificamos ocorrências em que a declaração é alterada e mantida entre aspas, como se a fonte tivesse proferido exatamente tal declaração:

T52 - **'Abdicamos dos egos e vaidades em nome da dupla'**, diz Fabi Bang sobre parceria com Myra Ruiz em 'Wicked'

SUB52 - Protagonistas desde 2016 do musical no Brasil, atrizes se preparam para estrear uma nova versão do espetáculo, que virou um fenômeno pop ao redor do mundo

SD7 - Elas contam, porém, que logo **perceberam que precisavam se unir em vez de competir, já que ambas estavam em início de carreira, ainda muito inseguras e experimentando pela primeira vez o protagonismo.** "Só eu sabia o que ela estava sentindo, e só ela sabia o que eu estava sentindo, porque era algo novo para nós duas", relembra Fabi.

SD8 - "E aí a gente criou realmente um alicerce. É quase um casamento. **Claro que temos as nossas diferenças, mas existe um cuidado uma com a outra para preservar esse bem comum, que é a nossa relação. Até as vaidades, os egos, a gente abdica em nome da dupla**", completa a atriz.

O núcleo do sentido é preservado nesse caso, mas há um trabalho de síntese e ajuste linguístico que não corresponde exatamente ao enunciado apresentado no texto. As aspas produzem um efeito de literalidade e autenticidade, que sugerem que aquela frase foi dita exatamente daquela maneira. O leitor tende a interpretar esse título como uma reprodução fiel da fala, quando, na realidade, é uma versão editada da fala inicial.

O jornal realiza uma operação que pode ser compreendida como uma forma de manipulação do discurso, já que há apropriação e estilização da fala de um declarante sob a aparência de fidelidade, como demonstra a SD8 que apresenta a declaração inicial no corpo do texto. Embora seja comum a realização de ajustes para adequação ao formato do título, a manutenção da marca de discurso direto reforça a ideia de reprodução literal, em uma tentativa de apagar a intervenção editorial que efetivamente ocorreu.

Em relação aos casos em que as *alterações na formulação da declaração produzem deslizamento de sentido*, identificamos 20 matérias que contam com títulos que reformulam o enunciado de modo a produzir uma alteração de sentido. Essa nova formulação pode intensificar ou atenuar o enunciado, reorganizar a informação de modo a alterar o enquadramento ou sugerir implicações que não estão presentes na formulação inicial.

No *corpus*, encontramos exemplos em que há um deslizamento de sentido significativo. Nesses casos, a reformulação reorienta a interpretação da declaração em relação ao modo como ela aparece no corpo do texto, como no exemplo a seguir.

T195 - Vale diz que **guerra comercial inibe distribuição de dividendos extraordinários**

SUB195 - Vice-presidente da mineradora diz que é hora de focar em robustez financeira para enfrentar incertezas

SD9 - O vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Marcelo Bacci, **afirmou nesta sexta-feira (25) que as condições atuais do mercado impedem que a empresa preveja dividendos extraordinários em 2025.**

SD10 - Segundo ele, **a prioridade no momento é reduzir a dívida líquida expandida da companhia** dos atuais US\$ 18 bilhões para a casa dos US\$ 15 bilhões. Depois, a mineradora decidirá o que fazer com eventual sobra de caixa.

SD11 - "Estamos em um período muito incerto em relação a condições de mercado", afirmou Bacci, ao ser questionado sobre dividendos em teleconferência com analistas. **"Não é momento correto para discutir dividendos extraordinários."**

SD12 - Bacci disse que **as vendas da empresa ainda não foram impactadas pela guerra comercial, já que os Estados Unidos não são relevantes no comércio global e a demanda da China permanece inalterada.** Mas a queda de preços afetou fortemente o balanço da empresa no fim de 2024.

A reformulação da declaração produz a construção de um sentido oposto ao do enunciado inicial. No título, são introduzidos a atribuição de uma causalidade direta à guerra comercial e o uso do verbo "inibir", que carrega um peso mais forte do que a formulação inicial do declarante. Na SD11, o vice-presidente afirma que "não é momento correto para discutir dividendos extraordinários", justificando sua posição pela incerteza nas "condições de mercado". Trata-se de uma avaliação sobre conjuntura e algo provisório. O enunciado não afirma impedimento ou bloqueio, mas apenas inadequação temporal diante de um cenário incerto.

O verbo empregado no título introduz um efeito de obstáculo imposto por um fator externo – no caso, a guerra comercial. Essa escolha desloca o sentido da declaração de uma avaliação sobre o tempo de uma decisão para uma ideia de impedimento causado por um evento específico. Além disso, como o próprio texto informa (SD12) que as vendas da empresa não foram impactadas pela guerra comercial, a relação causal explicitada no título não encontra sustentação direta na fala do declarante.

Também há exemplos de quando o deslizamento de sentido é mais sutil:

T17 - **PT sobrevive ao pós-Lula**, diz deputada que se projetou na esquerda após eleição

SUB17 - Deputada apontada como liderança jovem defende partido mais próximo de bandeiras de esquerda

SD13 - **A deputada defende Lula como candidato à reeleição em 2026.** Sobre 2030, diz estar longe para apontar sucessores do presidente, caso ele seja reeleito.

SD13 - Indagada se o PT falhou ao não criar nomes de grande potencial de voto tal qual Lula, Natália minimiza. "Os partidos em geral passam por uma transição geracional. **Uma figura como Lula não se produz de forma artificial.**"

SD14 - Para Natália, **o PT continuará forte mesmo quando Lula sair de cena na política. "Lula está além do PT eleitoralmente, mas o PT é maior do que pessoas físicas."**

Nesse caso, o deslizamento de sentido decorre do modo como o título sintetiza e reorienta a declaração da deputada, de forma mais dramatizada. No corpo do texto, a declaração enfatiza a dimensão institucional e coletiva do partido, sem qualquer crítica ao ex-presidente. Ao contrário, a matéria registra que ela defende Lula como candidato à reeleição em 2026. A fala, que foi alterada no título, busca reforçar a ideia de que o partido não se reduz a uma única liderança, mas permanece estruturado para além de indivíduos.

O título, entretanto, pode sugerir um distanciamento ou mesmo um posicionamento que relativiza a importância de Lula para a legenda. A noção de "sobrevivência" pressupõe a superação de uma ausência e pode ser lida como sinal de substituição, o que não corresponde ao tom da declaração no corpo do texto. Ainda que não exista uma contradição explícita, o título realiza um enquadramento que pode ser interpretado como menos alinhado a Lula, enquanto a matéria evidencia justamente o contrário. É relevante ressaltar que a declaração destacada no título deriva de uma provocação realizada pelo repórter, como vemos na SD13. Foi feito um questionamento que, inclusive, provoca um enquadramento muito específico para a matéria, orientando o foco temático e, conseqüentemente, os sentidos que poderão ser construídos pelo leitor.

Também há, nesta categoria, casos em que a declaração, além de ter sua formulação alterada com deslizamento de sentido, é apresentada entre aspas. Esse procedimento é ainda mais problemático, pois além de modificar o enunciado e reorientar seu sentido, induz o leitor a acreditar que o declarante proferiu exatamente aquela formulação. Isso pode gerar inclusive um desgaste na percepção dos leitores sobre a credibilidade do jornal, já que o próprio veículo reproduz uma declaração que não aconteceu daquela forma. A confiança do público é construída a partir da ideia de que o jornalismo exerce seu dever de forma responsável,

correspondente com a realidade. Nesse sentido, a veracidade ocupa um espaço central para a crença em uma fonte de informações como o jornalismo, que se propõe a descrever e interpretar a realidade (Lisboa; Benetti, 2015).

Ao colocar entre aspas uma versão reformulada – muitas vezes estruturada de modo mais enfático ou polemizador – o título atribui à fonte uma construção discursiva que não corresponde literalmente ao que foi dito, intensificando determinados efeitos de sentido.

T31 - '**Rir de Deus é um direito**', defende chefe do Charlie Hebdo 10 anos após atentado

SUB31 - Para Gérard Biard, humor é ferramenta para questionar crenças, expor realidades sociais e reafirmar liberdades

SD15 - "Vocês são de esquerda ou de direita?", pergunta Gérard Biard, zombeteiro, assim que se senta com a Folha para uma hora de entrevista. **Esse é o espírito do Charlie Hebdo: zombar de tudo e de todos, tendo como único limite a lei.**

SD16 - Biard, redator-chefe do semanário há duas décadas, passou metade de seus 65 anos no Charlie, cuja versão atual ajudou a fundar, em 1992. O jornal **acaba de lançar "Charlie Liberté", livro que retrata a carreira dos oito profissionais do veículo que foram vítimas do atentado de 7 de janeiro de 2015.** Biard escapou da morte porque estava em Londres, de férias, naquele dia.

SD17 - "É para mostrar que a ideia de Deus está arruinando a vida de milhões e milhões de pessoas em todo o mundo. **Todos os dias, pessoas são oprimidas, torturadas, mortas e espancadas em nome da ideia de Deus. Portanto, temos o direito de rir dessa ideia.**"

SD18 - "**Em outras palavras, Deus é uma ideia como qualquer outra. Você tem o direito de ter essa ideia, mas ela não é mais valiosa do que qualquer outra ideia. Nem mais, nem menos. Portanto, temos o direito de ridicularizá-la.** Temos o direito de contestá-la. Você tem o direito de dizer que eu discordo."

No exemplo acima, observa-se esse movimento de forma clara. O título apresenta a formulação "Rir de Deus é um direito", entre aspas, como se correspondesse literalmente à fala do declarante. No entanto, no corpo da matéria, a declaração é mais extensa, argumentativa e contextualizada. Ao converter essa argumentação em uma frase sintética e categórica, o título promove uma condensação que altera o enquadramento do enunciado. A passagem da expressão "rir dessa ideia" para "rir de Deus" elimina a explicação conceitual presente na fala e desloca o foco da crítica à ideia para a figura de Deus de maneira mais direta e potencialmente provocativa.

Trata-se, portanto, de um deslizamento de sentido que intensifica o efeito polêmico da declaração. O fato de essa formulação estar entre aspas amplia o problema: o leitor é levado a crer que aquela frase foi proferida exatamente dessa maneira. Além da reformulação com deslizamento, há uma atribuição literal indevida, que reforça um efeito de confrontação e simplifica uma posição originalmente mais argumentada e contextualizada.

Neste contexto, há um distanciamento das finalidades do jornalismo (Reginato, 2019), principalmente no que se refere a informar de modo qualificado, a verificar a veracidade das informações e a fazer a mediação entre os fatos e o leitor.

Identificamos, ainda, três exemplos em que a Folha de S.Paulo *aglutina declarações em uma só entre aspas*. Nesta categoria, o título reúne trechos de declarações distintas – que, no texto, aparecem separadas ou formuladas em momentos diferentes – e as apresenta como uma única declaração entre aspas. Trata-se de uma operação de condensação, na qual o jornal compõe uma formulação que não corresponde literalmente a um enunciado produzido daquela forma pelo declarante.

Ainda que o conteúdo possa derivar de falas efetivamente proferidas, a estrutura final do título resulta de uma montagem editorial. O uso das aspas produz efeito de autenticidade e responsabilidade atribuída ao declarante, mesmo quando a formulação final é fruto de composição jornalística. A matéria abaixo exemplifica esse tipo de elaboração em matérias produzidas pelo jornal.

T101 - '**Jamais defenderia abusadores, também não sou homofóbica**', diz Baby do Brasil

SUB101 - Cantora foi criticada por pregar em culto na D-Edge para que vítimas perdoem seus abusadores

SD36 - A cantora Baby do Brasil usou o Instagram nesta sexta-feira (14) para explicar falas dela durante um culto na boate D-Edge, na segunda-feira (10), na Barra Funda, zona oeste de São Paulo. Na ocasião, **a cantora, que também é pastora, pediu para que pessoas que tenham sofrido abusos sexuais perdoem os abusadores.**

SD37 - "Perdoa tudo o que você tiver no seu coração aqui, hoje, nesse lugar. Perdoa. **Se teve abuso sexual, perdoa.** Se foi da família, perdoa", disse Baby.

SD38 - Um convidado do evento ainda pregou sobre a chamada **cura gay**.

SD39 - "Creio que ficou bem claro, que o perdão a que me refiro não inocenta ninguém do seu erro, nem da impunidade, nem isenta de justiça

qualquer tipo de crime. **É claro que eu jamais defenderia abusadores de qualquer espécie, pois eu sou contra qualquer tipo de abuso**", escreveu na rede social.

SD40 - "Aproveito, para deixar mais uma vez bem claro, que **também não sou homofóbica**, e que a opção sexual é de escolha de cada um, e que todos nós devemos ser respeitados", falou.

No corpo do texto, é possível verificar que a declaração do título foi criada a partir de duas falas distintas da declarante. Por ter sido feito o uso de citação direta no título, entre aspas, pressupõe-se que a declaração corresponde exatamente ao que foi dito pela fonte. No entanto, a frase é elaborada pelo jornalista, que seleciona duas ideias e as condensa em um único enunciado, simulando que a frase teria sido dita daquele jeito.

Ao colocar essa frase entre aspas, o jornal reforça a ideia de que se trata de uma reprodução fiel, quando uma seleção e um rearranjo de fragmentos da fala da declarante foram realizados, criando uma declaração que, na verdade, não existiu dessa forma. Pode-se dizer que tal formulação foi elaborada para chamar ainda mais a atenção do leitor. Além de polemizar com uma declaração muito controversa, trata-se de uma fala proferida por alguém que já se posicionou como progressista, mas que hoje adota uma postura conservadora, fortemente vinculada ao fundamentalismo religioso – o que torna a situação ainda mais impactante para os leitores.

b) Apresentação da declaração sem alterações na formulação

Nesta categoria, que abrange **54 matérias (23,9%)**, o título mantém a formulação da declaração tal como aparece no texto, respeitando sua estrutura. Trata-se do caso de maior fidelidade formal entre título e corpo da matéria. O título funciona como recorte direto da fala do declarante, sem condensação ou reconfiguração significativa.

É importante ponderar, no entanto, que mesmo esse tipo de reprodução não é neutro. O simples recorte já constitui um gesto de interpretação por parte do jornalista. Destacar um enunciado e elevá-lo à posição de destaque no título é um processo marcado por operações de seleção e hierarquização.

Como Moretzsohn (2007) explica, o processo de construção da notícia resulta de mediações discursivas inerentes ao trabalho jornalístico, é característico

do discurso jornalístico que o título faça sempre uma elipse discursiva. Ainda assim, há os casos em que, mesmo com cortes, a formulação destacada no título mantém equivalência com a declaração do modo como aparece no corpo do texto, exemplificados nos textos que pertencem a essa categoria.

T139 - **Super-ricos estão super-representados no Congresso**, diz Haddad sobre reforma do IR

SUB139 - Ministro, contudo, diz confiar na aprovação do projeto que isenta quem ganha até R\$ 5.000 e cria imposto mínimo para milionários

SD19 - O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse nesta quinta-feira (20) confiar que **o Congresso Nacional vai aprovar o projeto de lei que isenta o Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5.000 por mês e cria um imposto mínimo para milionários, ainda que os super-ricos estejam super-representados no Legislativo.**

SD20 - "**Tem super-ricos no Congresso Nacional. Não tem só parlamentar com mandato popular.** Aliás, não é a maioria da população que está representada no Congresso [...] **Os super-ricos estão super-representados no Congresso**", disse Haddad no programa Bom Dia, Ministro, da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

Neste exemplo, o título reproduz a mesma construção presente na fala inserida na matéria. A supressão do artigo inicial e a retirada de trechos explicativos que antecedem a frase não alteram o núcleo semântico da declaração. O título realiza um recorte direto de uma sequência discursiva identificável e mantém a mesma força do enunciado inicial. Trata-se, portanto, de um exemplo de reprodução sem alteração na formulação, em que o efeito de síntese próprio do título não implica modificação do conteúdo declarado.

Há casos em que existe um padrão recorrente nesta categoria: a seleção de um trecho mais expressivo ou impactante da declaração, capaz de atrair a atenção do leitor. Observa-se que, em diversos exemplos, conforme vimos em outras categorias também, a declaração é mantida sem alterações, mas não é apresentada entre aspas no título.

T35 - **Somos tratados com furiosa obsessão negativa**, diz Barroso sobre críticas ao Judiciário

SUB35 - Presidente do STF volta a dizer que Poder não tem culpa por crise fiscal

SD21 - **O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, disse que o Judiciário é tratado com "furiosa obsessão negativa" quando acontece algum problema**, enquanto o que o Poder faz de bom recai em um "silêncio indiferente".

SD22 - "O que fazemos de bom recai em um silêncio indiferente. **Quando acontece algum acidente, somos tratados com furiosa obsessão negativa.** E, ainda assim, continuamos a achar que a democracia e a liberdade de expressão são imprescindíveis para a vida boa, e nós estamos aqui para garantir uma e outra", afirmou no discurso, dado a um público formado majoritariamente por juízes e desembargadores paulistas.

Nesse caso, além de ocorrer uma seleção editorial que privilegia o trecho mais chamativo da fala, o jornal suprime o uso de aspas da fala do declarante. Embora a ausência de aspas não modifique o conteúdo da declaração, ainda assim consideramos necessário problematizar esse movimento. O procedimento é questionável porque tanto enunciados reproduzidos literalmente quanto aqueles que passam por reformulação aparecem sem aspas e na primeira pessoa do singular. Desse modo, a supressão das aspas reduz a transparência quanto ao estatuto da enunciação e torna menos nítida a distinção entre a fala da fonte e a construção editorial do título.

c) Reprodução da declaração com uma lacuna de sentido

O que difere esta modalidade da primeira categoria (de alteração da formulação da declaração) é que o título apresenta a declaração sem alteração formal relevante, mantendo, em geral, a mesma estrutura sintática da fala inicial. No entanto, suprime elementos contextuais indispensáveis para a compreensão plena do enunciado. A declaração aparece fragmentada ou deslocada de seu encadeamento argumentativo, produzindo uma lacuna interpretativa. Esta categoria é composta por **44 matérias (19,5%)**,

Essa lacuna, que também poderia ser chamada de elipse discursiva, costuma decorrer da retirada de circunstâncias que delimitavam o alcance da fala – como condições, justificativas e comparações. A ausência desses elementos altera o modo como o enunciado pode ser interpretado. O leitor, ao acessar apenas o título, depara-se com uma formulação potencialmente mais ampla, mais categórica ou mais ambígua do que aquela que se encontra no corpo da matéria.

Ao suprimir contextualizações, o título amplia o campo de possíveis leituras do enunciado. O que no texto pode aparecer como resposta a uma pergunta específica, como avaliação ou como argumento, no título passa a circular de forma autônoma. Assim, a fragmentação produz um efeito interpretativo relevante, pois expõe a declaração a sentidos que não estavam plenamente disponíveis em sua

formulação inicial. Essa categoria também se subdivide em dois tipos: *quando o subtítulo preenche a lacuna* e *quando não preenche a lacuna*.

Nos casos em que o subtítulo preenche a lacuna, que abrangem 28 matérias, o efeito de fragmentação inicial é atenuado pela informação complementar oferecida logo abaixo do título, que reinsere elementos de contexto, delimita o alcance da declaração ou explicita o tema ao qual ela se refere.

Dessa forma, reduz-se a margem de interpretações equivocadas que poderiam emergir da leitura exclusiva do título. Ainda assim, essa recomposição é apenas parcial. Considerando que o título costuma circular de maneira autônoma, como Maingueneau (2014) aponta – em chamadas de capa, redes sociais ou mecanismos de busca –, nem sempre o subtítulo acompanha sua leitura. O Quadro 7 mostra esta categoria de forma quantitativa.

Quadro 7 - Reprodução da declaração com uma lacuna de sentido

Tipo de tratamento	Total	Porcentagem	Subcategoria	Quantidade
Reprodução da declaração com uma lacuna de sentido	44	19,5%	Subtítulo preenche a lacuna	28
			Subtítulo não preenche a lacuna	16

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Dessa forma, embora o conjunto título e subtítulo recupere parte do sentido originalmente presente no corpo do texto, permanece a possibilidade de que a declaração seja interpretada de forma fragmentada quando consumida fora desse arranjo completo, como no exemplo a seguir.

T112 - **'Foi muito pior do que eu pensava que seria'**, reclama Hamilton

SUB112 - Inglês terminou o GP da Austrália apenas na décima posição em sua estreia pela Ferrari

SD23 - Lewis Hamilton, 40, não ficou nenhum pouco satisfeito com sua estreia na Ferrari, no GP da Austrália, na madrugada deste domingo (16). O inglês **largou apenas na oitava posição, não conseguiu se entender com o carro e terminou na décima posição, a última que garante pontuação na F1.**

SD24 - O britânico ainda **viu sua equipe se enrolar com a estratégia de pneus em meio ao caos gerado pela chuva.**

SD25 - "**Foi muito complicado, e foi muito pior do que eu pensava que seria.** E o carro foi muito difícil de dirigir hoje. Estou grato por ter pelo menos conseguido manter o carro longe do muro, porque é para onde ele queria ir pela maior parte do tempo", resumiu o sete vezes campeão mundial.

Isoladamente, não é possível compreender do que se trata a declaração do piloto no título. Sem as informações do subtítulo, que esclarece tratar-se da estreia em uma nova equipe e do resultado insatisfatório na corrida, a frase poderia ser interpretada de maneira mais vaga, aplicável a diferentes situações. Esse tipo de produção contraria inclusive o próprio Manual da Folha (2021), que recomenda que um título noticioso deve, de preferência, ser compreensível sem depender do subtítulo.

No corpo do texto (SD25), a declaração integra uma avaliação mais ampla sobre as dificuldades enfrentadas na corrida. Quando destacado no título, entretanto, o trecho perde essas referências contextuais. Assim, a lacuna de sentido decorre da retirada das circunstâncias que delimitam o alcance da fala. O subtítulo recompõe esse enquadramento, mas a autonomia potencial de circulação do título faz com que o risco de leitura fragmentada permaneça.

Casos que envolvem cenários de fundo mais complexos também estão presentes nessa categoria:

T113 - **Não sou um bom gestor, sou criador**, afirma o produtor do premiado 'Ainda Estou Aqui'

*SUB113 - Rodrigo Teixeira, reconhecido dentro e fora do Brasil, **tenta superar agora uma crise com credores causada por dívidas***

SD26 - Quando a equipe de "Ainda Estou Aqui" chegou à cerimônia do Oscar, uma operação de bastidores se desenrolava havia meses — **um fundo de investimentos vinha comprando de credores dívidas de um dos produtores do filme**, o que ajudou a evitar uma polêmica que poderia ter atrapalhado a campanha do longa pela estatueta.

SD27 - **O produtor é Rodrigo Teixeira, da RT Features, a quem os credores dizem ter emprestado dinheiro sem receber o retorno combinado.** E o nome do fundo é Artesanal Special Sits FIDC Multisetorial. Teixeira é um dos profissionais de cinema brasileiros de maior sucesso no exterior e chega a um novo patamar com "Ainda Estou Aqui", mas tem sido alvo de uma série de batalhas jurídicas no Brasil e nos Estados Unidos.

SD28 - **O produtor conta que a compra das dívidas tem acontecido desde novembro e nega que a operação tenha a ver com a corrida pelo Oscar.** Mesmo assim, o efeito prático foi dificultar que o caso viesse a público antes da premiação, num contexto em que os credores ensaiavam pedir o

bloqueio das receitas de bilheteria do longa — valor que já passou de R\$ 200 milhões no mundo todo.

SD29 - “Meu trabalho, a qualidade do meu serviço, nunca foi abalada. A minha gestão administrativa sim. **Não sou um bom gestor, sou um criador, e durante um tempo achei que eu era as duas coisas. Estava errado,** tenho 48 anos e admito que precisei passar por uma repaginação. Sou excelente gestor de projetos e criativo, mas não era o melhor administrativo. Hoje tenho o suporte de gente que está me ajudando a reestruturar o meu trabalho para que esse tipo de problema não se repita.”

Sem a leitura do subtítulo, nesse exemplo, o leitor pode interpretar a afirmação destacada no título como uma autodefinição genérica ou até como um traço de personalidade, e não como parte de uma justificativa relacionada a dívidas e problemas administrativos específicos. O subtítulo, então, reinsere o enunciado no contexto de crise financeira, restabelecendo as condições mínimas de inteligibilidade e reduzindo o risco de interpretação fragmentada. Esse exemplo é um caso em que há uma lacuna de sentido decorrente da complexidade do cenário que lhe dá origem. A ausência desse pano de fundo no título amplia as possibilidades interpretativas e pode atenuar ou deslocar o peso do contexto problemático que motiva a fala.

Em determinados casos, a lacuna de sentido persiste mesmo após a leitura do subtítulo, pois a contextualização indispensável à compreensão da declaração só é apresentada no corpo da matéria – em algumas ocorrências, a lacuna continua mesmo após a leitura do texto completo. Assim, o leitor que consome apenas o título, ou o conjunto título e subtítulo, tem acesso a uma formulação incompleta, cujos limites, motivações ou circunstâncias permanecem indefinidos.

A ausência de informações fundamentais, como o contexto da fala ou a situação específica a que ela corresponde, mantém o enunciado aberto a interpretações mais amplas do que aquelas sustentadas pela declaração inicial. Ao considerarmos as práticas contemporâneas de circulação e consumo de notícias, esse tipo de operação amplia o risco de leituras descontextualizadas e reforça a centralidade do título como espaço de construção de sentidos. A falta de contextualização dos acontecimentos enfraquece a função social e a importância do jornalismo como mediador qualificado em um ambiente comunicacional em que a informação circula de forma desordenada, acelerada e excessiva (Lückman, 2020).

Identificamos, nessa subcategoria, 16 matérias. Há exemplos em que a lacuna deixa o enunciado mais amplo, que não é delimitado pelo subtítulo:

T1 - Raquel Lyra **elogia parceria com governo Lula e diz que PSDB precisa se reencontrar**

SUB1 - Em entrevista à Folha, governadora de Pernambuco diz que mudança de partido não é prioridade

SD30 - A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), **enaltece as parcerias firmadas pela sua gestão com o governo Lula (PT)**.

SD31 - Em entrevista à Folha, a governadora disse que o partido precisa "**se reencontrar com a sua história e seus valores**", e não quis responder se o PSD seria um possível destino.

SD32 - "O PSDB é um partido de história e entregas para o país, mas foi ficando pequeno ao longo do tempo e isso revela que algo está errado. **O que precisamos fazer, o que o PSDB precisa fazer, é se reencontrar com a sua história e seus valores. A gente precisa ter partidos e instituições fortes que possam enfrentar o jogo democrático.**"

No corpo da matéria, podemos identificar que a declarante se refere ao reencontro do partido com a sua história e seus valores, aspectos que foram omitidos no título. Quando essa fala é transposta para o título, o verbo "reencontrar" pode ser lido de forma genérica pela ausência de uma referência explícita. Tal aspecto abre margem para diferentes interpretações sobre "reencontrar", como uma reestruturação interna ou uma redefinição de alianças partidárias, por exemplo. Dessa forma, o título desloca o sentido para uma generalidade, provavelmente com o intuito de atrair a atenção do leitor.

Em outros exemplos, a lacuna de sentido presente no título e que não é preenchida pelo subtítulo também não é completamente resolvida no corpo da matéria. Nesses casos, a própria construção textual mantém indefinição quanto às circunstâncias da declaração. Ainda que o texto apresente informações adicionais, elas não são suficientes para delimitar com precisão o sentido do enunciado destacado, que permanece aberto ou parcialmente indeterminado.

Como resultado, o enunciado circula com um grau maior de ambiguidade, sustentado mais pela força de sua formulação do que por um enquadramento informativo. Resulta, portanto, de uma situação em que a fragmentação não é apenas efeito do recorte do título, mas atravessa a própria elaboração da matéria.

T148 - **Hugo Motta mostrou não ser Arthur Lira**, diz Glauber Braga após greve de fome; veja

SUB148 - Deputado do PSOL afirma que todos sabem que ex-presidente da Câmara está por trás de tentativa de cassação; alagoano nega

SD33 - O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) afirma que **o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), mostrou não ser Arthur Lira (PP-AL) na negociação para o encerramento da greve de fome que fazia havia oito dias.**

SD34 - Glauber passou a dormir na Câmara após o Conselho de Ética recomendar a cassação do seu mandato devido à agressão a um integrante do MBL (Movimento Brasil Livre). Na quinta-feira (17), **o psolista encerrou o protesto após Motta — que chegou ao cargo com apoio de Lira — assegurar uma pausa de 60 dias na tramitação do processo.**

SD35 - “O que eu tenho a dizer nesse exato momento, nesse episódio, é que ele **deu a demonstração de que ele não é o Arthur Lira.** Pode ter sido um candidato de continuidade, com os compromissos que tinham sido firmados com o Arthur Lira, mas **a posição política que foi adotada por ele nesse episódio é diferente. Ele demonstrou que não é o Arthur Lira no comando da presidência da Câmara.**”

É possível identificar que a declaração presente no título reproduz a mesma formulação feita pelo autor da frase no corpo da matéria. Mesmo assim, neste caso, falta clareza sobre o que o declarante quis dizer, visto que o jornal não fornece contextualização suficiente sobre o acontecimento, nem no título e nem no corpo da matéria.

Portanto, podemos considerar que a formulação da fala reproduzida no título foi mantida, mas ainda há uma lacuna de sentido, pois não é possível compreender os motivos pelos quais o declarante considera que “Hugo Motta mostrou não ser Arthur Lira”. Nesse contexto, podemos considerar que a Folha aposta em uma construção ambígua e enigmática para gerar curiosidade e engajamento.

Tendo sido tratadas e exemplificadas as três categorias desta etapa da análise, apresentamos, no Quadro 8, o panorama geral quantitativo dos tipos de tratamentos dados às declarações destacadas em títulos que fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

Quadro 8 - Panorama geral dos tipos de tratamento dados às declarações

Tipo de tratamento	Total	Porcentagem	Subcategoria	Quantidade
Alteração da formulação da declaração	128	56,6%	O sentido da declaração inicial é preservado	105
			Há deslizamento de sentido	20
			Aglutinação de declarações em	3

			uma só entre aspas	
Apresentação da declaração sem alterações na formulação	54	23,9%	Não se aplica	Não se aplica
Reprodução da declaração com uma lacuna de sentido	44	19,5%	Subtítulo preenche a lacuna	28
			Subtítulo não preenche a lacuna	16

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Ao fim deste subcapítulo, concluímos as três etapas da análise desta pesquisa, considerando os campos sociais aos quais pertencem os sujeitos declarantes, os tipos de declaração em destaque nos títulos, o tratamento dado às declarações e os possíveis deslizamentos de sentido. Com esses movimentos, buscamos entender melhor o funcionamento discursivo do jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de compreender o funcionamento discursivo do jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo, realizamos a análise de 227 matérias publicadas pelo veículo que continham declarações nos títulos. Para isso, examinamos os declarantes que ocupam uma posição de destaque nos títulos do jornal, os tipos de declaração com maior ocorrência e os possíveis deslizamentos de sentido entre a declaração no título e o corpo das matérias.

Ao longo do trabalho, abordamos as condições de produção do jornalismo declaratório para entendê-lo melhor. Partimos da ideia de que uma compreensão equivocada do que significa ser objetivo no jornalismo constitui um dos fatores que impulsionam essa prática. Nesse contexto, uma noção restrita de objetividade jornalística – frequentemente associada à mera reprodução de falas – tende a resultar em matérias superficiais, centradas na declaração, com pouca mediação jornalística.

Aliada a essa concepção está a forte dependência de fontes. Embora as fontes sejam, de modo geral, indispensáveis à prática da profissão, no caso do jornalismo declaratório sua centralidade se intensifica. As matérias costumam ser estruturadas quase exclusivamente a partir das falas dos declarantes, reduzindo o espaço para mediação, contextualização e análise por parte do próprio jornal.

Há ainda o aspecto relacionado ao modo como as declarações são tratadas pelos jornalistas. No âmbito do jornalismo declaratório, observam-se duas práticas recorrentes: tomar qualquer declaração proferida por fontes como se fosse um fato concreto e fazer um tratamento inadequado a esse fato. O tratamento conferido a essas declarações incide diretamente sobre a qualidade do produto jornalístico final que chega aos leitores.

As rotinas de produção e as métricas também precisam ser consideradas nesse contexto, uma vez que influenciam o modo como o jornalismo declaratório se consolida. As condições de trabalho frequentemente cansativas a que os jornalistas estão submetidos, marcadas por prazos curtos e recursos limitados, reduzem o tempo disponível para verificar a veracidade, a pertinência e os desdobramentos das declarações das fontes. Soma-se a isso a crescente submissão às métricas de audiência, que orientam a produção a partir do desempenho e da capacidade de

gerar engajamento, privilegiando conteúdos que atraem mais cliques e interações, com foco no lucro, em detrimento de um trabalho mais aprofundado.

Com base em estudos anteriores, também abordamos os efeitos provocados por essa forma de fazer jornalismo. O jornalismo declaratório, em muitos casos, afasta-se do papel atribuído ao jornalismo. Esse distanciamento de suas finalidades, como a de informar de modo qualificado (Reginato, 2019), pode ocasionar prejuízos à qualidade da informação oferecida, fragilizar a compreensão dos leitores sobre os temas abordados e comprometer o próprio papel do jornalismo na esfera pública.

Outra consequência é o afastamento da verdade, que pode enfraquecer a função que o jornalismo desempenha em uma democracia. Ao ser colocado em prática, esse fenômeno tende a naturalizar a circulação de afirmações não verificadas. Como resultado, quando não há compromisso com a verdade, a credibilidade do jornalismo é, aos poucos, enfraquecida, ainda mais em casos em que o próprio jornalismo pode contribuir com a desinformação. Nesse caso, o jornalismo também corre o risco de perder sua legitimidade como fonte confiável de informação e como mediador qualificado em uma sociedade democrática.

Conectado a esses aspectos, há ainda o fato de que o jornalismo declaratório, em diversas vezes, tende a produzir um conteúdo cada vez mais voltado à captação, e não à informação. Consideramos que esse movimento leva a um enfraquecimento do contrato de comunicação (Charaudeau, 2019). Nesse cenário, os títulos desempenham papel central, ao serem utilizados para destacar declarações enganosas ou altamente interessadas, o que resulta em conteúdos voltados muito mais à atração de cliques do que ao efetivo esclarecimento dos fatos.

A circulação de títulos como unidades de sentido independentes do texto, impulsionada pelo contexto tecnológico, agrava os efeitos do jornalismo declaratório, na medida em que muitos leitores têm acesso apenas ao título e o consomem como se fosse a própria notícia. Nesse sentido, mobilizar o conceito de destacamento, proposto por Maingueneau (2014), torna-se fundamental para evidenciar o peso do conteúdo dos títulos jornalísticos, cuja autonomia na circulação amplia sua responsabilidade na produção de sentidos e na orientação da interpretação dos acontecimentos.

A compreensão das condições de produção e dos efeitos que o jornalismo declaratório pode gerar constitui uma etapa fundamental para avançarmos em uma análise mais aprofundada desse fenômeno, permitindo problematizar não apenas

suas regularidades, mas também suas implicações para a qualidade da informação e para o papel social do jornalismo.

Respondendo ao problema de pesquisa proposto, identificamos, na Folha de S.Paulo, a **forte presença de declarantes do campo político**, que estão em 114 títulos do *corpus* analisado. Esse quantitativo **corresponde a 50,2%** do total de matérias examinadas e confirma a suposição de que os agentes políticos constituem os principais protagonistas do jornalismo declaratório, ocupando posição central na produção e na circulação de enunciados destacados pelo jornal.

Em comparação com os demais campos, observa-se uma distribuição significativamente mais fragmentada das ocorrências, o que reforça a predominância dos políticos no jornalismo declaratório: o campo econômico representa 11,9% dos títulos; o cultural, 10,1%; o científico, 7,5%; o jurídico, 4,9%; o religioso e o jornalístico, 4% cada; o policial, 3,5%; o civil, 2,6%; e o esportivo, 1,3%. Essa dispersão demonstra o peso desproporcional do campo político na constituição do material analisado.

A expressiva concentração de declarantes oriundos desse campo evidencia o espaço privilegiado concedido pela Folha a esses agentes na configuração do jornalismo declaratório. Suas falas, frequentemente marcadas por declarações polêmicas, avaliações infundadas, ataques a adversários e questionamentos a instituições democráticas, ocupam posição central nos títulos, ampliando a visibilidade desses declarantes na sociedade. Mesmo quando tais declarações não atendem claramente ao interesse público, são frequentemente convertidas em notícia, o que reforça a centralidade dos atores políticos na imprensa e sua capacidade de pautar o debate público.

Em segundo lugar em número de ocorrências, situam-se os declarantes do campo econômico, que, em alguns casos, são mobilizados pelo jornal para realizar avaliações de natureza política, o que pode reforçar a circulação de perspectivas alinhadas a um viés neoliberal nesse contexto. Em terceiro lugar, aparecem os declarantes do campo cultural, cuja presença significativa evidencia o peso do entretenimento na dinâmica do jornalismo declaratório, contribuindo para a valorização de conteúdos associados à visibilidade, à curiosidade e ao apelo midiático. Chama atenção, por outro lado, a baixa presença de declarantes do campo científico, área que deveria ocupar posição estratégica na imprensa,

sobretudo pela relevância social do conhecimento especializado para a qualificação dos conteúdos produzidos.

Em relação aos tipos de declaração, há a **predominância das declarações avaliativas, representando 66,1%** do material analisado. Isso significa dizer que mais da metade dos enunciados destacados pela Folha de S.Paulo se caracteriza pela verificação de seu grau de verdade depender da aceitação dos critérios que sustentam a argumentação. Dentro dessa categoria, há duas subdivisões. As que contêm opiniões embasadas, que avaliam os fenômenos a partir de critérios validados em determinados campos de conhecimento, presentes em 38 títulos, e as que contêm opiniões impressionistas, que podem estar baseadas em juízos de valor contestáveis e estão representadas em 112 títulos.

As declarações que contêm opiniões impressionistas são as que mais podem trazer algum tipo de nocividade ao debate público. Essa categoria engloba falas tendenciosas, especulativas e desprovidas de fundamentação técnica, enunciados que minimizam a gravidade de acontecimentos como tentativas de golpe de Estado, manifestações sensacionalistas, afirmações genéricas ou imprecisas e discursos que acabam por legitimar posições insustentáveis do ponto de vista democrático. Quando um dos principais veículos do país, amplamente reconhecido como um jornal de referência, amplifica esse tipo de enunciado em seus títulos, contribui para a circulação e naturalização de sentidos que podem fragilizar o próprio jornalismo enquanto instituição social.

Um dado relevante a ser destacado é que, dentre as declarações avaliativas impressionistas identificadas, 69 foram proferidas por declarantes do campo político. Essa informação reforça a centralidade desses agentes no jornalismo declaratório e evidencia que continuam a receber amplo espaço nos títulos independentemente da consistência, fundamentação ou relevância pública do conteúdo de suas falas.

Já as declarações descritivas estão presentes em 29,5% dos títulos e tratam de enunciados sobre algo que aconteceu, está acontecendo ou acontecerá, sem o aporte de juízo de valor. Também há dois tipos de sistematização: as afirmações sobre fenômenos externos ao declarante, em 30 títulos, e as afirmações sobre si mesmos, em 37. Nesta segunda subdivisão, há declarações altamente interessadas, como balões de ensaio, e até mesmo falas contestadas ou desmentidas por outras fontes, em que o jornal opta por dar centralidade, independentemente da veracidade das informações. As declarações prescritivas são as com menor ocorrência, 4,4%,

em que os declarantes prescrevem algo orientados pelo interesse público e bem-comum ou pelo interesse de um grupo.

A terceira etapa da análise foi direcionada para o tratamento que a Folha dá às declarações e para os possíveis deslizamentos de sentido entre as declarações destacadas nos títulos e o corpo das matérias. Identificamos que a operação que predomina no funcionamento do jornalismo declaratório do veículo é a **alteração da formulação das declarações destacadas**, que acontece em **128 matérias (56,6%)**. Nessa categoria, há três subdivisões: quando o sentido da declaração inicial é preservado, presente em 105 textos, quando há deslizamento de sentido, em 20, e quando ocorre a aglutinação de declarações em uma só entre aspas, em três casos.

Percebemos que o jornal não apenas relata declarações, mas as reformula com frequência – e essa reformulação pode assumir diferentes formas, como condensação, simplificação e reorganização. Nos casos em que essa alteração gera modificação de sentido, a nova formulação pode intensificar ou atenuar o enunciado, provocando até mesmo um novo enquadramento.

Algo que nos chama a atenção é que mesmo enunciados que passam por alteração na formulação são mantidos entre aspas, como se fossem reproduções literais, assim como aqueles que também sofrem alteração permanecem em primeira pessoa do singular, embora sejam reproduzidos sem aspas. Em ambos os casos, há um problema, porque o leitor pode ser levado a crer que o que está sendo apresentado (o que foi dito) ocorreu da forma como foi noticiado, quando, na realidade, foi realizado um trabalho de edição pelo jornalista. Mesmo que saibamos que todos os títulos e matérias passem por edições, nesses casos as transformações das declarações ficam explícitas, já que há diferenças entre o que está nos títulos e o que foi publicado no corpo das matérias.

Também é importante ressaltar os casos em que ocorre a aglutinação de declarações em uma só entre aspas. Nesses exemplos, embora o conteúdo possa derivar de falas que de fato ocorreram, a estrutura final do título resulta de uma montagem editorial – mas isso pode não ficar claro para o leitor, já que as aspas funcionam como um marcador de discurso direto. Podemos dizer que há uma baixa transparência com o público.

Há 54 ocorrências em que a declaração é apresentada sem alterações na formulação. Consideramos, no entanto, que mesmo esse tipo de reprodução não é neutro. Existe uma escolha por parte do jornalista em destacar determinado trecho, e elevá-lo à posição de destaque no título é um processo marcado por operações de seleção e hierarquização. Esses movimentos são naturais na prática jornalística, mas a análise nos mostrou mais claramente essas escolhas.

Quando a declaração é reproduzida com uma lacuna de sentido, em 44 casos, a estrutura da fala inicial é mantida, mas são suprimidos elementos indispensáveis para a compreensão plena do enunciado. Nesta classificação, também há duas subdivisões: quando o subtítulo preenche a lacuna, em 28 matérias, e quando o subtítulo não preenche, em 16. Como vimos, mesmo em exemplos que o subtítulo minimiza a margem de interpretações equivocadas que poderiam surgir apenas a partir da leitura do título, ainda é possível que a declaração seja interpretada de forma fragmentada, considerando que o ambiente digital facilita a circulação autônoma do título.

O somatório desses aspectos nos permite delinear algumas percepções sobre o funcionamento discursivo do jornalismo declaratório. Observa-se que os declarantes do campo político são dominantes e se beneficiam ao ocupar posições de destaque nos títulos. Estar em evidência na imprensa é particularmente estratégico para esse grupo, dada a necessidade constante de visibilidade perante os eleitores e a sociedade em geral. Essa dinâmica faz com que agentes políticos busquem reiteradamente ocupar esse espaço na imprensa, e o jornalismo declaratório torna-se um caminho viável para a amplificação de suas falas.

É importante destacar, contudo, que agentes de outros campos também são inseridos em materiais produzidos sob a lógica do jornalismo declaratório, ainda que em proporções significativamente menores. Para integrantes do campo cultural, por exemplo, a visibilidade midiática é um recurso importante para a divulgação de obras, projetos e posicionamentos públicos, o que faz com que suas declarações, especialmente aquelas de teor avaliativo ou controverso, também sejam mobilizadas como elemento central das matérias.

Mascarado por uma suposta simplicidade – a de apenas reproduzir o que foi dito –, o jornalismo declaratório revela uma complexidade significativa, permeada por diferentes condicionantes institucionais, econômicos e discursivos que influenciam a seleção das vozes, o destaque conferido às falas e os efeitos de

sentido produzidos. Trata-se, como já dissemos, de uma prática em constante movimento, que se intensifica, se adapta e se reconfigura de acordo com as transformações vividas pelo jornalismo e pela sociedade.

Em uma proposta de definição sobre a prática, entendemos, portanto, que o jornalismo declaratório é um fenômeno que reproduz e amplifica declarações capazes de atrair a atenção dos leitores, seja pela polêmica que suscitam, pelo conflito que instauram, pelo teor avaliativo que carregam ou pelo apelo à curiosidade e à controvérsia. Dessa forma, configura-se como uma prática que privilegia a visibilidade e o impacto em detrimento da mediação jornalística e do aprofundamento informativo.

Essa praxe tende a favorecer as opiniões impressionistas e não sustentadas, afastando o jornalismo do compromisso com a verdade e com a informação qualificada. A circulação de declarações nesse formato pode reforçar narrativas enganosas e ampliar a disseminação de desinformação, especialmente em contextos de forte polarização política e intensa disputa discursiva.

Quando determinadas falas ganham visibilidade jornalística sem serem acompanhadas de informações complementares, dados ou contextualizações necessárias, discursos impressionistas podem adquirir aparência de legitimidade perante o público. Nesse cenário, cria-se a possibilidade de o jornalismo declaratório contribuir para a consolidação de percepções equivocadas sobre os acontecimentos, favorecendo a circulação de interpretações superficiais ou descoladas da complexidade dos fatos.

O jornalismo declaratório da Folha de S.Paulo é predominantemente marcado por falas de declarantes do campo político, por declarações avaliativas e por alterações na formulação das declarações destacadas nos títulos. Há, evidentemente, casos em que as declarações carregam um teor informativo, principalmente em ocorrências relacionadas à descrição de acontecimentos, mas em menor proporção.

As declarações destacadas nos títulos, quando não são consideradas suficientemente atrativas pelo jornal, tendem a passar por reformulações que podem, inclusive, deslizar o sentido presente no texto da matéria. A visada de captação frequentemente se sobrepõe à de informação, fazendo com que o potencial de engajamento dos leitores prevaleça sobre a busca pela verdade, a precisão e a contextualização. De modo geral, observa-se um baixo compromisso

informativo, no qual a responsabilidade com a clareza e com a qualidade da informação torna-se secundária diante das estratégias de captação, refletindo em um tipo de jornalismo muitas vezes inconsequente.

No jornalismo declaratório, é preciso reforçar que há um processo consciente de seleção de trechos de declarações, eventuais manipulações desses enunciados nos títulos e hierarquização do que pode chamar mais a atenção. O resultado final é um produto gerado para ganhar visibilidade, obedecendo a uma lógica voltada ao lucro: quanto mais repercussão, melhor para o veículo. Nesse contexto, quem perde são os leitores, que passam a ter acesso a um conteúdo esvaziado de aprofundamento.

Esta pesquisa também possibilita uma série de desdobramentos, com lacunas que poderão ser preenchidas em estudos futuros. São viáveis, por exemplo, o cruzamento de dados das três etapas da análise para aprofundar o estudo e permitir delimitações mais precisas do objeto, bem como a ampliação do *corpus* para outros veículos, a realização de recortes de gênero nos declarantes e a investigação comparativa entre os diferentes espectros políticos dos sujeitos que recebem uma posição de destaque. Além disso, seria possível verificar de forma mais detalhada os princípios estabelecidos no manual de redação do próprio veículo e confrontá-los com as práticas observadas no cotidiano de produção, a fim de identificar incongruências e eventuais descumprimentos das recomendações.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARAÚJO, Artur; TEIXEIRA, Ailma. Jornalismo declaratório no Twitter: como os usuários reagem à reprodução de declarações de Bolsonaro com desinformação? **Galáxia**, São Paulo, v. 48, 2023.

ARAÚJO, Arthur. Ao que nos referimos quando falamos em jornalismo declaratório? Uma análise de matérias “acusadas” de declaratórias no Twitter. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 20., 2022. **Anais eletrônicos [...]**.

ARAÚJO, Arthur. Elementos para uma reflexão sobre o jornalismo declaratório. **Contracampo**, Niterói, v. 42, n. 3, 2023.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, 1990.

BARSOTTI, A; LATGÉ, L. C. . O sequestro da notícia: os desafios da imprensa na cobertura do governo de Jair Bolsonaro em tempos de negacionismos e desinformação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 45., 2022. **Anais eletrônicos [...]**.

BARSOTTI, Adriana. As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório: como a imprensa ampliou a desinformação sobre o meio ambiente. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2023.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, v. 1, n. 14, 2006.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, 2008.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MOURA, Cláudia Peixoto de (orgs.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: NETO, Antônio; PINTO, Milton (org.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 188 - 193.

BEZUNARTEA, Ofa. Uso y abuso de 'declaraciones': el vicio de la prensa. **Revista de Estudios de Comunicación**, p. 225-245, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BORGES, Lázaro. **Diagnóstico sobre o jornalismo declaratório e o jornalismo de dados em portais jornalísticos de Mato Grosso**. Trabalho de conclusão de curso (Jornalismo). Cuiabá: UFMT, 2019.

BUENO, Thaísa; REINO, Lucas Santiago Arraes. SEO no jornalismo: títulos testáveis e suas implicações. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2019a.

BUENO, Thaísa; REINO, Lucas Santiago Arraes. O que muda e o que permanece na estrutura dos títulos de jornais na internet?. **Comunicologia**, Brasília, v. 12, n. 2, 2019b.

BUENO, Thaísa; REINO, Lucas Santiago Arraes. **Títulos jornalísticos**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2019.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Brasília: Fenaj, 2007. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

COMASSETTO, Leandro. **As razões do título e do lead**: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia. Dissertação (Mestrado em Letras). Florianópolis: UFSC, 2001.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CHAGAS, Luãn José Vaz; CRUZ, Marcio Camilo da. Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. **Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre jornalismo**, v. 11, n. 2, 2022a.

CHAGAS, Luãn; CRUZ, Marcio Camilo da. Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. **Radiofonias**, Mariana, v. 13, n. 2, 2022b.

CHAGAS, Luãn José Vaz. Jornalismo declaratório e a naturalização dos fatos na seleção das fontes. **Contemporanea, comunicação e cultura**, v.20, n.2, 2022.

CRUZ, Marcio Camilo da. **Características do jornalismo declaratório em Cuiabá durante o período eleitoral**: uma análise do site *MídiaNews*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Poder). Cuiabá: UFMT, 2022.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Florianópolis: UFSC, 2009.

DOUGLAS, Joaquim. **Jornalismo**: a técnica do título. Belo Horizonte: Agir, 1966.

EDELSON, Chris. Lies, Damned Lies, and Journalism: Why Journalists Are Failing to Vindicate First Amendment Values and How a New Definition of “The Press” Can Help. 2012. **SSRN Electronic Journal**. DOI: 10.2139/SSRN.2106096.

FONTCUBERTA, Mar de. **A notícia**: pistas para compreender o mundo. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

FREIRE, Débora; FERNANDES, David. Quando a técnica jornalística pune: uma reflexão necessária sobre a construção de fake news a partir de fontes oficiais. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16., 2018. **Anais eletrônicos [...]**.

FURTADO, Thais. **As lacunas de sentido no discurso jornalístico**: do repórter ao editor da Revista Veja. Dissertação (Mestrado em Letras). Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GALVÃO, Hadassa. **Twitter, política e cobertura jornalística na campanha para eleições presidenciais, postagens e jornalismo declaratório**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo). Brasília: Uniceub, 2010.

GAUTHIER, Gilles. A verdade: visada obrigatória ao jornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2015.

GEHRKE, Marília et al. All the president's lies: how Brazilian news media addressed false and inaccurate claims in their titles. **Journalism Practice**, 2023. DOI: 10.1080/17512786.2023.2174579

GEHRKE, Marília. **O uso de fontes documentais no jornalismo guiado por dados**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2018.

GONÇALVES, Eveline Regina. **Telejornalismo na cibercultura**: a incidência do jornalismo declaratório nas TVs de Campina Grande e sua operacionalidade através do WhatsApp. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas). João Pessoa: UFP, 2018.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004.

GRADIM, Anabela. **Manual de jornalismo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2000.

GUERRA, Josenildo. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. Verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1993.

HARTMANN, Marcel. **Dilemas éticos dos jornalistas brasileiros no jornalismo metrificado**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Porto Alegre: UFRGS, 2024.

HENRIQUES, Rafael Paes. O jornalismo declaratório e a objetividade jornalística. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 18., 2020a. Anais eletrônicos [...].

HENRIQUES, Rafael Paes. Entendimento sobre objetividade prejudica a investigação jornalística. **A Gazeta**, Espírito Santo, 25 nov. de 2020b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/artigos/entendimento-sobre-objetividade-prejudica-a-investigacao-jornalistica-1120>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

HENRIQUES, Rafael Paes. Entendimentos de objetividade entre os jornalistas brasileiros: o que se pretende ser, quando se quer ser objetivo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 17, n. 3, 2021a.

HENRIQUES, Rafael Paes. A objetividade jornalística por aproximação ou como ritual estratégico. **Contemporanea** | comunicação e cultura, v.19, n.2, 2021b.

HIDALGO, Antonio López; BARRERO, Ángeles Fernández. Notícias falsas, incorretas e incompletas: os desafios dos jornalistas em busca da retificação voluntária. A experiência espanhola. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, v. 8, n. 2, p. 212-236, 2012.

KALSING, Janaína; PITHAN, Liana; EICHLER, Vivian. Perspectivas e tensionamentos sobre a utilização de métricas de audiência no jornalismo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41. 2018. **Anais eletrônicos [...]**

KALSING, Janaína. **Jornalistas metrificados e a plataformização do jornalismo**. Tese (Doutorado em Comunicação). Porto Alegre: UFRGS, 2021.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Blur: How to Know What's True in the Age of Information Overload**. New York: Bloomsbury, 2010.

LAGE, Nilson. **A Reportagem**. Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro. Record, 2001.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 11, n. 2, 2015.

LÜCKMAN, Ana Paula; FONSECA, Virgínia. Contexto e contextualização no jornalismo: uma proposta conceitual e metodológica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 30, 2023.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Jornalismo, conhecimento e contexto: pensamento complexo para uma atividade em transformação**. Florianópolis: Insular, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. Aforizações políticas, mídias e circulação de enunciados. **Linguagem**, São Carlos, ed. 20, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. São Paulo: Parábola, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2018.

MANUAL da Redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país. São Paulo: **Publifolha**, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião pública**, v. 18, n. 1, 2012.

- MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, 2002.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MUNIVE, Mário. Periodismo de declaraciones: Cuando la prensa renuncia a ser el lugar de los hechos. **Conexion**, v. 5, n. 6, p. 43-57, 2016.
- OLIVEIRA, Israel Dias. **Jornalismo declaratório**. São Paulo: Casa Flutuante, 2018.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade**, v. 14, 2000.
- POLLACCHINNI, Rafaela. **O jornalismo declaratório da Folha de S. Paulo**: análise discursiva dos títulos a partir da estratégia do destacamento. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo). Porto Alegre: UFRGS, 2023.
- POLLACCHINNI, Rafaela; BENETTI, Marcia. Jornalismo declaratório e tipologia das declarações: asserções avaliativas, descritivas e prescritivas. **Mídia e Cotidiano**, v. 19, n. 2, 2025.
- REGINATO, Gisele. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.
- ROCHA, Gabriela. A prática do jornalismo declaratório na cobertura de educação e consequências na qualidade das notícias. **Revista Comfilotec**, v. 12, 2020.
- RODRIGUES, Adriano. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1999.
- RUBIM, Antônio Albino; COLLING, Leandro. Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, n. 10, 2007.
- SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SANTOS, Yuri et al. O imaginário social sobre as mídias noticiosas: impactos do negacionismo de Jair Bolsonaro e do jornalismo declaratório na opinião pública. **Anagrama**, n. 15, 2021.

SARTOR, Basilio. A noção de interesse público no jornalismo: dimensões conceituais. In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: SBPJor, 2018.

SILVA, Gabriel Rodrigues da. Jornalismo e desinformação: a cobertura das declarações falsas ou distorcidas do presidente Bolsonaro na Folha de S.Paulo (2019-2021). **Revista Miguel**, Rio de Janeiro, n. 7, 2022.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009a.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, 2009b.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 21, 2003.

TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, 2005.

TAMBOSI, Orlando. Jornalismo e teorias da verdade. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 30, n. 1, 2007.

TRÄSEL, Marcelo. Guerras culturais, hacking e as vulnerabilidades do jornalismo à desinformação. **Liinc em Revista**, v. 19, n. 2, 2023.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

VÁZQUEZ BERMÚDEZ, Miguel Ángel. Los medios toman partido. **Ámbitos**, n. 15, p. 257-267, 2006.

APÊNDICE A - ESTADO DA ARTE

Apesar de não ser um problema novo no jornalismo, ainda há uma lacuna nos estudos sobre jornalismo declaratório. Esta pesquisa visa, portanto, contribuir no preenchimento desse espaço ao promover um estudo sobre a temática com foco no modo como o jornalismo declaratório se estrutura. As pesquisas sobre o tema são relevantes para compreender o cenário atual de produção jornalística no país, fortemente ligada a essa prática nos últimos anos.

Pesquisas com as expressões “jornalismo declaratório”, “declaração”, e “objetividade jornalística” foram realizadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nas revistas Galáxia e Brazilian Journalism Research e no Google Acadêmico. Também foram utilizados os repositórios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da Universidade Federal de Santa Maria, além dos anais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), e as buscas trouxeram algumas pesquisas com as quais pretendo dialogar.

No artigo *O sequestro da notícia: os desafios da imprensa na cobertura do governo de Jair Bolsonaro em tempos de negacionismos e desinformação*, de Adriana Barsotti, publicado em 2022 e escrito em colaboração com Luiz Cláudio Latgé, é questionada a validade de métodos e teorias do jornalismo para a cobertura do governo Bolsonaro, marcado pelo negacionismo e pelo ataque à ciência, ao jornalismo e ao direito. A partir da revisão bibliográfica da teoria do agendamento, da objetividade jornalística e dos valores-notícia e da análise de textos de três jornais, os autores abordam os limites de práticas jornalísticas consagradas diante de um presidente que mente, dissemina desinformação e ataca jornalistas.

Em *As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório: como a imprensa contribuiu para ampliar a desinformação sobre o meio ambiente*, de 2023, Barsotti também estudou a cobertura da imprensa sobre seis declarações falsas em relação ao meio ambiente mais repetidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em seu mandato, com a análise de 33 títulos e subtítulos de nove sites de jornais. Dessa forma, verificou que 21 eram declaratórios, apenas 11 tinham teor crítico e somente um apontou que Bolsonaro estava mentindo. A autora concluiu que o jornalismo

contribuiu para ampliar a desinformação sobre o meio ambiente. Nos dois artigos, são abordados os dilemas em noticiar declarações com informações falsas proferidas por governantes.

No artigo *Jornalismo declaratório no Twitter: como os usuários reagem à reprodução de declarações de Bolsonaro com desinformação?*, Araújo e Teixeira (2023) analisaram a reação de usuários do Twitter diante de títulos dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* que trazem declarações falsas de Jair Bolsonaro sobre a vacina contra covid-19. Os resultados mostram que os usuários criticam o jornalismo declaratório porque identificam que ele amplia a desinformação.

Em *Elementos para uma reflexão sobre o jornalismo declaratório*, Araújo (2023), ao identificar a baixa produção teórica acerca da temática, realiza uma proposta de reflexão sobre a prática baseada em cinco dimensões: visibilidade e circulação, tensionamento da declaração, notoriedade da fonte, relevância do tema e percepção de nocividade da declaração para o debate público. Além disso, propõe a manutenção da categoria enquanto parte da crítica às práticas jornalísticas, rejeitando seu enquadramento como especialidade ou como tipologia textual.

Araújo (2022) também pesquisa o tema no artigo *Ao que nos referimos quando falamos em jornalismo declaratório? Uma análise de matérias “acusadas” de declaratórias no Twitter*, em que analisa as matérias publicadas por veículos jornalísticos em suas contas nesta rede social, cujos comentários denunciam a prática. Dentre os resultados, aponta que os leitores tendem a identificar como jornalismo declaratório notícias cujo título traz aspas de fontes oficiais, majoritariamente de caráter opinativo, sem interferência da voz do jornalista.

Freire e Fernandes (2018), no artigo *Quando a técnica jornalística pune: Uma reflexão necessária sobre a construção de fake news a partir de fontes oficiais*, discutem as consequências do uso de informações de fontes oficiais na construção narrativa de notícias e da falta de apuração jornalística, que intensificam a produção e a disseminação de desinformação. Em *Jornalismo e desinformação: a cobertura das declarações falsas ou distorcidas do presidente Bolsonaro na Folha de S. Paulo (2019-2021)*, Silva (2022) traz a análise de 25 reportagens publicadas na Folha de S. Paulo sobre declarações falsas ou distorcidas de Jair Bolsonaro nos primeiros três anos de seu governo, problematizando especialmente a contextualização em títulos e subtítulos, a presença de outras fontes e o espaço ao contraditório.

No artigo *All the President's Lies: How Brazilian News Media Addressed False and Inaccurate Claims in Their Titles*, Gehrke et al. (2023) examinam como a mídia brasileira cobriu declarações falsas e enganosas feitas pelo presidente Jair Bolsonaro no primeiro ano da pandemia de covid-19. Para isso, foram extraídos títulos de 111 notícias relacionadas a 21 episódios de desinformação. Entre os resultados, os autores destacam que 60,36% do conteúdo reproduzia o discurso do presidente sem reconhecer que era uma mentira ou um erro, enquanto 26,13% apresentavam elementos de contextualização. Apenas 13,51% dos títulos corrigiram as afirmações falsas ou enganosas de Bolsonaro.

No artigo *O imaginário social sobre as mídias noticiosas: impactos do negacionismo de Jair Bolsonaro e do jornalismo declaratório na opinião pública*, Santos et al. (2021) buscam compreender como o negacionismo político de Jair Bolsonaro e do jornalismo declaratório impactam os imaginários sociais sobre as mídias noticiosas.

Rocha (2020), no artigo *A prática do jornalismo declaratório na cobertura de educação e consequências na qualidade das notícias*, foca na forma como o jornalismo declaratório, intensificado na era tecnológica, afeta a credibilidade da cobertura de educação em um contexto de polarização política do Brasil. É importante ressaltar que diversos artigos tiveram como foco o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que indica que o governo Bolsonaro acabou por potencializar os estudos sobre jornalismo declaratório.

Neste mapeamento, identificamos apenas um livro focado nesta temática, intitulado *Jornalismo Declaratório*, de Oliveira (2020). A obra busca investigar e trazer possíveis definições sobre o jornalismo declaratório, além de classificá-lo como uma especialidade do jornalismo.

Autores como Rafael Paes Henriques, Luãn José Vaz Chagas e Marcio Camilo da Cruz também abordam o jornalismo declaratório e sua relação com declarações de fontes oficiais. Em *O jornalismo declaratório e a objetividade jornalística*, Henriques (2020a) indica que o que se espera de notícias sobre as declarações do presidente da República em relação à covid-19 depende diretamente do que se entende sobre a objetividade jornalística, devido à centralidade dessa noção para a atividade de produção de notícias. Para o autor, as diferentes maneiras de se compreender esse conceito podem explicar as escolhas realizadas pelos jornalistas na cobertura de declarações de autoridades públicas.

Em *Jornalismo declaratório e a naturalização dos fatos na seleção das fontes*, Chagas (2022) analisa a percepção dos profissionais sobre a seleção das fontes e a naturalização dos fatos com o jornalismo declaratório presente na cobertura cotidiana. Como resultado, o autor destaca as formas de dependência e passividade dos profissionais na relação com fontes profissionalizadas. Em estudo publicado no ano de 2022a em conjunto com Cruz, intitulado *Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais*, é abordada a seleção das fontes políticas e as formas com que as vozes destes agentes são posicionadas nos discursos noticiosos.

Em mais um artigo publicado em parceria sobre o tema, *Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan*, Chagas e Cruz (2022b) analisam a seleção das fontes na cobertura das convenções eleitorais de 2022 dos candidatos Jair Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes no Jornal da Manhã da Jovem Pan. O estudo teve como objetivo perceber a recorrência das principais vozes e temáticas selecionadas e a incidência do jornalismo declaratório na emissora.

No trabalho de conclusão de curso (TCC) *Twitter, política e cobertura jornalística na campanha para eleições presidenciais, postagens e jornalismo declaratório*, Galvão (2010) pesquisa a utilização do Twitter por candidatos a presidente da República no Brasil em 2010 e como a imprensa usa essas informações como base para matérias, resultando no jornalismo declaratório. Outro TCC identificado neste mapeamento foi o *Diagnóstico sobre o jornalismo declaratório e o jornalismo de dados em portais jornalísticos de Mato Grosso*, de Borges (2019), que avalia o fenômeno do jornalismo declaratório e o conhecimento de repórteres sobre o jornalismo de dados, para verificar como as potencialidades da aplicação desta noção poderiam melhorar a qualidade da produção noticiosa regional.

A pesquisa para o estado da arte localizou apenas duas dissertações sobre este tema e nenhuma tese de doutorado:

a) “Telejornalismo na cibercultura: a incidência do jornalismo declaratório nas TVs de Campina Grande e sua operacionalidade através do WhatsApp”, defendida por Eveline Regina Gonçalves na Universidade Federal da Paraíba em 2018. A autora estuda a relação entre o uso do WhatsApp, por jornalistas e fontes, e a incidência de jornalismo declaratório em três emissoras de TV de Campina Grande,

na Paraíba. A pesquisa constata que declarações em vídeos ou áudios, enviadas pelas fontes por meio do aplicativo de mensagens, embasam o jornalismo declaratório;

b) “Características do jornalismo declaratório em Cuiabá durante o período eleitoral: uma análise do site *MidiaNews*”, defendida por Marcio Camilo da Cruz na Universidade Federal do Mato Grosso em 2022. Tomando como tema a eleição de 2020 para a prefeitura de Cuiabá, o autor analisou 57 notícias publicadas no site em duas semanas – a última do primeiro turno e a última do segundo. A análise parte da Teoria dos Atos de Fala e chega a resultados importantes sobre a alta incidência de notícias baseadas apenas em falas das fontes, a ausência de contraditório a essas declarações e a ausência de vozes populares e de especialistas.

Na maioria dos materiais coletados são analisadas declarações de agentes políticos, que são personagens predominantes no jornalismo declaratório, como demonstram também os resultados da monografia que desenvolvi em 2023. Cabe ressaltar a baixa produção de estudos na pós-graduação que englobam essa prática, o que torna ainda mais relevante o desenvolvimento de dissertações e teses que estudem esse fenômeno tão presente no cotidiano da imprensa. É importante destacar, ainda, que a maior parte dessas pesquisas é recente, produzidas principalmente entre 2018 e 2023, demonstrando o quanto a temática é atual e necessária ao campo de pesquisa em jornalismo.

APÊNDICE B - CORPUS NA ÍNTEGRA

Matéria	Data	Título e subtítulo
M1	1/1/25	T1 - Raquel Lyra elogia parceria com governo Lula e diz que PSDB precisa se reencontrar <i>SUB1 - Em entrevista à Folha, governadora de Pernambuco diz que mudança de partido não é prioridade</i>
M2	1/1/25	T2 - 'Donos de redes sociais' não decidirão eleições na Alemanha, diz Scholz na TV <i>SUB2 - Primeiro-ministro faz citação indireta a Elon Musk, cabo eleitoral da extrema direita, em pronunciamento de fim de ano</i>
M3	2/1/25	T3 - Nunes agradece a Bolsonaro, fala em pacificar o Brasil e diz que quer ser 'agente da moderação' em novo mandato <i>SUB3 - Aos 57 anos, ele é o 64º mandatário da cidade de São Paulo; cerimônia na Câmara Municipal teve gritos de 'Viva Bolsonaro' e 'Sem anistia'</i>
M4	2/1/25	T4 - Apreendi sobre racismo na ditadura com meu personagem, diz ator de 'Ainda Estou Aqui' <i>SUB4 - Augusto Trainotti interpreta soldado do DOI-Codi; jovem exalta parceria com Fernanda Torres</i>
M5	3/1/25	T5 - Nunes criou 'República dos Ricardos' na prefeitura de SP, brincam aliados <i>SUB5 - Prefeito de SP, vice e presidente da Câmara Municipal são xarás</i>
M6	3/1/25	T6 - Secretário da Desestatização de Nunes diz que SP não vai desfazer concessão de cemitérios <i>SUB6 - Luiz Fernando Machado afirma que é importante dar segurança jurídica a projetos</i>
M7	3/1/25	T7 - Gustavo Lima diz que procura partido para se candidatar a presidente do Brasil <i>SUB7 - Assessoria do cantor afirma que sertanejo está à disposição 'caso o país venha a precisar'</i>
M8	3/1/25	T8 - Prefeito de Maricá diz que usará bilhões do pré-sal para reduzir dependência do petróleo <i>SUB8 - Em seu terceiro mandato, Washington Quaquá usará R\$ 2,5 bilhões de fundo para fazer da cidade fluminense polo turístico</i>
M9	3/1/25	T9 - FBI diz que explosão em Las Vegas não tem ligação com ataque em Nova Orleans <i>SUB9 - Polícia americana recua e agora afirma acreditar que homem agiu sozinho; morto em Tesla também era militar dos EUA</i>
M10	3/1/25	T10 - Prestes a ser preso, presidente afastado da Coreia do Sul diz que vai lutar até o fim <i>SUB10 - Tribunal emitiu mandado de prisão contra Yoon Suk Yeol depois que ele se recusou a prestar depoimento sobre lei marcial</i>

M11	3/1/25	T11 - Cidade subterrânea é a opção mais factível para colonizar Marte, diz bióloga americana <i>SUB11 - Dessa forma, seres humanos se protegeriam da radiação no planeta vermelho</i>
M12	3/1/25	T12 - Moraes diz a delegados que instituições não compreenderam riscos que democracia correu em 2022 <i>SUB12 - Integrantes do Movimento Delegados pela Democracia (MDD) homenagearam ministro do STF por sua coragem</i>
M13	3/1/25	T13 - Luan Pereira diz que passou a usar chapéu na infância ao se inspirar em Rionegro e Solimões <i>SUB13 - 'Quando era criancinha, ficava na frente da TV, cantando as músicas deles, e pedindo para minha mãe um chapéu', revela o expoente do agronejo em programa na Globo</i>
M14	4/1/25	T14 - Presidente da Câmara de SP diz que técnicos vão avaliar devolução de privada por ex-vereadora <i>SUB14 - Janaína Lima levou objetos do gabinete antes de entregá-lo a sucessor; ela diz que foram adquiridos com recursos próprios</i>
M15	4/1/25	T15 - Irmão de Cleitinho diz que senador pode ir para o Novo para disputar governo de MG <i>SUB15 - Presidente do partido diz que portas estão abertas para filiação, mas que candidato da legenda será o vice de Zema</i>
M16	4/1/25	T16 - Marçal liga para Gustavo Lima e diz que ele é bem-vindo na política <i>SUB16 - Influenciador diz que cantor sertanejo, que diz querer disputar a Presidência, representa uma nova safra de políticos</i>
M17	4/1/25	T17 - PT sobrevive ao pós-Lula, diz deputada que se projetou na esquerda após eleição <i>SUB17 - Deputada apontada como liderança jovem defende partido mais próximo de bandeiras de esquerda</i>
M18	4/1/25	T18 - Brasil está entrando em ciclo perverso, diz empresário Rubens Menin <i>SUB18 - Fundador da MRV, do banco Inter e da CNN Brasil diz que alta dos juros 'vai sangrando até momento que não tem volta'</i>
M19	4/1/25	T19 - Política econômica de Trump prejudicará crescimento, dizem economistas em pesquisa do Financial Times <i>SUB19 - Maioria dos entrevistados afirma que mudança para protecionismo ofuscará benefícios de outras políticas previstas</i>
M20	5/1/25	T20 - Defendo a vida, mas não é pauta da minha pasta, diz secretária de Nunes <i>SUB20 - Angela Gandra afirma que é grata a Bolsonaro e quer atuar por acolhimento e integração de imigrantes</i>
M21	5/1/25	T21 - Brasil vive crise de credibilidade, e é Lula que precisa mudar essa percepção, diz Elena Landau

		<i>SUB21 - Economista afirma que não esperava uma deterioração tão rápida dos indicadores e que 'não dá mais para falar de pequenos ajustes': 'Precisa dar um cavalo de pau'</i>
M22	5/1/25	T22 - Novo governo Trump vai ser pior para imprensa, diz ex-ombudsman do New York Times <i>SUB22 - Crítica de mídia afirma que veículos dos EUA agem com covardia diante de ataques do presidente eleito e repetem erros de 2016</i>
M23	5/1/25	T23 - Trump pode ameaçar refugiados e levar EUA de volta à década de 40, diz diretor de associação latina <i>SUB23 - Representante de tradicional entidade de direitos civis afirma que o republicano pode implementar uma das políticas de imigração mais restritivas da história</i>
M24	5/1/25	T24 - Ligação entre álcool e câncer deve ser alertada em rótulos, diz autoridade de saúde dos EUA <i>SUB24 - Recomendação derrubou ações de algumas das maiores companhias de bebidas americanas</i>
M25	5/1/25	T25 - Rodrigo Garro, do Corinthians, se envolve em acidente que deixou um morto, dizem jornais argentinos <i>SUB25 - Meio-campista, que faz aniversário neste sábado, dirigia caminhonete que se chocou com moto em General Pico; clube diz acompanhar investigações</i>
M26	5/1/25	T26 - 'Dentro daquele contexto, fiz o melhor que podia', diz ex-diretora da Vogue sobre acusação de assédio moral <i>SUB26 - Daniela Falção relembra altos e baixos e comemora sucesso de seu negócio próprio, a plataforma Nordestesse</i>
M27	6/1/25	T27 - Escassez de água é ameaça a empresas europeias, diz comissária da UE <i>SUB27 - Jessika Roswall afirma que bloco precisa também reduzir o desperdício na distribuição</i>
M28	6/1/25	T28 - Não franzo a testa desde 1987, diz médica que descobriu o uso cosmético do botox <i>SUB28 - Jean Carruthers nunca conseguiu a patente pela invenção, que surgiu em meio a um tratamento oftalmológico</i>
M29	6/1/25	T29 - Segurança pública em SP virou palanque eleitoral e perdeu gestão técnica, diz professor da FGV <i>SUB29 - Para Rafael Alcadipani, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, governo Tarcísio prioriza marketing</i>
M30	7/1/25	T30 - Ato pelo 8 de Janeiro é importante para dizer não ao autoritarismo, diz Messias <i>SUB30 - Advogado-geral da União afirma que evento é construção de memória coletiva para que tentativa de tomada violenta do poder nunca mais seja cogitada</i>

M31	7/1/25	T31 - 'Rir de Deus é um direito', defende chefe do Charlie Hebdo 10 anos após atentado <i>SUB31 - Para Gérard Biard, humor é ferramenta para questionar crenças, expor realidades sociais e reafirmar liberdades</i>
M32	7/1/25	T32 - Haddad descarta alta do IOF para segurar câmbio e diz que prioridade é Orçamento <i>SUB32 - Ministro se reuniu com presidente Lula na manhã desta segunda-feira após cancelar férias</i>
M33	7/1/25	T33 - Presa envenenou farinha de bolo com arsênio no RS por causa de brigas antigas, diz polícia <i>SUB33 - Investigação do caso que deixou três mortes trata caso como homicídio motivado por desavença familiar</i>
M34	7/1/25	T34 - Djokovic diz ainda ficar estressado ao desembarcar na Austrália <i>SUB34 - Tenista sérvio foi deportado do país em 2022 por não ter se vacinado em meio à pandemia de Covid-19</i>
M35	8/2/25	T35 - Somos tratados com furiosa obsessão negativa, diz Barroso sobre críticas ao Judiciário <i>SUB35 - Presidente do STF volta a dizer que Poder não tem culpa por crise fiscal</i>
M36	8/2/25	T36 - Motta diz que 8/1 não foi tentativa de golpe e critica penas aplicadas pelo STF <i>SUB36 - Presidente da Câmara acena com discurso de bolsonaristas e vira alvo de críticas de aliados de Lula</i>
M37	8/2/25	T37 - Lula diz que vai fazer 'muitas políticas de crédito' para incentivar consumo <i>SUB37 - 'Na hora que o dinheiro começa a circular na mão das pessoas, vão comprar comida, roupas', diz presidente na Bahia</i>
M38	8/2/25	T38 - Haddad diz que BC precisa de 'sabedoria' para inibir alta de preços sem jogar país em recessão <i>SUB38 - Juros podem ser 'remédio' para controlar inflação, mas devem ser usados 'na dose certa', diz ministro</i>
M39	8/2/25	T39 - Governo estuda reajustar Bolsa Família em meio a alta de alimentos, diz ministro <i>SUB39 - Titular do Desenvolvimento, Wellington Dias, diz que medida é avaliada diante da alta dos preços de alimentos</i>
M40	8/2/25	T40 - Trump enviou 11 mil migrantes para o México desde a posse, diz Sheinbaum <i>SUB40 - Segundo presidente mexicana, cerca de 2.500 são de outras nacionalidades; acordo entre os dois países reforçou fronteira, com envio de 10 mil policiais</i>
M41	8/2/25	T41 - Manobra de piloto indica tentativa de pouso de emergência em avenida de SP, diz especialista

		<i>SUB41 - Para engenheiro mecânico Paulo de Carvalho, também pode ter havido perda de potência da aeronave</i>
M42	8/2/25	T42 - 'Gabinetes viraram estúdio de vídeo', diz novo presidente da Câmara de SP <i>SUB42 - Ricardo Teixeira, do União Brasil, defende forte regulação de serviço de moto por apps e quer discutir emendas impositivas</i>
M43	9/2/25	T43 - Bancos sempre arranjam argumento para aumentar teto do consignado, diz Lupi <i>SUB43 - Ministro defende que conselho da Previdência Social considere fatores como queda do dólar em futura decisão sobre teto do consignado</i>
M44	9/2/25	T44 - Vencemos pela esquerda, mas governamos pelo centro e pela direita, diz dirigente do PT <i>SUB44 - Candidato a presidente do partido, Romênio Pereira defende ampliar espaço da esquerda na reforma ministerial</i>
M45	9/2/25	T45 - Bolsonaro exalta Hugo Motta e diz que anistia do 8/1 não é política, mas humanitária <i>SUB45 - Ex-presidente envia mensagem a aliados após novo presidente da Câmara desvincular ataque de 2023 de tentativa de golpe</i>
M46	9/2/25	T46 - A mente tem que ser sua parceira, não sua inimiga, diz Monja Coen na CasaFolha <i>SUB46 - Curso na plataforma de streaming ensina meditação e seus benefícios para a saúde física e mental</i>
M47	9/2/25	T47 - Tenho a guarda de 20 crianças, diz pastor que acolhe imigrantes brasileiros <i>SUB47 - Rufo Souza vai à Justiça dos EUA a pedido de pais com temor de serem deportados que querem garantir segurança de filhos</i>
M48	9/2/25	T48 - Cristãos no governo Trump escolhem interpretação excludente da Bíblia, diz cientista da religião <i>Para Dan McClellan, todo fiel precisa negociar com o texto bíblico, mas nacionalistas o fazem em nome de ideologia radical</i>
M49	9/2/25	T49 - Cupins e falta de manutenção causaram desabamento em Salvador, diz restaurador <i>SUB49 - Apenas 5 entre 20 templos do centro histórico da capital baiana foram restaurados recentemente</i>
M50	9/2/25	T50 - China diz que é extremamente improvável que Covid-19 tenha 'vazado' de laboratório <i>SUB50 - Porta-voz do país asiático afirma que EUA deveriam parar de difamar e culpar outros países</i>
M51	9/2/25	T51 - Movimentos disruptivos são fundamentais como resposta à crise climática, diz filósofo Roman Krznaric <i>SUB51 - Fundador da The School of Life, autor critica criminalização e prisão de ativistas que realizam protestos em museus e ruas pedindo fim dos combustíveis fósseis</i>

M52	9/2/25	<p>T52 - 'Abdicamos dos egos e vaidades em nome da dupla', diz Fabi Bang sobre parceria com Myra Ruiz em 'Wicked'</p> <p><i>SUB52 - Protagonistas desde 2016 do musical no Brasil, atrizes se preparam para estrear uma nova versão do espetáculo, que virou um fenômeno pop ao redor do mundo</i></p>
M53	10/2/25	<p>T53 - Lula vê com preocupação Senado em 2026 e diz trocar 5 governadores por 1 senador</p> <p><i>SUB53 - Avaliação se baseia no fato de que, nas eleições do próximo ano, haverá número maior de vagas em disputa de senadores hoje alinhados com governo</i></p>
M54	10/2/25	<p>T54 - Motta escorregou na largada e precisa examinar melhor o 8/1, diz coordenador do Prerrogativas</p> <p><i>SUB54 - Marco Aurélio Carvalho, de grupo alinhado a Lula, diz que presidente da Câmara deveria aplicar seus conhecimentos de médico para diagnosticar o que levou aos ataques</i></p>
M55	10/2/25	<p>T55 - PDT negocia federações, mas Lupi se diz cético: 'qual deu certo?'</p> <p><i>SUB55- Ministro da Previdência, principal dirigente pedetista aponta dificuldades em conversas com Solidariedade, PSB e PSDB</i></p>
M56	10/2/25	<p>T56 - Trump diz que anunciará tarifas de 25% sobre aço e alumínio nesta segunda; Brasil é grande fornecedor</p> <p><i>SUB56 - No primeiro mandato, presidente dos EUA impôs medidas semelhantes sobre os produtos, mas abriu exceções</i></p>
M57	10/2/25	<p>T57 - Elon Musk diz que não tem planos de comprar operação do TikTok nos EUA</p> <p><i>SUB57 - Trump, que inicialmente tentou banir plataforma, mudou de posição após ela ajudá-lo a conquistar eleitores jovens</i></p>
M58	10/2/25	<p>T58 - Trump diz que falou com Putin sobre proposta de fim da Guerra na Ucrânia</p> <p><i>SUB58 - Conversa é a primeira direta conhecida entre Putin e um presidente dos EUA desde o início de 2022</i></p>
M59	10/2/25	<p>T59 - Netanyahu diz que Israel conduzirá plano para retirar palestinos de Gaza</p> <p><i>SUB59 - Em entrevista, premiê defendeu proposta de Trump e afirmou que palestinos teriam que 'rejeitar o terrorismo' para voltar</i></p>
M60	11/2/25	<p>T60 - Gleisi mudará 'centro de gravidade' do Planalto, mas comportamento é incógnita, dizem aliados</p> <p><i>SUB60 - Presidente do PT é muito próxima de Lula, com poder de influenciá-lo em temas caros ao partido</i></p>
M61	11/2/25	<p>T61 - 'Vale-peru' de R\$ 10 mil atende 'necessidade nutricional', diz TJ-MT ao STF</p> <p><i>SUB61 - Ministro Cristiano Zanin pediu explicação sobre valor pago em dezembro de 2024</i></p>

M62	11/2/25	<p>T62 - Diretora-geral da OMC sugere 'pegar telefone' e dialogar com Trump</p> <p><i>SUB62 - À Folha nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala diz que países atingidos por tarifas devem 'respirar fundo'</i></p>
M63	11/2/25	<p>T63 - Ex-chanceler de Temer ajuda Lula a destravar acordo com União Europeia, diz presidente da Apex</p> <p><i>SUB63 - Jorge Viana, presidente da agência de promoção do Brasil, diz que Aloysio Nunes Ferreira ajuda governo a convencer países europeus a fecharem acordo com Mercosul, uma saída à guerra comercial entre EUA e China</i></p>
M64	11/2/25	<p>T64 - 'Plugue, baby, plugue', defende Macron em cúpula sobre inteligência artificial</p> <p><i>SUB64 - Presidente francês usa energia limpa como trunfo na disputa contra EUA e China; ministro brasileiro alerta para 'monopólio' da IA</i></p>
M65	11/2/25	<p>T65 - Secom diz que governo não vai taxar plataformas digitais como resposta a tarifas de Trump</p> <p><i>SUB65 - Medida está em estudo, mas secretaria afirma que ela não está na mesa do presidente e que assuntos não serão 'misturados'</i></p>
M66	11/2/25	<p>T66 - MP-SP diz que há 'ineficiência' no serviço de aborto legal e defende multa de R\$ 10 mi contra prefeitura</p> <p><i>SUB66 - OUTRO LADO: Gestão Ricardo Nunes (MDB) diz que procedimento pode ser realizado em quatro hospitais</i></p>
M67	12/2/25	<p>T67 - Não estou desembarcando do governo porque nunca embarquei, diz Paulinho da Força</p> <p><i>SUB67 - Presidente do Solidariedade fala sobre vídeo com críticas a Lula e afirma que petista está errando muito</i></p>
M68	12/2/25	<p>T68 - Novo alfineta PL e diz ser partido mais à direita do Brasil</p> <p><i>SUB68 - Partido lançou campanha de filiação em que afirma ainda não fazer acordo com o centrão e defender Ficha Limpa, ao contrário da legenda de Bolsonaro</i></p>
M69	12/2/25	<p>T69 - Quando terminar meu mandato vocês vão dizer 'Lulinha fica', diz presidente a prefeitos</p> <p><i>SUB69 - Declaração foi dada nesta terça (11) em eventos com gestores municipais de todo o Brasil</i></p>
M70	12/2/25	<p>T70 - Haddad diz que tarifa sobre o aço não é decisão dos EUA contra o Brasil</p> <p><i>SUB70 - Mais cedo, ministro Alexandre Padilha afirmou que o Brasil não entrará em guerra comercial com ninguém</i></p>
M71	12/2/25	<p>T71 - Guerra comercial traz mais oportunidade do que risco para o Brasil, afirma especialista</p> <p><i>SUB71 - Ian Craig, sócio-líder de Global Trade da EY Brasil, diz que esse é o momento de posicionar o país como um parceiro mais próximo dos Estados Unidos, e não de buscar retaliação</i></p>

M72	12/2/25	T72 - Motta diz em encontro de prefeitos que Câmara terá comissão especial para PEC dos Precatórios <i>SUB72 - Presidente da Câmara participou de evento do governo nesta segunda-feira (10)</i>
M73	12/2/25	T73 - Trump diz que Ucrânia pode 'ser russa um dia' e cobra US\$ 500 bi de Kiev <i>SUB73 - Presidente quer que ucranianos paguem com terras-raras a ajuda militar contra a invasão de Putin</i>
M74	12/2/25	T74 - Noboa diz, sem apresentar provas, que eleição no Equador teve irregularidades na apuração <i>SUB74 - Após acusação do presidente, União Europeia e OEA dizem não ter identificado evidências de fraude no pleito</i>
M75	12/2/25	T75 - Aécio diz que PSDB 'não vai acabar' em fusão com outro partido <i>SUB75 - Ele admite que conversas com lideranças de outras legendas 'estão ocorrendo'</i>
M76	13/2/25	T76 - COP30 não pode ser COP do petróleo, diz Carlos Nobre <i>SUB76 - Cientista afirma que pesquisa para exploração de petróleo na Foz do Amazonas é discussão totalmente contraditória em relação à conferência sobre mudanças climáticas</i>
M77	13/2/25	T77 - Ex-policial bolsonarista que matou petista diz em júri que ida a festa foi 'idiotice' <i>SUB77 - Réu diz que ficou com 'muita raiva' por filho ter sido atingido com terra durante discussão, em 2022</i>
M78	13/2/25	T78 - Remédio de juros altos vai funcionar e BC deve ter 'parcimônia' sobre atividade, diz Galípolo <i>SUB78 - Presidente do BC fala em momento desconfortável no curto prazo, com inflação fora da meta e economia mais fraca</i>
M79	13/2/25	T79 - Carnaval e negócios andam juntinhos, diz Ludmilla <i>SUB79 - Mercado Pago contrata a cantora para ser a estrela de sua campanha para ativar cartões de crédito e fidelizar vendedores em folias de rua</i>
M80	13/2/25	T80 - Alckmin diz que não há guerra tributária e defende diálogo com os EUA após tarifa de Trump sobre aço <i>SUB80 - Declaração foi dada após anúncio de investimentos para o setor de indústria e defesa nacional</i>
M81	13/2/25	T81 - 'Se te prometerem investimento sem risco, cai fora, porque não existe', diz economista na CasaFolha <i>SUB81 - Com 30 anos de experiência, George Wachsmann ensina educação financeira na plataforma de streaming</i>
M82	13/2/25	T82 - É difícil fazer dívida de 20 anos com juro de hoje, diz diretor de construtora de linha do metrô de SP <i>SUB82 - André De Angelo, da Acciona, vê evolução nos contratos de infraestrutura com risco repartido entre empresas e governo</i>

M83	13/2/25	T83 - B3 não vai recuar em agenda de diversidade apesar de mudanças nos EUA, diz presidente <i>SUB83 - Agendas de DEI, criticadas por Trump, vieram para ficar e não são uma moda, disse Gilson Finkelsztain</i>
M84	13/2/25	T84 - BNDES diz que ainda não autorizou recursos a obra da COP30 que impacta espécies ameaçadas <i>SUB84 - Governo do Pará avança com duplicação de rua que desmata vegetação amazônica, e placa diz que banco é origem do dinheiro; 'ainda em análise', afirma diretora Tereza Campello</i>
M85	14/2/25	T85 - Zema não deveria fazer crítica simplória a Lula, diz seu ex-marqueteiro, após vídeo da banana <i>SUB85 - Publicitário Leandro Gróppo, que cuidou da publicidade do mineiro em 2018 e 2022, afirma que é preciso transmitir mensagem propositiva</i>
M86	14/2/25	T86 - Pena de 17 anos foi para garantir punição a invasores, diz líder do PDT <i>SUB86 - Deputado Mário Heringer (MG) avalia que penas 'excessivas' poderão ser reduzidas com recursos</i>
M87	14/2/25	T87 - Lula diz que projeto vai entregar gás gratuito a 22 milhões de famílias <i>SUB87 - Presidente participou de solenidade no Amapá e criticou o preço do gás pago pelo consumidor</i>
M88	14/2/25	T88 - Haddad diz que deve enviar reforma do IR e consignado privado ao Congresso antes do Carnaval <i>SUB88 - Ministro defende propostas e nega contradição entre expansão do crédito e trabalho do BC para esfriar economia</i>
M89	14/2/25	T89 - Esteves, do BTG, diz que governo Trump está perfeito, mas proposta para Gaza é 'meio diferente' <i>SUB89 - Banqueiro diz aprovar agenda pró-negócios do presidente, porém 'guerra não combina com business'</i>
M90	14/2/25	T90 - Trump diz que prazo do TikTok para evitar proibição pode ser estendido <i>SUB90 - Presidente dos EUA assinou medida quando tomou posse para adiar banimento do app em 75 dias</i>
M91	14/2/25	T91 - Musk vai enfrentar consequências por interferir na eleição da Alemanha, afirma líder nas pesquisas <i>SUB91 - Conservador Friedrich Merz tem sido crítico ao partido de extrema direita AfD, apoiado pelo bilionário, e diz que nunca formaria uma coalizão com a sigla</i>
M92	14/2/25	T92 - Considerado foragido, suspeito de mandar matar Gritzbach tem ligação com PCC e CV, diz polícia <i>SUB92 - Traficante Emílio Castilho foi alvo de operação da polícia nesta quinta, mas não foi encontrado; delegada diz que ele está na Vila Cruzeiro, no Rio</i>

M93	14/2/25	T93 - Nísia diz que todos os medicamentos do Farmácia Popular passam a ser retirados de graça <i>SUB93 - Fralda geriátrica e um remédio para diabetes e doenças cardiovasculares entraram na lista da gratuidade</i>
M94	14/2/25	T94 - Lula diz que não vai 'tirar pobre da rua' para COP30 e que, se preciso, visitante dormirá sob 'estrela do céu' <i>SUB94 - Presidente entregou casas do Minha Casa Minha Vida em Belém e visitará obras em curso para a conferência climática da ONU</i>
M95	14/2/25	T95 - Anya Taylor-Joy diz por que se rendeu aos filmes de ação e lança 'Entre Montanhas' <i>SUB95 - Também afeita às produções autorais, atriz tem liberdade para oscilar entre o cinema independente e o de grande orçamento</i>
M96	14/2/25	T96 - Tilda Swinton diz no Festival de Berlim que mundo é assolado por genocídios <i>SUB96 - Atriz discutiu assassinatos em massa no planeta enquanto fazia o seu discurso de agradecimento por um prêmio pela carreira</i>
M97	15/3/25	T97 - 'Fui um presidente marcado para ser deposto', diz Sarney <i>SUB97 - Político maranhense lembra a chegada improvável ao poder há 40 anos e as dificuldades para conduzir a transição democrática</i>
M98	15/3/25	T98 - Lula diz querer saber quem é 'pilantra' que provocou aumento do preço do ovo e promete crédito para puxadinho <i>SUB98 - Presidente também afirmou que isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 será anunciada na terça (18)</i>
M99	15/3/25	T99 - Duterte diz ter problema de saúde e não colabora com TPI em primeira audiência <i>SUB99 - Preso para responder por crimes contra a humanidade, filipino está 'consciente e apto', segundo juíza da corte internacional</i>
M100	15/3/25	T100 - Argentina de Milei flerta com autocracia após viver anos de cleptocracia, diz socióloga <i>SUB100 - Para Lilita De Riz, hoje não há oposição capaz de fazer frente ao presidente ultraliberal</i>
M101	15/3/25	T101 - 'Jamais defenderia abusadores, também não sou homofóbica', diz Baby do Brasil <i>SUB101 - Cantora foi criticada por pregar em culto na D-Edge para que vítimas perdoem seus abusadores</i>
M102	15/3/25	T102 - TV Cultura diz que Luciano Amaral pediu cachê três vezes maior para fazer 'Mundo da Lua' <i>SUB102 - Intérprete de Lucas Silva e Silva, apresentador afirmou que proposta feita pela emissora ficou bem abaixo do valor de mercado</i>
M103	16/3/25	T103 - Lula encontra José Dirceu e diz que ele está com 'cara de candidato' <i>SUB103 - Presidente e ex-ministro estiveram juntos na festa de Marta Suplicy, em SP</i>

M104	16/3/25	T104 - É preciso defender a democracia contra quem planeja volta do autoritarismo, diz Lula <i>SUB104 - Presidente publicou nas redes texto em comemoração aos 40 anos da posse de José Sarney na Presidência</i>
M105	16/3/25	T105 - Demora do STF sobre Lei da Anistia me envergonha, diz Marcelo Rubens Paiva a Cármen Lúcia; veja vídeo <i>SUB105 - Escritor também se manifestou contra perdão a bolsonaristas</i>
M106	16/3/25	T106 - O crescimento econômico não pode ser demonizado, diz Trabuco do Bradesco <i>SUB106 - Presidente do Conselho de Administração prevê disputa entre os bancos pelos clientes do novo consignado privado e diz que Bradesco estará nela ocupando o espaço</i>
M107	16/3/25	T107 - 'Todo governo responsável deve tentar manter inflação sob controle', diz Malan na CasaFolha <i>SUB107 - Um dos pais do Plano Real explica os processos de alta de preços e suas consequências na plataforma de streaming</i>
M108	16/3/25	T108 - EUA avaliam restringir entrada a cidadãos de 43 países, diz jornal; veja lista <i>SUB108 - Documento sobre proibição de viagens encaminhado à Casa Branca divide nações em três categorias de risco</i>
M109	16/3/25	T109 - 'Estou revivendo uma paixão adormecida por um acidente estúpido', diz Marcelo Rubens Paiva <i>SUB109 - Às vésperas de lançar seu novo livro, 'O Novo Agora', escritor retoma seu sonho de juventude: ser líder de uma banda</i>
M110	17/3/25	T110 - Bolsonaro usa ato por anistia para mandar recados em caso de prisão e diz deixar lideranças na direita <i>SUB110 - Ex-presidente manteve seu nome para 2026; ao seu lado, Tarcísio defendeu candidatura presidencial do ex-chefe e atacou governo Lula</i>
M111	17/3/25	T111 - EUA dizem que ataques mataram líderes houthis no Iêmen, e rebeldes prometem retaliação <i>SUB111 - Bombardeios foram a primeira grande ação militar americana desde a volta de Donald Trump à Casa Branca</i>
M112	17/3/25	T112 - 'Foi muito pior do que eu pensava que seria', reclama Hamilton <i>SUB112 - Inglês terminou o GP da Austrália apenas na décima posição em sua estreia pela Ferrari</i>
M113	17/3/25	T113 - Não sou um bom gestor, sou criador, afirma o produtor do premiado 'Ainda Estou Aqui' <i>SUB113 - Rodrigo Teixeira, reconhecido dentro e fora do Brasil, tenta superar agora uma crise com credores causada por dívidas</i>
M114	17/3/25	T114 - Não adianta governo Lula ficar dialogando com a Faria Lima; este é o ano do povo, diz Lindbergh Farias <i>SUB114 - Novo líder do PT afirma que governo está com a faca nos dentes para lutar pela reeleição</i>

M115	17/3/25	T115 - Acham que não ser ofendido por humor é um direito, diz Ricardo Araújo Pereira <i>SUB115 - Comediante português lança versão literária de podcast 'Coisa que Não Edifica Nem Destrói', que explora bases da piada</i>
M116	17/3/25	T116 - 'Elis Regina defenderia o andar de baixo hoje', diz o filho João Marcello Bôscoli <i>SUB116 - Produtor está por trás de show que homenageia a cantora, que faria 80 anos, com nomes como Fagner, Ivan Lins e João Bosco</i>
M117	18/3/25	T117 - Mubadala busca até dez sócios para Bolsa do Rio de Janeiro, diz agência <i>SUB117 - Fundo de Abu Dhabi permanecerá como controlador da nova Bolsa, que será chamada de Base Exchange</i>
M118	18/3/25	T118 - Trump diz que deve falar com Putin sobre usina nuclear e divisão de terras na Ucrânia <i>SUB118 - Presidente dos EUA busca apoio do Kremlin para trégua de 30 dias e acordo que inclua controle de Zaporíjia</i>
M119	18/3/25	T119 - Irã vai 'sofrer consequências' por qualquer novo ataque dos houthis, diz Trump <i>SUB119 - Declaração ocorre após EUA bombardearem Iêmen, base do movimento alinhado a Teerã que tem atacado embarcações no mar Vermelho</i>
M120	18/3/25	T120 - Defesa diz que suspeitos presos em caso de vice-cônsul baleada não estavam armados <i>SUB120 - Advogada afirma que tiro que acertou a diplomata partiu de PM; Gestão Tarcísio diz que segue investigando o caso</i>
M121	19/3/25	T121 - População não quer saber se polícia é militar ou municipal, diz secretário de Nunes <i>SUB121 - Orlando Morando criticou decisão do Tribunal de Justiça barrou a mudança de nome da GCM em São Paulo</i>
M122	19/3/25	T122 - PT foi para uma bolha e precisa dialogar com agro e evangélicos, diz deputado <i>SUB122 - Reginaldo Lopes defende candidatura de Edinho Silva, ex-prefeito de Araraquara apoiado por Lula, para presidir o partido nacionalmente</i>
M123	19/3/25	T123 - Bolsonaro diz se orgulhar por Eduardo deixar Brasil e fala em combate a 'nazifascismo' <i>SUB123 - Filho do ex-presidente se licenciou do cargo de deputado federal para ficar nos Estados Unidos</i>
M124	19/3/25	T124 - Eduardo Bolsonaro cogita pedir asilo nos EUA e diz não haver mais armas no Brasil contra Moraes <i>SUB124 - Deputado afirma à Folha que ministro é 'monstro descontrolado' e que 'única esperança' é no exterior</i>
M125	19/3/25	T125 - Disseram para mim que isenção do IR até R\$ 5.000 era um abacaxi para descascar, afirma Haddad

		<i>SUB125 - Em evento em Sorocaba (SP), ministro da Fazenda afirmou que algumas propostas de Lula são de difícil solução técnica</i>
M126	19/3/25	T126 - Vencedora do Nobel da Paz critica cessar-fogo parcial e diz que Putin não vai parar na Ucrânia <i>SUB126 - Oleksandra Matviitchuk vê avanço insuficiente em acordo entre Kiev e Moscou, mediado pelos EUA sob Donald Trump</i>
M127	19/3/25	T127 - Ataque a Gaza é só o começo, diz Israel após romper cessar-fogo; veja vídeo <i>SUB127 - Mais de 400 pessoas morreram segundo os terroristas, acusados por Tel Aviv de rejeitar negociação</i>
M128	19/3/25	T128 - Governo Lula diz que ataques de Israel em Gaza violam direito internacional humanitário <i>SUB128 - Em nota, Itamaraty insta Tel Aviv a suspender bloqueio do território e pede que partes cumpram trégua iniciada em janeiro</i>
M129	19/3/25	T129 - 'Ele tinha que voltar, mas cada um decide o que acha melhor', diz Malafaia sobre Eduardo Bolsonaro <i>SUB129 - Filho do ex-presidente decidiu se licenciar do mandato parlamentar e ficar nos Estados Unidos</i>
M130	19/3/25	T130 - 'Nós acertamos em cheio', dizem petistas autores de pedido no STF para reter passaporte de Eduardo Bolsonaro <i>SUB130 - Lindbergh Farias e Rogério Correia afirmam que decisão do parlamentar de se licenciar do cargo e ficar nos Estados Unidos é prova de que ele queria fugir do país</i>
M131	20/3/25	T131 - Bolsonaro toma posse em comissão e fala em 'ato heroico' de Eduardo Bolsonaro ao ficar nos EUA <i>SUB131 - Filipe Barros diz que colegiado será trincheira para resgatar liberdades e critica 'judicialização da política', em recado ao STF</i>
M132	20/3/25	T132 - Projeto do IR preserva aplicações financeiras isentas para manter estímulos econômicos, diz Haddad <i>SUB132 - Compensação da perda de arrecadação com isenção até R\$ 5.000 será feita com aumento no imposto de altas rendas</i>
M133	20/3/25	T133 - Juiz diz que Mahmoud Khalil deve permanecer nos EUA e move caso para Nova Jersey <i>SUB133 - Ex-universitário detido por atos pró-Palestina diz ser 'preso político'; Justiça nega arquivamento pedido por governo Trump</i>
M134	20/3/25	T134 - Suspeito diz que matou Vitória para que ela não revelasse suposta relação entre os dois <i>SUB134 - Celular e roupas dela foram queimados após crime, segundo depoimento; defesa de Maicol Santos afirma não reconhecer confissão</i>
M135	20/3/25	T135 - Butch Vig, do Garbage, diz que noticiário nos EUA está cada vez mais sombrio <i>SUB135 - Banda de rock dos anos 1990 liderada por Shirley Manson volta ao Brasil para três shows às vésperas de lançar novo disco</i>

M136	21/3/25	<p>T136 - Haddad diz ao PT estar otimista com aprovação de projeto do IR e é aplaudido</p> <p><i>SUB136 - Ministro da Fazenda disse à Executiva Nacional do partido que prioridade agora é encontrar um 'relator estadista' para o projeto</i></p>
M137	21/3/25	<p>T137 - Congresso vai 'melhorar muito' proposta de isenção do IR, diz líder do MDB na Câmara</p> <p><i>SUB137 - Em evento na Casa ParlaMento, braço de articulação política da Esfera Brasil, deputado disse que parlamentares vão 'fazer do limão uma limonada'</i></p>
M138	21/3/25	<p>T138 - Partidos são lugar de destroçar mulher, diz ex-deputada do PSOL recordista em votos</p> <p><i>SUB138 - Áurea Carolina desistiu da política e afirma que violência da disputa interna está em todo o espectro</i></p>
M139	21/3/25	<p>T139 - Super-ricos estão super-representados no Congresso, diz Haddad sobre reforma do IR</p> <p><i>SUB139 - Ministro, contudo, diz confiar na aprovação do projeto que isenta quem ganha até R\$ 5.000 e cria imposto mínimo para milionários</i></p>
M140	21/3/25	<p>T140 - Homem registra BO após não receber maconha e diz que traficante agiu de má-fé em GO</p> <p><i>SUB140 - Ele será intimado a depor por falsa comunicação de crime, de acordo com delegado</i></p>
M141	21/3/25	<p>T141 - Deputado do PL assume comissão 'bilionária' de Saúde e se diz entusiasta de emendas</p> <p><i>SUB141 - Zé Vitor defende que líderes partidários direcionem emendas; deputado critica Saúde sob Lula, mas diz aceitar enviar recursos a programas do governo</i></p>
M142	21/3/25	<p>T142 - 'Brasil é um país para sentir nojo', escreve mulher de Ronaldo após ex-jogador desistir de candidatura</p> <p><i>SUB142 - Celina Locks fez afirmação nas redes sociais; campeão mundial pretendia concorrer a presidente da CBF</i></p>
M143	21/3/25	<p>T143 - Escolhi não ser um homem branco, diz Pedro Cardoso, que lança livro independente</p> <p><i>SUB143 - Reunião de crônicas que ator assina com jornalista Aquiles Marchel Argolo sai por editora periférica e antirracista</i></p>
M144	21/3/25	<p>T144 - 'Nunca pensei que fosse protagonizar um musical da Broadway', diz Eduardo Sterblitch</p> <p><i>SUB144 - Depois de 'Beetlejuice', ator volta ao universo musical com sucesso 'Uma Babá Quase Perfeita'</i></p>
M145	22/4/25	<p>T145 - Amorim diz confiar que novo papa manterá prioridade à paz independentemente do perfil</p> <p><i>SUB145 - Assessor internacional de Lula que diz que relação de Francisco com presidente era próxima em temas como meio ambiente e combate à desigualdade</i></p>

M146	22/4/25	T146 - Ex-deputado que xingou o papa diz que recebe morte de Francisco com pesar <i>SUB146 - Após ofensa, Fred D'Ávila foi até o Vaticano pedir perdão para o pontífice</i>
M147	22/4/25	T147 - Repercussão de candidatura de Quaquá a presidente do PT foi zero, diz líder de tendência <i>SUB147 - Prefeito de Maricá abriu dissidência na ala dominante da legenda, a Construindo um Novo Brasil</i>
M148	22/4/25	T148 - Hugo Motta mostrou não ser Arthur Lira, diz Glauber Braga após greve de fome; veja <i>SUB148 - Deputado do PSOL afirma que todos sabem que ex-presidente da Câmara está por trás de tentativa de cassação; alagoano nega</i>
M149	22/4/25	T149 - Mercado imobiliário não aguentou juros de 14% com Dilma, diz Coelho da Fonseca <i>SUB149 - Fundador e presidente da imobiliária diz que Selic sob Lula atinge patamar que prejudicou setor no passado e prevê quebradeira se juros ficarem nesse nível por muito tempo</i>
M150	22/4/25	T150 - Google deve vender Chrome para quebrar monopólio de buscas, diz governo dos EUA em julgamento <i>SUB150 - Justiça americana defende venda do navegador para 'restaurar a competição no mercado'</i>
M151	22/4/25	T151 - 'Vender com Selic alta é como velejar sem vento: tem que ser na técnica', diz presidente da C&A; veja vídeo <i>SUB151 - Paulo Correa afirma que IA deixou indústria da moda 'instantânea' e que disputa com Shein o ajudou a ganhar mercado</i>
M152	22/4/25	T152 - Rússia volta a bombardear Ucrânia; cessar-fogo de Páscoa acabou, afirma Putin <i>SUB152 - Ao todo, 74 locais foram atacados, anunciou Moscou; estamos otimistas sobre as negociações pela paz, diz Kremlin</i>
M153	22/4/25	T153 - Globo diz que pirataria do futebol é seu maior problema: 'Estamos sozinhos nessa briga' <i>SUB153 - Empresa estima que, a cada 5 pessoas que veem o Premiere, 4 não pagam mensalidade</i>
M154	22/4/25	T154 - Problemas de saúde prévios podem ter acelerado morte do papa, dizem geriatras <i>SUB154 - Pessoas com fragilidade têm uma resposta fisiológica inferior a eventos agudos, como o AVC, e risco de morte aumentado</i>
M155	22/4/25	T155 - Lula diz que humanidade perde voz de respeito e acolhimento; veja repercussões sobre o papa <i>SUB155 - Pontífice argentino morreu aos 88 anos após ser internado com pneumonia</i>
M156	22/4/25	T156 - Apesar de diferenças, conhecê-lo foi uma honra, diz Milei sobre papa; veja repercussão da morte

		<i>SUB156 - Pontífice argentino morreu aos 88 anos após ser internado com pneumonia; Trump, Meloni e Macron se pronunciaram</i>
M157	22/4/25	T157 - Fiéis se reúnem na praça São Pedro e se dizem surpresos com morte do papa Francisco <i>SUB157 - Pontífice morreu aos 88 anos nesta segunda-feira; peregrinos lamentam e mencionam humildade do Santo Padre</i>
M158	22/4/25	T158 - 'Era nosso orgulho', dizem argentinos na despedida do papa Francisco <i>SUB158 - Missas em homenagem ao pontífice reuniram fiéis em Buenos Aires; bairro onde ele nasceu virou ponto de romaria</i>
M159	22/4/25	T159 - Novo papa não será a favor da guerra e pode ser africano, diz dom Odilo após morte de Francisco <i>SUB159 - Arcebispo de São Paulo destacou legado do pontífice morto</i>
M160	23/4/25	T160 - Direita vai jogar pesado, mas confio que novo papa será moderado, diz petista próximo da igreja <i>SUB160 - Um dos principais integrantes da ala católica do partido, ex-ministro Gilberto Carvalho foi um dos coordenadores da vinda de Francisco ao Brasil em 2013</i>
M161	23/4/25	T161 - Trump não quer demitir Powell, ele quer um bode expiatório, diz expert no Fed <i>SUB161 - David Wessel também considera improvável que sucessor de presidente do BC dos EUA coloque obediência ao mandatário acima de sua própria reputação</i>
M162	23/4/25	T162 - Trump diz que não tem planos de demitir presidente do banco central americano, mas quer juros mais baixos <i>SUB162 - Jerome Powell tem sido ameaçado de demissão por conta da política monetária do Fed, que tem desagradado o presidente dos EUA</i>
M163	23/4/25	T163 - Musk diz que vai reduzir tempo dedicado ao governo dos EUA após lucro da Tesla desabar 71% <i>SUB163 - Empresário diz que montadora será sua prioridade; resultados fracos são creditados à falta de atenção do fundador e a linha de produtos decepcionante</i>
M164	23/4/25	T164 - BC analisa viabilidade econômica, não conveniência da aquisição, diz Galípolo sobre caso Master <i>SUB164 - Essa foi a primeira declaração do presidente do BC desde que o BRB anunciou a operação em 28 de março</i>
M165	23/4/25	T165 - Em prefácio inédito, Francisco diz que 'morte não é o fim de tudo' <i>SUB165 - Texto do pontífice integra livro de arcebispo emérito de Milão sobre a velhice, com lançamento nesta quinta (24)</i>
M166	23/4/25	T166 - Papa Francisco defendia acolhimento a LGBTQIA+ e brincava sobre cachacinha, diz cardeal brasileiro

		<i>SUB166 - Dom Leonardo Steiner, arcebispo de Manaus, estará pela 1ª vez no conclave, que elegerá o sucessor de Jorge Bergoglio</i>
M167	23/4/25	T167 - Se atingir a Lua, asteroide 2024 YR4 deve apenas formar uma cratera no satélite, diz astrônoma <i>SUB167 - Plácida Arcoverde, do Observatório Nacional, afirma que impactos do tipo no solo lunar são bem comuns</i>
M168	23/4/25	T168 - Chapéu de chaleira no Guardiola durante final do Mundial foi de propósito, diz Raí na CasaFolha <i>SUB168 - Em curso, craque cita jogada contra Barcelona como exemplo do que um líder pode fazer para estimular equipe</i>
M169	23/4/25	T169 - Janja chora ao falar do papa e diz que ele ajudou Lula a superar desesperança na prisão <i>SUB169 - Em entrevista exclusiva, primeira-dama diz que petista escreveu ao santo padre quando neto de sete anos morreu e afirma que fechou rede social depois que leu mensagens de ódio dirigidas a Francisco</i>
M170	23/4/25	T170 - 'Estou nua no espelho', diz Mirian Goldenberg sobre seu mais novo e íntimo livro <i>SUB170 - 'Memórias de uma Antropóloga Malcomportada' narra episódios pessoais da escritora e sua trajetória acadêmica</i>
M171	24/4/25	T171 - Pedro Lucas diz que PT também tem divisões internas e que Lula entenderá recusa a ministério <i>SUB171 - Deputado afirma que ajudará mais o governo nas votações na Câmara do que se virasse ministro</i>
M172	24/4/25	T172 - Motta diz que projeto do IR é prioridade do Congresso, e Haddad promete apoio técnico a Lira <i>SUB172 - Segundo presidente da Câmara, nenhuma proposta, incluindo PL da anistia, vai prejudicar andamento da agenda econômica</i>
M173	24/4/25	T173 - Nova edição do CNU deve abrir 3.000 vagas, diz ministra da Gestão <i>SUB173 - Segundo Dweck, expectativa é que as inscrições ocorram em junho</i>
M174	24/4/25	T174 - Presidente da Boeing diz que China suspendeu compras de aviões <i>SUB174 - Governo chinês não havia confirmado informação há uma semana</i>
M175	24/4/25	T175 - Cardeal condenado por fraude e listado como não eleitor pelo Vaticano diz que vai participar do conclave <i>SUB175 - Angelo Becciu recebeu pena de cinco anos de prisão, mas responde em liberdade; afastamento da Igreja ocorreu em 2020</i>
M176	24/4/25	T176 - Cardeal brasileiro fala em 'crise das democracias' e diz que novo papa deve colher 'sinais dos tempos' <i>SUB176 - Presidente da CNBB, dom Jaime Spengler vai participar do conclave, a votação que definirá o sucessor de Francisco</i>

M177	24/4/25	<p>T177 - Resistência de Zelenski em ceder Crimeia prejudica negociações de paz com Rússia, diz Trump <i>SUB177 - Presidente da Ucrânia voltou a afirmar que país não reconhecerá ocupação russa da península; para republicano, assunto nem deveria ser ponto de discussão</i></p>
M178	25/4/25	<p>T178 - Renan critica governo Lula, mas afirma que será 'muito difícil' derrotar petista em 2026 <i>SUB178 - Senador também afirmou em evento do Esfera Brasil que maior erro do petista nesta gestão foi nomear Marina Silva para Meio Ambiente</i></p>
M179	25/4/25	<p>T179 - Zanin diz a Motta que Câmara só pode rever parte da ação contra Ramagem <i>SUB179 - Ofício de ministro do STF afirma que apenas 2 dos 5 crimes pelos quais o parlamentar é réu podem ser analisados pela Casa</i></p>
M180	25/4/25	<p>T180 - Lula diz a deputados que é 'candidatíssimo' em 2026 e reconhece que governo depende do Congresso <i>SUB180 - Presidente participa de jantar com Motta e líderes, incluindo deputado que recusou ministério após ser anunciado</i></p>
M181	25/4/25	<p>T181 - Presidente do Chile diz que postura do STF sobre big techs é exemplo mundial <i>SUB181 - Gabriel Boric conclui visita de Estado ao Brasil e diz que empresas de tecnologia precisam respeitar legislações nacionais</i></p>
M182	25/4/25	<p>T182- Beneficiários do INSS que tiveram desconto irregular serão ressarcidos, diz CGU <i>SUB182 - Ministro afirma que prazo de devolução só será estabelecido após investigações; acordos com associações são suspensos</i></p>
M183	25/4/25	<p>T183 - Banco Central vai revisar normas e avaliar tamanho do FGC, diz diretor <i>SUB183 - Autoridade monetária apresentou lista de prioridades para agenda regulatória de 2025 e 2026</i></p>
M184	25/4/25	<p>T184 - Haddad diz ao FMI que governo está comprometido com 'ajuste fiscal de alta qualidade' <i>SUB184 - Ministro defendeu políticas econômicas brasileiras e afirmou que mundo vive cenário de incertezas após tarifas de Trump</i></p>
M185	25/4/25	<p>T185 - Em reunião do G20, países pediram aos EUA desescalada em embate comercial, diz secretária da Fazenda <i>SUB185 - Secretário do Tesouro americano participou de jantar e indicou novamente que país deve permanecer em organismos internacionais</i></p>
M186	25/4/25	<p>T186 - 'Não deixe ninguém te definir', diz na CasaFolha bioquímica que virou CEO do Grupo Silvio Santos <i>SUB186 - Em curso na plataforma de streaming, Ana Karina Bortoni fala sobre transformação pessoal e corporativa</i></p>
M187	25/4/25	<p>T187 - EUA chamam multas da UE contra Apple e Meta de 'extorsão econômica'</p>

		<i>SUB187 - Porta-voz diz que legislação digital do bloco europeu é discriminatória e não será tolerada pelos EUA</i>
M188	25/4/25	T188 - 'Vladimir, pare!', cobra Trump após ataque russo contra Kiev <i>SUB188 - Bombardeio deixou ao menos 12 mortos nesta quinta (24); presidente americano diz não estar contente e fala em 'momento péssimo'</i>
M189	25/4/25	T189 - EUA dizem que políticas contra combustíveis fósseis são 'nefastas e perigosas' <i>SUB189 - Enviado de Donald Trump a evento organizado pela Agência Internacional de Energia criticou as ações em favor das fontes renováveis</i>
M190	25/4/25	T190 - Juliana Oliveira diz à polícia que duas mulheres a procuraram acusando Otávio Mesquita de violência sexual <i>SUB190 - Ex-assistente de palco prestou depoimento de duas horas na quarta (23); defesa de apresentador diz não ter conhecimento de denúncia de outras pessoas</i>
M191	26/4/25	T191 - Collor contradiz defesa e afirma em audiência que não está doente nem toma remédio <i>SUB191 - Decisão sobre prisão domiciliar caberá a Moraes; advogados relatam tratamento contra Parkinson e bipolaridade</i>
M192	26/4/25	T192 - PRD diz que descobriu após prisão que Collor estava filiado e expulsa ex-presidente <i>SUB192 - Partido surgiu da fusão entre Patriota e PTB, pelo qual ele disputou o governo de Alagoas em 2022</i>
M193	26/4/25	T193 - Trump diz ter recebido telefonema de Xi e esperar acordo nas próximas semanas; regime chinês nega <i>SUB193 - Para presidente dos EUA, será uma 'vitória' se tarifas ficarem em 50%; país asiático afirma preparar plano de emergência</i>
M194	26/4/25	T194 - Musk não vai se distanciar da Casa Branca e da política tão cedo, dizem autores de livro sobre bilionário <i>SUB194 - Para Kate Conger e Ryan Mac, apesar de ter dito que vai se dedicar mais à Tesla, empresário não conseguirá se controlar porque quer vender imagem de herói da humanidade</i>
M195	26/4/25	T195 - Vale diz que guerra comercial inibe distribuição de dividendos extraordinários <i>SUB195 - Vice-presidente da mineradora diz que é hora de focar em robustez financeira para enfrentar incertezas</i>
M196	26/4/25	T196 - 'Sempre fui disciplinada e focada, isso fez com que os resultados aparecessem', diz CEO da Gafisa <i>SUB196 - Prata da casa, Sheyla Resende lidera a companhia em momento de troca no portfólio, agora voltado ao mercado de luxo</i>
M197	26/4/25	T197 - Marina Sena diz que está se sentindo na 'idade da loba' e que show em SP é o mais desafiador da carreira <i>SUB197 - Cantora mineira apresentará a turnê 'Coisas Naturais'</i>

M198	27/4/25	T198 - Dirigente sindical pede Lula no 1º de maio e diz que ele precisará de voto <i>SUB198 - Presidente decidiu não participar das comemorações convocadas pelas centrais sindicais, mas receberá entidades nesta terça-feira</i>
M199	27/4/25	T199 - Não teve superfaturamento na 040, diz CEO <i>SUB199 - Carlo Bottarelli, chefe da Triunfo, trava batalha jurídica contra revés em rodovia investigada pelo TCU</i>
M200	27/4/25	T200 - Perfil do empregador também define se contratado terá crédito, diz CEO do Banco do Brasil <i>SUB200 - Em entrevista à Folha, Tarciana Medeiros afirma que instituição já concedeu mais de R\$ 2 bilhões pelo consignado CLT, uma das grandes apostas do governo</i>
M201	27/4/25	T201 - Trump e Zelenski têm encontro 'muito produtivo' em Roma, diz Casa Branca <i>SUB201 - Líderes se reuniram por 15 minutos na Basílica de São Pedro, antes do funeral do papa Francisco</i>
M202	27/4/25	T202 - Em Roma, Milei diz que pediu perdão a Francisco após duras críticas ao papa <i>SUB202 - Presidente argentino afirmou ter ouvido do pontífice como resposta que suas falas foram 'erros de juventude'</i>
M203	27/4/25	T203 - Foi um privilégio, diz brasileira que leu oração em português no funeral do papa <i>SUB203 - Jornalista filha de italianos, Bianca Fracalvieri conviveu com Francisco em audiências e viagens</i>
M204	27/4/25	T204 - Minha disposição é para candidatura à Presidência da República, diz Eduardo Leite <i>SUB204 - Governador cogita mudança de partido, mas diz que ainda aguarda decisão do PSDB para definir rumo; ele é ventilado no PSD</i>
M205	27/4/25	T205 - João Carlos Martins revela diagnóstico de câncer e diz que não teme a morte <i>SUB205 - Submetido a uma cirurgia em março, ele afirma que está curado, mas diz que é preciso saber deixar os holofotes e prepara legado</i>
M206	28/4/25	T206 - Tem muita safadeza, mas não fomos omissos, diz Lupi sobre suspeita de fraude no INSS <i>SUB206 - Ministro da Previdência afirma que caso é herança de governos passados; 'Eu tento resolver, mas não sou Deus'</i>
M207	28/4/25	T207 - Precisamos de mais observadores da natureza no Brasil, diz diretor de app que almeja ser atlas da biodiversidade <i>SUB207 - Biólogo Scott Loarie afirma que país ainda tem muito espaço para crescer em dados sobre espécies</i>
M208	28/4/25	T208 - Tudo bem comparar, desde que estejam vendo 'Vale Tudo', diz Debora Bloch, a nova Odete Roitman

		<i>SUB208 - Atriz afirma que vai curtir se a sua versão de Odete Roitman provocar risos, mas que também quer despertar o pensamento crítico do público</i>
M209	28/4/25	T209 - 'Celular é grande inimigo de quem escreve', diz Itamar Vieira Junior na CasaFolha <i>SUB209 - Autor de 'Torto Arado' aprofunda temas do curso de escrita criativa no streaming de conhecimento</i>
M210	29/4/25	T210 - Zanin diz que veto a celulares em julgamento no STF foi medida excepcional <i>SUB210 - Ministro recebeu representantes da OAB para tratar de medida do tribunal em julgamento do núcleo 2 da trama golpista</i>
M211	29/4/25	T211 - Ações de diversidade e inclusão não vão mudar no Brasil, afirma a presidente da Amazon no país <i>SUB211 - Juliana Sztrajtmán assume subsidiária com missão de fazer frente à liderança do Mercado Livre e manter políticas de RH em meio à onda conservadora nos EUA</i>
M212	29/4/25	T212 - China mostra chegada de soja brasileira e diz que não precisa dos EUA <i>SUB212 - Órgão chinês de planejamento avalia que 'não haverá muito impacto' se país prescindir da produção agrícola americana</i>
M213	29/4/25	T213 - Brasil é economia grande demais para ser satélite de outro país, diz Haddad sobre guerra comercial <i>SUB213 - Ministro vê espaço para aumentar exportações em meio ao tarifaço mantendo comércio com EUA, China e Europa</i>
M214	29/4/25	T214 - Desta vez eu mando no país e no mundo, afirma Trump em entrevista à Atlantic <i>SUB214 - Americano completa nesta semana cem dias de 2º mandato com o qual está se 'divertindo muito'; publicação revelou vazamento de planos de bombardeios dos EUA no Iêmen</i>
M215	29/4/25	T215 - Metade das crianças com microcefalia já morreu, diz Mara Gabrilli <i>SUB215 - Senadora afirma que há maioria na Câmara para derrubar veto do presidente Lula a projeto que prevê pensão vitalícia</i>
M216	29/4/25	T216 - COP30 precisa acelerar implementação de compromissos climáticos, dizem especialistas <i>SUB216 - Sucesso da conferência em Belém depende da capacidade de avançar na concretização de acordos anteriores, concluem participantes de debate do Instituto Clima e Sociedade</i>
M217	29/4/25	T217 - Mais perto, Ancelotti tem perfil ideal para reconstruir seleção, dizem europeus <i>SUB217 - Histórico vitorioso e respeito entre os jogadores também são trunfos do italiano</i>

M218	29/4/25	T218 - Relação com o PL desgastou, mas sempre serei bolsonarista, diz Zoe sobre declinar PP e Podemos <i>SUB218 - Vereadora de São Paulo afirma que foi convidada para migrar para as legendas</i>
M219	29/4/25	T219 - Não dá para ter só uma parte do mercado regulado, diz diretor da Globo sobre as plataformas digitais <i>SUB219 - Amauri Soares afirma ainda que a emissora quer transmitir o Campeonato Paulista, mas ele 'precisa ser sustentável'</i>
M220	30/4/25	T220 - MST diz que Galípolo irá a feira de reforma agrária, mas assessoria do BC nega <i>SUB220 - Evento em São Paulo ocorrerá entre 8 e 10 de maio; Mercadante confirma presença em evento</i>
M221	30/4/25	T221 - Damares rejeita acordo com STF por anistia e diz que corte não merece respeito <i>SUB221 - Senadora, que foi ministra no governo Jair Bolsonaro (PL), defende que anistia seja para todos os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro</i>
M222	30/4/25	T222 - Relatório médico diz que Collor toma 8 remédios e pode ser tratado no presídio <i>SUB222 - Médica que examinou ex-presidente diz ser preciso monitorar possível piora do quadro psiquiátrico</i>
M223	30/4/25	T223 - 'Careca do INSS' recebeu R\$ 53,5 mi de entidades e atuou para liberar descontos, diz PF <i>SUB223 - OUTRO LADO: Defesa de Antônio Antunes diz que suspeitas 'não correspondem à realidade dos fatos'</i>
M224	30/4/25	T224 - Vamos às últimas consequências para colocar na prisão responsáveis por fraude no INSS, diz Lewandowski <i>SUB224 - Questionado sobre contratação de escritório do filho por entidade investigada, ministro diz que não há nada 'que possa comprometer a autonomia' da pasta</i>
M225	30/4/25	T225 - INSS não deveria intermediar relações entre associações e pensionistas, diz Lupi em meio a investigação de fraude <i>SUB225 - Em comissão na Câmara, ministro diz que nem credenciamento das entidades associativas deveria ficar com o Instituto, mas que não sabe como vai encaminhar a questão</i>
M226	30/4/25	T226 - 'Cardeais vão escolher o papa da Igreja, não o governante do mundo inteiro', diz dom Odilo Scherer à Folha <i>SUB226 - Arcebispo de São Paulo, um dos sete brasileiros a votar no conclave, relativiza peso de pontífice para problemas globais e diz que clima que antecede escolha é sereno</i>
M227	30/4/25	T227 - Ancelotti volta atrás e recusa assumir seleção brasileira, diz imprensa espanhola <i>SUB227 - Treinador italiano teria recebido oferta mais tentadora do futebol da Arábia Saudita</i>

